



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração: História Social

**A POLÍTICA INDIGENISTA POMBALINA
NA CAPITANIA DE GOYAZ:
O TEMPO DE RENDIÇÃO (1772 — 1783)**

Anderson Batista de Melo

Brasília, 2008



**Programa de Pós-Graduação do Departamento de História
Universidade de Brasília
Área de Concentração: História Social
Orientador: Prof. Dr. Celso Silva Fonseca
Aluno: Anderson Batista de Melo
Matrícula: 06/53683**

**A POLÍTICA INDIGENISTA POMBALINA
NA CAPITANIA DE GOYAZ:
O TEMPO DE RENDIÇÃO (1772 — 1783)**

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade de Brasília
(PPGHIS –UnB), sob a orientação do
Prof. Dr. Celso Silva Fonseca,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em História Social.**

Brasília, 2008

**Para Denize Batista,
Daniele Batista e Catarina
Batista: mulheres que marcam
minha vida.**

Resumo

Esta dissertação tem como proposta o estudo da Capitania de Goyaz, entendida como área integrante e subjacente às políticas estabelecidas pelo reino português durante o século XVIII. Foi enfatizado o estudo do *Directório* dos Índios, aporte jurídico estabelecido legalmente em 1758, o qual alterava a condição civil dos gentios da América portuguesa e definia a política de Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Procura-se, ao longo do estudo, interpretar o momento histórico das reformas pombalinas e sua aplicação no reino e colônias, com as especificidades analíticas focadas nos governos de José de Vasconcelos de Soveral e Carvalho e Luís da Cunha de Menezes. Tais governadores aplicaram as novas diretrizes indigenistas, por meio de aldeamentos, no momento em que contingências naturais influenciaram decisivamente na rendição do indígena.

Palavras-chave: política indigenista, Capitania de Goyaz, reformas pombalinas, tempo de rendição.

Abstract

This dissertation's purpose is the study of Goyaz captainship, which was under the Portuguese government politics during the 18th century. This work emphasizes the study of the *Indianist Directory*, a law support that was legally established in 1758, which changed the civilian condition of natives from Portuguese America, and defined the politics of Sebastião de Carvalho e Melo, the Marquis of Pombal. In this study, we interpret the historical moment of pombaline reforms and its application in the Portuguese kingdom and its colonies, with a specific analysis focused on the governments of José de Vasconcelos de Soveral e Carvalho and Luís da Cunha de Menezes. These governors established the new indianist laws by installing settlements, at a moment in which natural contingencies have influenced decisively the Indians' surrender.

Key Words: indianist policy, Goyaz captainship, pombaline reformation, *time of surrender*.

Sumário

Resumo

Abstract

Agradecimentos

Considerações Iniciais09

Capítulo 1 – Portugal e seu domínio: a Capitania de Goyaz 17

1.1 Portugal, império oceânico 18

1.2 Goyaz: as riquezas do império oceânico.....23

1.2.1 A economia mineradora em Goyaz.....31

Capítulo 2 – A guerra indígena em Goyaz e o tempo de rendição.....35

2.1 A resistência local36

2.2 O tempo de rendição42

2.2.1 O governo de José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho (1772-1778).....48

2.2.2 O governo de Luís da Cunha de Menezes (1778-1783)55

Capítulo 3 – Pombal e o Directório58

3.1 Os setecentos de Pombal.....59

3.2 O Directório.....86

4 Considerações Finais99

5 Bibliografia e fontes 104

6 Anexos109

Agradecimentos

Agradecer, fundamentalmente, é o reconhecimento da inexistência de produção científica sem colaboradores. No percurso acadêmico, jamais estamos sozinhos e muitos são aqueles a quem devemos reconhecer como participantes do processo de elaboração da dissertação. Aos braços, mentes e corações que estiveram ao lado contribuindo e apoiando essa árdua tarefa de produzir conhecimento em ciência da história, meu agradecimento e respeito.

Agradeço aos amigos, jovens mestres, prodígios e futuro da historiografia, que com suas observações e pontuações contribuíram para o aprimoramento teórico e científico dessa dissertação, são eles os professores Ana Carolina Pereira Barbosa, Guilherme Ubaldo Barbosa, Rafaella Sudário Ribeiro e Rodrigo da Costa Dominguez.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UnB pelos seus inestimáveis ensinamentos e apoio, Dr. Estevão Chaves Rezende Martins, Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz, Dra. Vanessa Maria Brasil, Dr. Dinair Andrade da Silva, Dra. Cléria Botelho da Costa e Dra. Albene Miriam Ferreira Menezes.

Ao professor Antônio César Caldas Pinheiro, obstinado pesquisador da história e sociedade goiana, que gentilmente me enviou sua obra **O Diário de Viagem do Barão de Mossâmedes**, que muito contribuiu para composição dessa dissertação.

Ao professor Antônio José Ferreira (Cafu), filho legítimo da Hinterlândia, que me apresentou à terra, sua história e gentes.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Estado de Goiás, que gentilmente prestaram auxílio na pesquisa e promoveram o encontro com o *Directório dos Índios*, fonte primária valiosa para o arcabouço da pesquisa documental.

Aos professores que atenciosamente disponibilizaram seu tempo e atenção para compor a banca que analisou o resultado dessa pesquisa, Dr. Antônio José Barbosa e Dr. Vicente C. Rodrigues Alvarez Dobroruka. Seus comentários e análise dão labéu a essas páginas!

Aos meus dedos e olhos, que com eficiência e dedicação entre autor e meios técnicos, digitando, conferindo, diagramando a dissertação, Karla Renata Campos Sens, Maria Luciélia da Silva Mariano da Silva e meu amado irmão Hudson Batista de Melo. Meus assistentes amados e queridos!

A professora Gabriela Pousa, amiga e primeira assistente, ainda nos pródromos dessa pesquisa.

Ao professor Augusto de Oliveira Mattos, grande mestre e incentivador e todos os amigos e colegas do Instituto Dínatos, José Maria Carvalho, Leônidas Fernandes, Daniel Rodrigues e Clementino Castelo Branco, muito obrigado pelo suporte.

Ao professor Dr. Gustavo Macedo de Mello Baptista da Universidade Católica de Brasília, referência e apoio para a compreensão do evento climático no século XVIII.

Agradecimentos especiais ao meu orientador, professor Dr. Celso Silva Fonseca. Desde 1987, quando ministrou a primeira aula que assisti na UnB, até hoje faz parte de minha vida de historiador e me honra por sua companhia na chancela desse trabalho.

Agradecimentos especiais para Daniele e Catarina Batista, esposa e filha, amores eternos que suportaram com renúncia e afeto o árduo período de elaboração dessa dissertação. Minha vida e amor pertencem a vocês! Especiais, também, são os agradecimentos à minha preciosa mãe Denize Batista de Melo, pela sabedoria e apoio espiritual que fazem parte de minha vida. Dedico também esse trabalho à memória de meu pai Shmidt Tavares de Melo, camponês, sargento, jornalista e advogado, que me ensinou a paixão pela política e pela terra. A todos meus agradecimentos sinceros.



Primeiras Considerações

Ao narrar sua trajetória no tempo, o homem constrói referências que orientam o agir no presente e cria expectativas no transcorrer cronológico — também entendido como futuro —. No singular, o conhecer histórico é fundamento importante da autopercepção, tanto em atenções individuais como coletivas. Cumprir a tarefa de narrar a ocorrência humana no tempo é fazer pergunta ao passado, firmada na compreensão integradora de temporalidade e dimensionada pelo conceito histórico de processo, conferível, em função, desde os interlocutores coetâneos. Esquecer o diálogo histórico e o encontro entre as várias produções nesse campo é desprezar a polissemia categorial e conceitual, dando espaço ao subjetivismo.

Esta dissertação tem como proposta o estudo da Capitania de Goyaz, entendida como área integrante e subjacente às políticas estabelecidas pelo reino português durante o século XVIII. Foi enfatizado o estudo do *Directório dos Índios*, aporte jurídico estabelecido legalmente em 1758, o qual alterava a condição civil dos gentios da América portuguesa e definia a política de Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Procura-se, ao longo do estudo, interpretar o momento histórico das reformas pombalinas e sua aplicação no reino e colônias, com as especificidades analíticas focadas nos governos de José de Vasconcelos de Soveral e Carvalho e Luís da Cunha de Menezes. Tais governadores aplicaram as novas diretrizes indigenistas, por meio de aldeamentos, no momento em que contingências naturais influenciaram decisivamente na rendição do indígena.

No estudo referente ao caso brasílico, encontramos na historiografia abordagens que vão desde o trabalho literário nostálgico até a produção metódica, em conformidade com as definições da ciência da história. O conhecimento do objeto, ora privilegiado, exige o entendimento dos processos de apropriação e dominação em terras brasileiras no século XVIII. No plano, narrativo, a constatação das guerras indígenas destaca, ao longo da dissertação, acontecimentos, relatos e permite interpretações que revelam a política portuguesa de cooptação do gentio ao estado civilizado de “modelo europeu”, com implicações na organização produtiva. Compondo, desse modo, quadro de referências¹ que confere encadeamento lógico ao objeto de estudo.

¹ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001. Trad. Estevão Rezende Martins.

Nesse sentido, a rendição de indígenas e a promoção de aldeamentos, no século XVIII em Goiás, após inesperado momento de irregularidade climática e, sobretudo, após concretização de política governamental dirigida para cooptá-los ao empreendimento colonial, constitui o cerne da pesquisa. As ações do Estado português e sua política de administração fornecem base para a composição em contexto de explicação histórica do evento em destaque.

Para realização do trabalho, procedeu-se à leitura da *Notícia Geral da Capitania de Goyaz*, documento compilado, em 1783, por ordem do governador Luiz da Cunha de Menezes em resposta à provisão régia de 20 de julho de 1782. Essa ordenava aos governos locais que escrevessem relatório acerca da economia, população, riquezas naturais, áreas urbanas e memoriais dos acontecimentos considerados mais relevantes entre os ocorridos na capitania. O relatório goiano narrava, dentre outros ocorridos, sobre como nações indígenas se renderam na virada da década de 70 para a de 80 dos setecentos em Goiás.² Esse documento, publicado na íntegra, oferece o panorama histórico e documental do Brasil colonial, focado em Goiás, no período tratado nesta dissertação.

A abordagem do tema nos leva além da história regional goiana, pois interliga a localidade ao império português, engenho social abrangente e polimórfico em povos, terras e modelo de gestão colonial. Essa abrangência é elemento importante para entender a trama social e política da história da colônia, bem como as relações com a metrópole e a capacidade de controle e domínio desta em suas terras na América, como eixo de poder com características próprias e passíveis de análise, conceituação e categorização em estudo da ciência da história.

A região de Goiás não é analisada como alódio³, desconectado da vida colonial, seria ingenuidade analítica imaginar que a distância física entre metrópole e colônia, ou a peculiaridade administrativa regional, ocasionariam desconexão entre as partes do conjunto. A sociedade dessa região era integrada ao império português, e isso

² A **Notícia Geral** foi pesquisada e transcrita pelo professor Paulo Bertran, estudioso da história goiana, e recolocada ao alcance dos interessados, após as consultas deste pesquisador no arquivo da Biblioteca Nacional.

³ “Alódio: propriedade independente que poderia ser alienada. Não se encontrava entre as terras subordinadas às exações do senhorio feudal”. Retirado de: Monteiro, Hamilton M. **O Feudalismo: Economia e Sociedade**. São Paulo. Editora: Ática, 1986. p. 83.

não pode ser compreendido como generalização, e, sim, como idéia de sistema: engrenagens dinâmicas e inter-relacionadas. A sociedade goiana é parte de um todo que extrapola o objetivo e subjetivo regional, indicando, nesse estudo setecentista, a presença de convergente causal inclusivo, qual seja, aquele formado pelos engendramentos de poder no Reino de Portugal.

Pombal e suas reformas são marca da segunda metade do século XVIII no reino português, expressadas em sua política colonial e nas relações entre Estados europeus nesse período. A necessidade de centralização do poder e reformas em âmbito jurídico, econômico e social nortearam a política em Portugal com fundamento no regalismo e na aritmética de governo. Por isso mesmo, atenção especial será dada, nesta dissertação, ao período pombalino, no capítulo 3, juntamente com a análise do *Directório dos Índios*. O objetivo é contextualizar o momento histórico, buscando enfatizar a análise do *locus* da capitania de Goyaz integrada ao império oceânico português.

Entre regional goiano e reino existem ressonâncias em ocorrência e fato nos eventos estudados. O estudo em fontes documentais e bibliográficas sobre a Capitania de Goyaz indicou vórtice de eventos. Esse vórtice se revela, também, pelo empenho pessoal dos governadores da capitania em aplicar o *Directório dos Índios*, notadamente nos governos de José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho (1772-1778) e de Luís da Cunha de Menezes (1778-1783), gestões que constituíram a fase áurea dos aldeamentos em Goiás, nas quais houve momentos de tenaz observação administrativa às orientações oriundas da Metrópole, sobre como lidar com o gentio, como corroboramos com Marivone Mattos Chaim:

*“As expressões tão ponderadas dessa instrução, no que se refere à política a seguir com os índios, não foram para o Governo meras fórmulas retóricas, mas constituíram de fato uma linha real ou conduta consciente e constante [...]”*⁴

⁴ CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1983. p. 53.

Nos princípios do reinado de Maria I (1777-1792) em Portugal, por meio do documento *Notícia Geral da Capitania de Goyaz*, chegava o relato da rendição, em 1780, de índios carajás e javaés, que adentraram — famintos e esqueléticos — a cidade de Vila Boa de Goyaz⁵. Aturdidos, sem caça e pesca, esses indígenas iniciaram processo de rendição ao colonizador, acentuadamente coletivo, ao longo dos anos 70 e 80 do século XVIII. Nosso estudo abarca esses eventos que incluem período de conflitos armados, marcados por guerra colonial e, ao mesmo tempo, os acidentes climáticos, *Nímia Secura* e *Sobeja Pluviosa*⁶, respectivamente, secas com duração de três anos e, posteriormente, inversão, com quatro anos de chuvas torrenciais. Tais fatos comprometeram o suporte material dessas tribos, seu sustento e modo de vida, levando-as à fome e à indignação. Esse relato é exemplo inicial que, após estudo e pesquisa, permitiu caracterizar um processo maciço de submetimento dos povos indígenas de Goiás conceituado como *tempo de rendição*. A investigação sobre esse episódio inclui a análise das políticas adotadas no processo de capitulação desses grupos, os quais, militarmente, já resistiam e fustigavam o ímpeto colonizador por quase meio século, figurando contexto de ataques e revezes de ambos os lados em uma guerra indígena.

As medidas tomadas pelo governo da capitania obedeciam à orientação sistêmica estabelecida pelo *Directório dos Índios*, instrução jurídica pombalina de 1758⁷ que era documento normativo, cujo teor e aplicação alteravam a condição civil dos povos indígenas em relação às autoridades e instituições portuguesas, incorporando-os ao projeto colonizador e à organização da produção, por meio de aldeamentos controlados pelo Estado e estruturados para cristianização e inserção dos povos indígenas, como força de trabalho, no sistema colonial. A documentação compulsada fornece elementos para o estudo do Estado, cuja prática analítica permite viés que enfoca o quadro estratégico em política economia e dinâmica de colonização.

Chamou-nos a atenção, logo na primeira leitura, encontrar em trechos do relatório *Notícia Geral* a descrição do procedimento e *modus operandi* das autoridades

⁵BERTRAN, Paulo. **Notícia Geral da Capitania de Goyaz**. 1.^a Edição. Editora da Universidade Católica de Goiás, Editora da Universidade Federal de Goiás, Solo Editores, 1997. p. 6.

⁶ A *Nímia Secura* foi nome cunhado pelos colonizadores contemporâneos desse evento climático; enquanto *Sobeja Pluviosa* foi denominação do autor deste trabalho, no intuito de caracterizar o cataclisma de efeito climático oposto, que se sucedeu à grande seca.

⁷ BOXER, Charles. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 283.

frente à submissão de várias nações indígenas goianas. São exemplos disso, o relato da conversão de dezenas de indígenas e da celebração, por ordem do governador D. José de Almeida, de um *te deum laudamos* e seus posteriores encaminhamentos: acolhimento das crianças indígenas em casa de vilarengos para serem educadas conforme os costumes do homem europeu. Nesse episódio, também operou organização de aldeamentos, além de verdadeira diáspora, deslocando grupos do extremo norte para o sul da capitania. Luís da Cunha Menezes, relator da *Notícia Geral*, colaborou com o propósito metropolitano, ao submeter a temida nação caiapó⁸.

A resistência beligerante existiu desde as primeiras fixações colonizadoras na região, e, conforme Paulo Bertran, os violentos conflitos entre indígenas e colonos, nos períodos de 1740 a 1760, foram arrefecidas em processo potencializado pelo trágico climático. Auxiliados pela tragédia, os governadores de Goiás agiram em consonância com a política definida na época, estabelecida pela autocracia pombalina, cujo principal aporte jurídico era o *Directório*, que confirmava a condição de súditos para os indígenas e estabelecia novas instâncias na relação entre poderes institucionais e silvícolas⁹.

Durante o trabalho de pesquisa documental, tanto na obra compilada por Paulo Bertran, quanto no levantamento e transcrição feitos no Arquivo Histórico do Estado de Goiás, foram registrados elementos que subsidiam a narrativa e comprovam a elaboração de nossa assertiva acerca do momento histórico demarcado. As ações de natureza avaliativa permitem entendimento, delimitando o corte e a correlação deste com referências — inicialmente, em estado documental bruto e, posteriormente, ordenadas logicamente e submetidas ao tratamento analítico¹⁰ — que dão coerência ao trabalho. Objetivamente, os tópicos que se seguem constituem pontos norteadores principais deste estudo.

Em primeiro lugar, observamos a sociedade mineradora do século XVIII e sua interligação em processo com o objetivo topônimo orientador do estudo: a Capitania de Goyaz. Documentos pesquisados como a *Notícia Geral*, Cartas dos governadores e

⁸ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1997 p. 7.

⁹ VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2000 pp.186-187.

¹⁰ MINK, Louis O. **Narrative form as a cognitive instrument**. The University of Winsconsin Press, 1978. pp. 129-135.

aparato bibliográficos, fazem a correlação necessária entre capitania e poder administrativo metropolitano; demonstrando, por meio das documentações oficiais consultadas em arquivo, o contato funcional, tanto entre os poderes locais, como entre estes e Portugal.

Por conseguinte, coube a análise do sistema lusitano de dominação, que inclui as políticas estatais, prática catequista e expectativas dos colonos, conferindo sentido lógico ao aparato luso-católico-mercantil. Nesse ponto, a narrativa da *Notícia Geral* e o estudo da obra *Aldeamentos Indígenas em Goiás*, escrito pela professora M. Matos Chaim, serão referência e suporte historiográfico para o entendimento do sistema de aldeamentos e da forma como se deu a sua implantação e declínio na história goiana.

Além disso, destaque será dado às ocorrências climatológicas excepcionais, *Nímia Secura* e *Sobeja Pluviosa*, que são vistas como contingências, cujas manifestações produziram profundas implicações nas atividades humanas. A *Notícia Geral* traz relatos sobre esses acontecimentos, os quais também são mencionados em Carta ao governo interino, escrita por José de Almeida de Vasconcelos, em maio de 1778. Vale ressaltar que, ao incorporar os elementos climáticos aos fatos relevantes à análise, este estudo não recorreu a esses como determinantes em si, mas como ocorrido natural e parte influente no conjunto processo de rendição do gentio.

Por fim, enredando a compreensão da trama política deste objeto, é proposto o estudo da época da ação governamental pombalina, especialmente as reformas de cunho racial e sua relação com o projeto social do absolutismo lógico. Este foi definido em Portugal com estratégias para sua colônia que buscava contar com a cooperação do indígena. Essa estratégia era parte política de reformas do Estado que encaminhavam o fortalecimento do poder régio. Para este estudo, foi de valia inestimável encontrar, no Arquivo Histórico do Estado de Goiás, o *Directório dos Índios*, de 1758. Documento perfeito em estado de conservação, o *Directório* contribui para a compreensão dessa política juntamente com a análise da bibliografia aludida, modulando o entendimento das necessidades e ação administrativa.

A apropriação do conteúdo, embasada em fontes, é parte da racionalidade — estabelecida em conferência documental — e ponto de partida de sentenças objetivas¹¹ descritas ao longo da dissertação. As correções, revisões e ampliações são demonstrações da disposição própria da atividade do especialista em ciência da história e garantem a pertinência do trabalho produzido, concomitante a sentenças formuladas.

Formular sentenças históricas é ação especulativa de predisposto teórico que se estende acima da mera regularidade legaliforme. Norma e empiria, na ciência histórica, estão inscritas em ponto além do nomoteticismo, cuja eficiência serve como fundamento de credibilidade para o trabalho historiográfico. Pertinências normativas e empíricas¹² necessitam, para sua eficácia, expor os acontecimentos narrados em conformidade com o modo como ocorreram, dando assim, validade ao exposto e sentido para a visão contemporânea.

Nossas hipóteses de trabalho, sintetizadas no disposto da política de absolutismo lógico — racionalizar a administração de forma que deduza o custo para o Estado e maximiza os lucros e arrecadações fiscais (a colônia gera capital e dispõe os recursos para produzir) — encontraram realidade na documentação compulsada. As abordagens e referências circundantes, oferecidas e ilustradas pela bibliografia de apoio e a literatura disponível, foram construídas desde as inferências dessa massa documental.

Procuramos narrar e esclarecer os fatos sem a pretensão de alcançar limites, sejam quais fossem. Realizamos a pesquisa e oferecemos nosso testemunho, consciente amplitude do cenário que ora observamos por meio de pequena fresta. Por isso somente dispomos, sobre esse episódio histórico, de réstia de luz.

¹¹ NIPPERDEY, Thomas. **Pode a história ser objetiva?**. Texto não publicado. Trad. Estevão de Rezende Martins, Brasília, p. 8.

¹² RÜSEN, Jörn. *Op. cit.* 2001. pp. 90-93.



CAPÍTULO 1

PORTUGAL E SEU DOMÍNIO: A CAPITANIA DE GOYAZ

1.1. PORTUGAL, IMPÉRIO OCEÂNICO:

Este capítulo trata do Estado Metropolitano português no seu aspecto notadamente organizativo e sua composição. Para desvelar, no capítulo 2, o *tempo de rendição*¹³ com mais precisão, servimo-nos da duplicidade de lentes para mostrar o objeto com duas naturezas entranhadas em sua constituição. Tomamos a conexão dos desenvolvimentos entre os acontecimentos de Goiás e as ocorrências no reino português, em paralelo de temporalidade.

A visibilidade e essa presença territorial salientadas pelos atos governativos, garantem a análise do *Directório*, nesse estudo, em seu ambiente *extra*, ligado ao macro do universo desse império e suas necessidades do momento histórico determinado para o estudo e, concomitante, sua extensão à colônia.

Marcado pela descontinuidade espacial e coexistências de diferentes modelos institucionais, o império português é composto de vastos domínios interligados pelo mar, corpo que exigia a substituição da administração passiva de modelo tradicional, em que os tipos clássicos de uma rede de funcionários com suas competências bem definidas em padrão regular e semi-monolítico seguem instrução uniforme, por uma variada e dinâmica estruturação, como conclui Mattoso:

“Assim, o império português não se estrutura sobre um modelo único de administração, antes fazendo conviver instituições muito variadas (instituições municipais e senhoriais de tipo europeu, capitánias-

¹³ O *tempo de rendição* compreende conjunto de eventos históricos analisados nesta dissertação, que, a partir de articulação orientada pelo método e ocupada com a verossimilhança, é fundamentada por fontes primárias, análise de relatos sobre documentos de época e suporte bibliográfico. As fontes articulam a percepção dessa inferência conceitual expressa na correlação desses eventos e dos elementos históricos que foram avaliados para definição do objeto. Portanto, temos nesse conjunto que compõe o objeto: a guerra indígena, como evidência de resistência; contingências climáticas; a política indigenista de Estado em processo de reforma; interesses coloniais e, como evidência fundamento, encontramos os vários relatos sobre a submissão — ou rendição — de grupos indígenas em Goiás na segunda metade do século XVIII. A correlação entre esses dados, analisados em perspectiva lógica, fornece, a princípio noção e, com o trato próprio da atividade metódica em ciência da história, fundamenta a definição que permite englobar essa articulação como momento, único e conceitualmente definido. Amparada nos dados estudados em fontes, esta dissertação tem a meta de delinear e compreender esse *tempo* da história colonial brasileira marcado pela *rendição* de vários grupos indígenas goianos que se entregaram à tutela do governo da Capitania de Goyaz.

donatarias, feitorias-fortalezas, situações político-institucionais desenhadas, caso a caso, em tratados de paz, de vassalagem e protectorados, simples enquadramento tático a partir de redes de relações comerciais, da acção dos missionários ou mesmo da presença de aventureiros portugueses, etc.) em territórios também eles múltiplos, de acordo com as intenções e oportunidades de ocupação”¹⁴.

Essa natureza do império português não pode ser vista *a priori* como débil ou prevaricante, uma vez que o juízo valorativo subestima o fluxo histórico em que se constituiu essa natureza a qual nos reportamos. Dotado de arquitetura prática, o Estado português procurava capacitar áreas diversas com sua maleabilidade governativa para garantir sobrevivência, coesão e controle, tais garantias eram firmadas na mútua vigilância¹⁵.

Conceber a análise apoiada na noção de *eucinese*¹⁶ soa, em nosso entendimento, como alusão de fundo sentimental e pouco precisa, para tornar-se elemento peremptório de orientação do estudo. Essa confunde a observação encerrando-a em permanência analítica, que condiciona o entendimento do conjunto administrativo português, atribuindo-lhe pechas e julgando-o confuso, falho e desordenado. Esse julgamento em nada contribui para o entendimento e análise de objetos estudados nesse âmbito, pois, em si, confina e confunde os vários domínios coloniais com áreas autônomas. Para ela, esses domínios, cada cabeça e vontade agem, não segundo as orientações da metrópole, mas por motivações individuais. Dessa forma, não seria

¹⁴ MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, António Manuel (Coord.) *et al*, **História de Portugal**: o antigo regime. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4. p. 353

¹⁵ *Idem, ibidem*. p. 353

¹⁶ Eucinese, do grego *eukinesis*, significa o bom movimento ou movimento ideal e é, por amiúde, assentada em viés teórico subliminar que permeia as academias e escolas de nosso país. Essa crença imagética vai ao encontro de anseios, que, por vezes, soam lusófobos e trata de forma conceitual e abrangente o império português como trama administrativa descontínua, desordenada, pontualmente autárquica e anarquicamente dirigida, como mosaico disforme em suas cadeias de comando. Por foco e delineio de nosso presente objeto cabe essa observação, a qual, ainda que restrita, contribui com a análise dos meandros administrativos de Portugal e entende como fato sua correspondência em grau satisfatório de ação e resposta governativa no *locus* da colônia. Essa ação e resposta existem e não podem ser julgadas em tão largo panorama diacrônico de nossa história colonial como um uno. Trata-se de critério avaliativo que julga o “semeador” como desordenado e malemolente em contraposição ao esmerado e competente “ladrilhador”, como se existisse conceitualmente, um empreendimento colonial convencionalizado, que indicasse parâmetro ideal e modelar de organização. Cf. “O semeador e o ladrilhador”. In **Raízes do Brasil**. pp. 93-118).

necessária a análise do *extra*, mas somente do *intra*, visto a singularidade orgânica atribuída a cada parte desse império e, nessa contextualização, caberia ao reino apenas a passividade e desconexão. Destacar a idiossincrasia de cada um dos domínios desse império não significa a recusa da existência de poder central atuante, pois sabemos, com o estudo da História, que o elemento homem é o fundante em qualquer situação dessa percepção particular. Corroboramos com Hespanha quando escreve:

*“É, portanto, ilusória a idéia de que as estruturas formalmente impostas aos territórios ultramarinos tivessem uma adaptação e uma eficácia directas, principalmente quando surgia o elemento humano como resistência imprevisível”.*¹⁷

A análise que ora propomos entende Portugal com poderes centrais capazes de influenciar e mover seus mais longínquos domínios¹⁸, em que *extra* e *intra* compõem uno que, contudo, não possui natureza administrativa unívoca. O estudo da ocorrência de carências econômicas e administrativas no império português em episódios de sua história aponta, não para uma debilidade, mas para uma variabilidade — tanto sincrônica como diacrônica — resultante, de forma peculiar, de dominação e de controle. A idéia de crise não deve sugerir a interpretação de que a administração de Portugal seja inexistente ou quase inexistente. No caso brasileiro, nos setecentos, é inegável a presença de crise de ordem financeira e econômica no funcionamento do império português, porém os mandos e governanças analisados e a respectiva aplicação não indicaram o tônus da ausência de administração como, em princípio alguma análise açodada faz. Como diz Hespanha:

¹⁷ MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.) *et al.*, *Op. cit.* p. 355.

¹⁸ A documentação coeva compulsada afiança essa hipótese, ao mostrar as aplicações de governança, orientadas pela metrópole para a colônia. As transcrições da **Notícia Geral, do Diário de Viagem do Barão de Mossâmedes** e do relato da **Viagem pela Estrada Real do Goyazes** são obras de estudiosos da história colonial como Paulo Bertran, Antônio César Caldas Pinheiro, Gustavo Neiva Coelho e Deusdedith Alves Júnior, Wilson Vieira Júnior e Rafael Carvalho Cardoso, respectivamente, as quais contribuíram para a visualização dos viventes nessa época e localidade. Concomitante, a pesquisa em fontes primárias como **O Directório** e **Correspondência ao Governador José de Vasconcelos** no Arquivo Histórico do Estado de Goiás, permitiu a percepção de para perceber as relações entre o reino português e sua distante capitania cravada na Hinterlândia.

“[...] a arquitectura imperial era dominada por uma estratégia prática dirigida para uma sobrevivência auto-suficiente, a única adaptada à manutenção de um conjunto vastíssimo e disperso de territórios, ligados por meio de viagens longas e perigosas a um centro político metropolitano pequeno e cada vez mais exaurido”¹⁹.

E Hespanha conclui com o seguinte raciocínio:

“Em suma: ao contrário do que acontecia com os impérios clássicos, como o da Espanha, fundado sobre o domínio homogêneo de um território e integrado numa estratégia de reputação da coroa, o império português obedece a uma lógica mais pragmática e económica dos custos políticos da administração dos territórios”²⁰.

No caso brasileiro, a tônica desse império é visível com a orientação analisada e esta dissertação segue tendo como referência a conectividade. As várias partes desse império funcionavam em interligação com o poder metropolitano, como afirma Graça Salgado:

“Assim, ao estudarmos a administração metropolitana no ultramar, particularmente no Brasil, devemos ter claro que as soluções adotadas para o governo dos negócios coloniais tinham como função responder às necessidades do Estado português.[...]Devemos observar a ação dos agentes e órgãos régios na colônia como ramos da administração metropolitana.”²¹

Essa combinação de fatores intervenientes, não raras vezes adversos, por de certo, não confere caráter de governo, mas demonstra estrutura e modelo de governo: a

¹⁹ MATTOSO, José (dir.); **Os Poderes Num Império Oceânico, António História de Portugal: o antigo regime**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4. pp. 351-353

²⁰ *Idem, ibidem*. p. 361.

²¹ SALGADO, Graça (org). **Fiscais e meirinhos: A administração no Brasil colonial**. São Paulo: Nova fronteira, 1985. p 23.

complementaridade entre poderes formais e informais foi engenhosa maleabilidade governativa desse império de heterogênea composição, em vários sentidos e com diversas vocações de poder, revelando força e capacidade adaptativa características ao longo de sua história. Portugal foi império oceânico estruturado a partir de experiências acumuladas e diversidade de povos e terras em sua organicidade e, compreendê-lo depende, principalmente, deste ponto de partida analítica.

1.2. GOYAZ: AS RIQUEZAS DO IMPÉRIO OCEÂNICO

O território de Goiás já era conhecido, porém apenas eventualmente freqüentado desde o final do século XVI. Nesse tempo, era percorrido por bandeiras de apresamento — que tinham São Paulo como pólo irradiador — e por descidas jesuíticas vindas da cidade de Belém, como as de padre Vieira em 1653 e de padre Raposo em 1674²². Esse território não teve efetivos focos de ocupação até o início do séc. XVIII. O processo de inclusão regional com ocupação permanente de modelo europeu começou a se formar quando Bartolomeu Bueno da Silva descobriu ouro nas cabeceiras do Rio Vermelho, onde inaugurou o primeiro povoamento da região. Este foi fundado no dia 26 de julho de 1726²³, originalmente como Vila de Sant’Anna e brevemente conhecida como Vila Boa de Goyaz²⁴.

Como fogo em palha, as notícias ultrapassaram fronteiras, atraindo imensa massa humana. Compelidas pela *Auri Sacra Fame*,²⁵ pessoas de todas as regiões da colônia e do reino chegaram e contribuíram para acelerar a composição e a dinâmica

²² COELHO, Gustavo Neiva. **O Espaço Urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular**. Goiânia: Editora da UCG, 2001. p. 146.

²³ *Idem, ibidem*. p. 148.

²⁴ O governador de São Paulo, Conde de Sarzedas, viajou em 1737 a Goyaz, sertão norte da capitania que governava, para ali proceder à instalação da primeira vila. Morreu durante essa viagem, reconhecimento ao povoado de Traíras, antes de realizar seu propósito. Seu sucessor, D. Luiz de Mascarenhas, deslocou-se em 1739 até Goyaz, com o mesmo fim: “demarcar o lugar da vila que veio a criar, a que chamou Vila Boa de Goyaz, em atenção a Bueno, seu descobridor, e ao gentio Goyaz”. PALACÍN, Luís *et al.* Cap. III: “Núcleos Urbanos e População”. In **História de Goiás**. 6^a. ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994. p.37.

²⁵ Febre do ouro: A importância do ouro para o sistema mercantilista conferia a esse ativo real uma importância que ia além de palavras como “poder” e “mudança”, por isso, era procurado incansavelmente, e como escreveu Antonil: “*A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras, e a meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das minas, que dificilmente lá estão. [...] Cada ano vêm nas frotas quantidades de portugueses e estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos, pretos e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.*” A febre significa, coletivamente, mover social de grande intensidade, de motivações pontuais e/ou individuais, tanto pela quantidade como variedade de populações que se mobilizam para obtenção desse metal precioso. A história moderna e contemporânea está pontuada por muitos relatos sobre a capacidade da notícia do ouro encontrado mover multidões em sua direção. (ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Rio de Janeiro; IBGE 1963, p. 72. *Apud* PALACÍN, Luís *et al.* *Op. cit.* p. 34.)

local. A presença humana tornou a região maciçamente acelerada, como fala Silva e Souza nesse trecho:

“Adiantou-se Bartolomeu Bueno na mesma pretensão de descobrir e extrair ouro até o lugar onde formou o arraial da Barra, e erigiu ali a primeira casa de oração, depois de descobrir minas riquíssimas. Soou ao longe a notícia desta grandeza, e a fama ainda lhe deu os acréscimos que costuma: correram das outras Capitânicas os homens, e em menos de dois anos era imenso o povo que se tinha juntado: revezavam-se as tropas e de fazendas e não bastavam. [...] Contudo concorriam cada vez mais os homens: os primeiros que entraram, e os que vieram ai depois, alongaram-se a fazer novas observações, e foram povoando o terreno. [...]”²⁶

Eram emboabas, paulistas, escravos mestiços ocupados na atividade mineradora e em outras funções produtivas interligadas: lavras, comércio, serviço público, atividades eclesiásticas, artísticas, manufatureiras, militares e agrícolas. Essas atividades possibilitavam a existência das economias que gravitavam em torno da mineradora, permitindo concomitantemente, a sobrevivência da extração mineral. Desse intercâmbio produtivo, a administração beneficiava-se arrecadando tributos e assegurando a integridade e interação do complexo colonial. Já em 1749, Goyaz era elevada à condição de Capitania²⁷, passando a ser autônoma em relação à capitania de São Paulo e, conforme orientava regimento, provido pelo rei em 1623, passou a ter um governador ou capitão geral²⁸. Tudo isso foi resultado de sua importância no fornecimento de metal precioso, que chegou a superar a produção aurífera de Mato

²⁶ SILVA E SOUZA. Luiz Antonio da. **Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas notáveis da Capitania de Goyaz**. Goiânia: Ed. Oriente: 1978. pp. 78-79. *apud* PALACÍN, Luis *et al.* “Cap. III: Núcleos Urbanos e População”. *Op. cit.* pp. 33-34.

²⁷ Assim, nas capitânicas, delegava-se a supervisão geral dos negócios régios aos CAPITÃES-GOVERNADORES, auxiliados, como na instância do governo-geral, por uma gama de funcionários responsáveis por diversos ramos da administração. “Do ponto de vista jurídico, essa rede de funcionários era um prolongamento da administração metropolitana na Colônia e estava hierarquicamente subordinada à instância mais importante, o governo geral”. In SALGADO, Graça (org). *Op. cit.* p 66.

²⁸ SALGADO, Graça (org). *Op. cit.* p 238.

Grosso²⁹. Foi nesse momento que surgiu sua ligação administrativa direta com a metrópole. Nos vários documentos e bibliografias consultados neste estudo, foi encontrada essa ligação, traduzida nos ordenamentos, correspondências e documentos oficiais que, em linha geral, mostravam a junção entre administração da capitania e o poder estabelecido em Lisboa. Essa administração local era exercida por governadores³⁰, assessorados por ouvidores, capitães, meirinhos, escrivães, notários, provedores, juizes e forças militares — todos agentes do modelo ditado pela Coroa. Já desvinculada de São Paulo³¹, a Capitania de Goyaz prosseguiu no seu crescimento, concomitantemente, com a exploração aurífera, conforme relata Neiva Coelho:

“[...] as conseqüências disso vão ser a incorporação definitiva ao território brasileiro de regiões antes pertencentes à Espanha, além de alterações na forma da relação habitação/trabalho, com uma concentração agora maior nos núcleos urbanos, em oposição aos períodos anteriores, em que tanto a população, quanto as atividades econômicas estavam sediadas no meio rural.”³²

O povoamento e as artérias do fluxo da conquista e ação colonizadoras foram originários de dois pólos. Ao sul, a sanha paulista, cujas levas humanas adentraram seguindo os cursos dos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia primeiro, em busca de presas humanas para o trabalho compulsório. Em seguida, com o reconhecimento do espaço local, alentados pela ciência do ouro, recém-descoberto nas minas do Cuyabá, no vizinho Mato Grosso, em 1718³³. A ambição pelos metais preciosos abriu a perspectiva

²⁹ A partir do quinquênio 1740-1744 Goyaz ultrapassou Mato Grosso produzindo três vezes mais, e já em 1750 produziu 5,8 toneladas contra 1,1 toneladas de Mato Grosso e próximo das oito toneladas produzidas nas Minas Gerais. In: LABOURDETTE, Jean-François. **História de Portugal**, p. 367.

³⁰ “*Toda capitania do Brasil tinha um governo próprio e independente, ligado diretamente ao rei e aos organismos centrais de Lisboa, especialmente ao Conselho Ultramarino. A autoridade principal era o governador, responsável pela administração e aplicação das leis. Comandava o exército, composto de soldados profissionais de cavalaria – os famosos dragões – e de pedestres. A justiça estava a cargo do ouvidor, independente nessa parte do governador. Ele julgava os recursos e vigiava para a eleição dos juizes eleitos pelo povo. A parte da arrecadação de impostos correspondia ao intendente, também com bastante autonomia.*” (PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta De Santanna. *Op. cit.* p. 30.)

³¹ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* p. 56.

³² COELHO, Gustavo Neiva. *Op. cit.* p. 149.

³³ PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *Op. cit.* p. 10.

do domínio da terra dos *goyazes*. Ao norte, as descidas jesuíticas, que arrebanhavam as almas desde o século XVI para serem aldeadas no Pará, abriram as primeiras trilhas e picadas seguindo o vetor norte/centro e, simultaneamente às primeiras levas de ouro que começaram a sair da região no século XVIII, chegava o gado da Bahia criado às margens do rio S. Francisco, atividade com tradição de penetração nos sertões goianos desde o século XVII³⁴. Isso permitiu ampliar terreno e fornecer couro e carne aos pólos mineradores de Goiás. Conforme os caminhos eram abertos, o território era gradualmente sendo dominado, pois:

“As estradas atuam assim, como um modo de domesticação e apropriação do espaço, uma forma de estabelecer controle sobre uma ‘natureza indomada’ e sobre as pessoas, pois o trânsito sobre ela também pode ser disciplinado”³⁵.

Portanto, nesta pesquisa, é prudente não usar o costumeiro argumento de um processo de ocupação acentuadamente, ou exclusivamente, paulista, visto a importância da via norte para a ocupação e colonização do cerrado indômito. O fluxo na estrada da Bahia, primeira via oriunda do pólo colonizador do norte, chegou a causar preocupações às autoridades competentes. Estas estavam temerosas com o descontrole e contrabando na localidade e, após solicitação ao rei, o então governador de S.Paulo, Conde de Sarzedas — nesse momento Goiás pertencia administrativamente a essa capitania — proibiu todos os caminhos para Goyaz que não fossem pela estrada vinda de S.Paulo, com o decreto real de 1733³⁶. Por conta da pressão da transumância, da vastidão do território e da precariedade de funcionários, essa resolução foi considerada, pelo próprio

³⁴ No século XVII, a Casa da Torre dos Garcia D’Ávila, na Bahia, verdadeiro potentado colonial que, em suas expansões, já enviava rebanhos que seguiam, desde o remoto 1697, em direção as chamadas Terras Novas, a saber, região que, a partir do sertão do Rio São Francisco, – passando por Barra, Xique-xique e Irecê — chega até a região dos rios da Palma, afluente do Tocantins, e Paranã. Já em 1709, essa empresa colonial, que contava com milícias de mais de quinhentos homens, reivindicava oficialmente essa região. (BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1994. pp.58-59.)

³⁵ JÚNIOR, Deusdedith Alves Rocha; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. *Op. cit.* p. 20.

³⁶ ROCHA JUNIOR, Deusdedith Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. *Op. cit.* p. 21

Conde, Capitão geral, como infrutífera. Dessa forma, antes que o Estado perdesse a autoridade de controle, tomou celeremente medida de instalar na lagoa Feia, próximo à atual cidade de Formosa, posto de registro controlado por fiscais e protegido por destacamento de Dragões das Minas e deu por oficialmente inaugurada a Estrada Real da Bahia em 1736.

Goiás sofreu processo de colonização pelos vários caminhos fronteiriços que lhe davam acesso. Tratar de uma ou outra fronteira como mais significativa pode caracterizar subjetivismo regionalista. A ocupação da terra brasileira e sua história é obra de povos e gerações; desenhos elaborados por muitas mãos, de origens diversas, cujo resultado foi a composição social da Hinterlândia³⁷.

Aceleradamente eram instalados núcleos populacionais por Goiás. Cabe, nesse contexto de fundação de povoados mineradores, destacar em 1731, a fundação de Meia Ponte, atual Pirenópolis. Essa foi centro econômico que rivalizou com Vila Boa ao longo da história de Goiás, disputando, inclusive, o direito de ser capital da capitania. A marcha humana corria em direção às poucas chances reais de mobilidade e enriquecimento nos setecentos, mudando a paisagem com novos caminhos e arraiais. Como atenta Neiva Coelho:

“Temos, pois, que nos três primeiros anos de ocupação do território goiano, representados, pelos últimos de década de 1720, foram fundados, além de Sant’Anna, os arraiais da Barra, Ferreiro, Ouro Fino, Santa Rita, Anta e Santa Cruz. Mais de quinze núcleos surgem na década seguinte, tendo início aí o processo de diminuição dos descobertos, com dez núcleos implantados na década de 1740, quatro

³⁷ O verbete “Hinterlândia”, conforme o dicionário Houaiss, *são as terras localizadas no interior, parte continental oposta ao litoral em seu definido genérico*. Para nós, Hinterlândia é definição da região e seus povos, constituída no cerne continental brasileiro, civilização que compõe desde sua origem colonial as regiões dos atuais Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás e Triângulo Mineiro; esse conjunto territorial tem características de história e sociedade que remetem a um conjunto observável e aferível em contraste com outras regiões como amazônica, litorâneas e parte sul da América portuguesa. Cf. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p. 1533.

*na de 1750 e apenas um na de 1760. A década de 1770 encerra o ciclo com cinco novos descoberto”.*³⁸

Esses núcleos a que se refere Neiva Coelho seguiam a dinâmica da atividade mineradora, muitas vezes celeremente levantados. Após o esgotamento das jazidas, eram abandonados na mesma velocidade com que surgiam. A população colonial dispersa pela capitania e sua dinâmica de crescimento é analisada em dados e cálculos por Neiva Coelho:

*“Os mais antigos documentos da Capitania que fazem referência à população são os registros de cobrança da captação, datados de 1736. Entretanto, tais documentos informam apenas a quantidade de escravos em atividade, que chega, nesse ano, a 10.256. Com base nesse número, Palacín acredita ser possível estabelecer uma relação entre escravos e livres, da ordem de três para um... Sendo assim, a população da Capitania giraria entre treze e quatorze mil pessoas ao findar a primeira década da ocupação, o que apresentaria uma população livre em torno de três a quatro mil habitantes”*³⁹.

Além disso, conforme observa Palacín que, por mais de quatro décadas, concomitantemente ao crescimento da exploração aurífera, essa população continuou em acelerado processo de crescimento:

*“Em 1750, [...] os habitantes deviam ser pouco menos de 40.000. A população tinha mais que dobrado nestes 25 anos. Nos trinta anos seguintes, a população continuou aumentando, embora já num ritmo inferior: em 1783, havia em Goiás quase 60.000 habitantes, um aumento de mais de 50%”*⁴⁰.

³⁸ COELHO, Gustavo Neiva. *Op. cit.*. p. 154.

³⁹ *Idem, ibidem.* p.161.

⁴⁰ PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta De Santanna. *Op. cit.* p. 31.

Como era comum nas sociedades da América portuguesa, na Capitania de Goyaz, a população branca compunha minoria. Essa situação no quadro da capitania é apontada por Neiva Coelho:

*“Pode ser observada também a minoria absoluta que, no total dos habitantes, representa a população branca, tendo, no entanto, os pardos e pretos livres um número próximo à soma de brancos e escravos, sendo esses últimos o segundo maior contingente na composição da população da Capitania”.*⁴¹

Devem ser acrescentados, ao somatório dos viventes na região, junto com o cômputo populacional de colonizadores, os habitantes indígenas que, há 10.000 anos, ocupavam a região⁴². M. Chaim agrupou as tribos existentes em Goiás segundo as regiões que habitavam: meridionais (araé, arachá, crichá, caiapó), setentrionais (acroá, xacriabá, xavante, canoeiro, apinagé) e ilha do bananal (tapirapé, cururu, mangariruba, craya, javaé, carajá, gradaú, tessemeu, amadu-guaia-guast)⁴³. Esses são grupos de nação tupi e gê, cuja maioria pertencia a esta última. Na segunda metade do século XVI, levas da nação tupi, compelidas pela ocupação colonizadora do litoral, buscaram refúgio nas terras mais continentais; os amoipira, tupinãe e tabajara senhorearam-se do médio S. Francisco e, na Serra Geral de Goyaz. Próximos às cabeceiras do rio Paranã, estabeleceram-se os temiminó, aricobé e tupinambá. Ressentidos com essas levas humanas ulteriores, amparados na estranheza cultural⁴⁴, os habitantes indígenas mais antigos reagiram⁴⁵, entrando em guerra. Relatos de enfrentamentos entre tribos tupis e grupos gêns foram presentes até a época da chegada das investidas colonizadoras.

⁴¹ COELHO, Gustavo Neiva. 2001: p. 166.

⁴² BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1994. p. 7.

⁴³ CHAIM, Marivone Mattos. *Op. cit.* pp. 48-53.

⁴⁴ Os Gês, também conhecidos como gentio da língua travada pelos brancos, se autodenominavam como *Nac-Manuc* ou *Nac-Puruc*, que significa “filhos da terra”. Esses eram chamados pelos tupis de *Tapuyas*, que significa genericamente “bárbaro”. As diferenças e estranhezas entre esses dois grupos autóctones dificultaram uma possível aliança. Cf. CHAIM. Marivone Matos. *Op. cit.* p. 46.

⁴⁵ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1994. p.36.

A quantificação precisa das populações indígenas é impossível, mas pode ser estimada em aproximadamente 50.000⁴⁶. Cabe salientar, os grupos tribais que ainda nos primeiros instantes da colonização na região desapareceram, como por exemplo os goya ou goyazes. Esse grupo foi extinto nas primeiras décadas do século XVIII pelas bandeiras de apresamento, assim como os arachá ou araxá, que habitavam o aprazível centro-sul, que foram exterminados pelos caiapó,⁴⁷ em fins do século XVII⁴⁸.

O cadinho humano estava preparado: o colonizador foi composto alienígena⁴⁹ e provocou reação da sociedade ali estabelecida por séculos, que ressentia ante a penetração invasiva desses novos elementos. A estranheza, as noções de alteridade, o fervor catequista e a cobiça pelo ouro levaram ao inevitável confronto armado. Estratégias de sobrevivência e ataques foram usados por ambos os lados. Veremos em capítulo subsequente os combates e artimanhas daqueles homens para sobreviverem às adversidades.

⁴⁶ POHL, João Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil**. v. 1. Rio de Janeiro. 1951. p. 299. *Apud* CHAIM, Marivone Mattos. *Op. cit.* p. 48.

⁴⁷ CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 53.

⁴⁸ As guerras tribais anteriores a chegada do colonizador indicam uma pré disposição bélica que explica, em parte, a prontidão e prolongada resposta armada contra o modelo europeu de civilização.

⁴⁹ Segundo o dicionário Houaiss, alienígena é “*estrangeiro, forasteiro [...] que ou o que pertence a outro mundo.*” Compreender a presença do colonizador como alienígena remete à alteridade e estranheza despertadas com a chegada do europeu [...] HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p.159.

1.2.1 A ECONOMIA MINERADORA NA CAPITANIA DE GOYAZ

Metais preciosos eram quase tudo: o sistema mercantil em suas engrenagens necessitava de ouro, prata, diamantes e pedras preciosas. Esses eram o óleo que lubrificava a capacidade de lastro, troca e meio circulante. Ávida pelo ouro, a economia européia adentrou a era moderna ressentida de mais de três séculos, em que as trocas de metais preciosos por bens de consumo e matérias primas com o Oriente — desde o Renascimento Comercial e Urbano nos séculos XII e XIII — seguiam fluxo unidirecional, não retornando como crédito na balança de pagamentos. Esse foi o grande causador do depauperamento dos tesouros nacionais. A “anemia” de metais preciosos era um dos grandes problemas desses países ao final do século XV. Ao tomarem posse das terras da América, as nações européias, mormente as ibéricas, envidaram esforços na obtenção desses metais, fosse pelo saque simples e direto como aconteceu, por exemplo, com astecas, incas e maias, fosse pela prospecção, que tinha prioridade zero na exploração colonial.

Enquanto os galeões espanhóis seguiam, desde o século XVI, abarrotados de ouro e prata oriundos da América, Portugal encontrou ouro em jazidas rentáveis, somente em fins do século XVII. Desse modo, o século XVIII marcou, notadamente em sua primeira metade, uma época de muitos sucessos na exploração aurífera, argentífera e diamantífera. Primeiramente em Minas Gerais e depois em Mato Grosso e Goiás, essas terras foram revolvidas, perfuradas e esquadrihadas em busca de riquezas.

O direito português considerava como propriedade senhorial do rei as jazidas minerais em terras de seu reino ou colônias, por isso o Estado cedia a particulares concessões de exploração em áreas que variavam em extensão entre 10.000 a 30.000 m² em média, conhecidas como “datas” de terra⁵⁰ — muito diferentes dos latifúndios entregues aos sesmeiros na área litorânea — e a produção era taxada com o quinto (vinte por cento). Existia numerosa lista de tributos e impostos, tais como os dízimos reais, dízimos mistos e pessoais. A exação fiscal era demasiado pesada para muitos. Recorrer ao contrabando era prática comum para escapar de impostos e tributos. As autoridades

⁵⁰ PALACÍN, *Op. cit.* p. 20

se esforçavam para evitar. O ouro que era contrabandeado pelos mais diversos tipos de homens, como religiosos, escravos, alforriados, estrangeiros, agentes estatais corruptos e toda uma sorte de pessoas⁵¹ que, alentadas pelo lucro advindo dessa atividade, teimavam em praticá-la. Os postos fiscais e as tropas regulares, como o corpo de dragões, eram os principais instrumentos de Estado para controlar as estradas e evitar o dito contrabando. O temor das autoridades com a atividade de contrabandistas e seu respectivo controle auxiliaram no isolamento das regiões de mineração, como observa Neiva Coelho:

*“Convém ainda observar que, para um maior controle do escoamento da produção aurífera, e conseqüentemente para tentar impedir o contrabando de pedras, era reduzido o número de estradas que faziam o contato da população mineradora com o exterior das áreas de mineração. Se por um lado isso facilitava o controle, por outro contribuía para o isolamento dessa população, o que gerou, mais tarde, uma cultura própria, característica dessa região, diferente de tudo o que acontecia no resto da Colônia”.*⁵²

Uma das estratégias utilizadas para minimizar a burla foram as casas de fundição⁵³, instituídas nas próprias áreas de mineração, postos fiscais de controle nas estradas reais e, como o *modus operandi* da coroa era sempre em favor de arrecadação maior, foi criada a “capitação”, que constituía imposto cobrado arbitrariamente, independente dos ganhos do dono da lavra, sobre o número de escravos. O valor cobrado na capitação era fixado previamente pelo Estado, levando a reclamações dos proprietários desses escravos que, principalmente após o esgotamento dos recursos auríferos, tinham prejuízos ao pagarem mais do que obtinham em suas datas.⁵⁴

⁵¹ VAINFAS, Ronaldo. v. “contrabando”. *Op. cit.* p. 146-147.

⁵² COELHO, Gustavo Neiva. *Op. cit.* p 142.

⁵³ “*Havia duas Casas de Fundição na Capitania de Goyaz: uma em Vila Boa, atendendo à produção do sul, e outra em S. Félix, para atender ao norte*”. (PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **História de Goiás**. 6ª ed. Goiânia: UCG, 1994. p. 22.

⁵⁴ *Idem, ibidem.* pp. 18 a 27.

A economia mineradora goiana do século XVIII viveu, nas décadas de 30 e 40, o auge de suas atividades, com o aumento progressivo dos ganhos para mineradores e Estado. A prosperidade ergueu ruas e casas, indicando as novas fortunas da região, Vila Boa era o centro desse novo Eldorado. Essa prosperidade pode ser observada em sua dinâmica cronológica com a análise do procedimento de arrecadação e seu aumento, conforme pesquisou e destacou Neiva Coelho:

*“O crescimento observado na arrecadação, principalmente entre os anos 1736 e 1741, com a existência, nesse período, de 10.263 novos escravos, além de 28 núcleos já implantados no final de 1741, demonstra, acima de tudo, o interesse do explorador em investir em novas catas, gerando maior produção de ouro e, conseqüentemente, maior arrecadação.”*⁵⁵

Esse período áureo garantiu a ocupação e organização da capitania, criando condições para realização de interesses de posse e fixação em nome da coroa. Essas, ao longo do estudo, serão discernidas para dar sentido e entendimento ao funcionamento social da história goiana. O ouro em Goiás, ao contrário de Minas Gerais, foi exclusivamente retirado da superfície da terra, em leitos de rios, através da *garimpagem de faiscação* e seu esgotamento foi mais acelerado que em outras regiões. Neiva Coelho nos demonstra esse momento de decadência, que ocorreu em concomitância com as outras regiões mineradoras:

*“[...] a exploração mineradora em Goiás desenvolveu-se em um espaço de tempo relativamente curto... chegando ao máximo de sua produtividade em meados da década de 1750 para, a partir de então, entrar em um processo de franco esgotamento. Isso coincide com o momento em que as outras duas regiões de economia mineradora, Minas Gerais e Mato Grosso, passam também a enfrentar problemas com o declínio da exploração aurífera.”*⁵⁶

⁵⁵ COELHO, Gustavo Neiva. *Op. cit.* p. 154.

⁵⁶ COELHO, Gustavo Neiva. *Op. cit.* pp. 157-158

Analisar o momento de decadência da economia mineradora no Brasil colonial possibilita compreender a Capitania de Goyaz e as políticas de reordenação postas para esse conjunto produtivo. A crise da economia mineradora exigiu ação prática por parte da coroa portuguesa, diante dessa situação que afetava profundamente a economia global do reino. Dentro desse momento de ação política encontramos incluso o projeto que pretendeu inserir o indígena nas atividades produtivas com modelo definido pelo colonizador, o *Directório dos Índios* é parte que integra esse conjunto de ações.



CAPÍTULO 2

A GUERRA INDÍGENA EM GOYAZ E O TEMPO DE RENDIÇÃO

2.1 A RESISTÊNCIA LOCAL

Nas primeiras décadas do século XVIII, a região de Goiás começou a ter ocupação de população heterogênea e, nesse encontro multicultural, ocorreram choques: os hábitos morais e religiosos e, sobretudo, interesses materiais levaram ao confronto de armas. Como observa Chaim, esses conflitos na região eram fruto do acelerado povoamento comum em regiões mineradoras. A febre do ouro atraiu multidões que disputavam o precioso metal, essa disputa estava acompanhada de violência, dada a natureza do grupo e sua motivação. Esse deslocamento populacional abrupto é momento rememorado em outras histórias:

“[...] Goiás não poderia escapar à regra geral, inflexível, que presidiu a vida dos aglomerados decorrentes do afluxo súbito de aventureiros, arrastados pela febre do ouro, turba de indivíduos de todas as condições e procedências. Tal fato se deu em Goiás, no Brasil e, mais tarde, repetir-se-ia na Califórnia, na Austrália, no Transvaal e no Alasca.”⁵⁷

A mobilização e a frequência dos embates caracterizaram uma guerra de significativas proporções com a utilização, inclusive, de forças militares auxiliares vindas de outras capitâneas. A relação entre Goiás e Mato Grosso, regiões da Hinterlândia, aparece com significativa frequência neste estudo, inclusive no momento da Guerra Indígena. Dessa capitania vizinha veio o auxílio dos chamados “índios mansos”⁵⁸ utilizados como tropa:

“Inicialmente é chamado Ângelo Preto de Cuiabá, para fazer guerra aos Caiapó, mediante vantajosa recompensa, e, na impossibilidade do

⁵⁷ CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 64

⁵⁸ Os “índios mansos”, silvícolas aculturados e dominados, eram fundamentais na empresa de conquista como auxiliares na tarefa de apresamento do índio dito “selvagem”. Como fala M. Chaim : “*esse índio levava vantagem sobre os ‘nacionais da terra’ na luta contra o gentio bárbaro..*”. (CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 81)

seu comparecimento, vai ser substituído por Antônio Pires de Campos que, com seus 500 Bororó, contratados por uma arroba de ouro para desinfestar a região, fez guerra acirrada a esses aborígenes. Tal foi a ação de Antônio Pires de Campos contra os Caiapó, que em 1747, embora fizessem aparições na estrada de Goiás, já não acometiam os pontos de passagem nos rios. Continuavam porém a agredir civilizados, a quem a ambição e imprudência levaram a tentar o apossamento de terras afastadas do eixo da estrada.”⁵⁹

Os conflitos, muitas vezes, como evidencia o texto acima, apenas mudavam de lugar. As táticas de combate aos colonos alienígenas incluíam mobilidade no terreno. Essas estratégias eram a indicação da disposição silvícola em resistir cerrado adentro contra o invasor de sua terra. Como era prática administrativa corrente, cedo, ainda no primeiro governo da capitania, com D. Marcos de Noronha, ocorreram as primeiras tentativas de aldear esses povos. Tais experiências pioneiras na capitania, ainda sob o controle jesuíta, quedaram em fracasso, foram eles o aldeamento de São Francisco Xavier do Duro e de São José do Duro, fundados respectivamente em 1751 e 1753. As fugas, a falta de controle e apoio por parte das autoridades da capitania e, fundamentalmente, a irridência silvícola foram fatores fundamentais para o insucesso desses aldeamentos que terminaram abandonados, respectivamente em 1756 e 1757. Em São José do Duro, como exemplo, após escassearem os recursos e víveres, os xacriabá que lá tinham sido instalados, fugiram levando consigo armas de fogo que manuseavam com destreza apreendida durante o período de aldeados. Atemorizando a região do rio Formiga, esses xacriabá só foram contidos quatro anos mais tarde⁶⁰. Os escravos de origem africana também encontraram, em algumas tribos, apoio e esteio para suas fugas do cativeiro; o colonizador teve mais esse entrevero em sua pauta. Tomemos como exemplo a carta de 1765 do governador ao secretário de Estado:

⁵⁹ TAUNAY, Affonso de E. **Os primeiros anos de Goyaz**. São Paulo, 1950, p. 150. *Apud* CHAIM, Marivone M. *Op. cit.* p. 55.

⁶⁰ CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p.27.

“[...] porque me constou que os ditos gentios surpreendendo huns negros de huma rossa os não matarão como praticavão nas antecedentes abalroadas [...] mas levando-os às suas aldeias e os cazarão com as gentias, asseverando que todo preto que quizesse passar para elles acharião nas suas aldeias o mesmo bom tratamento.”⁶¹

Conforme veremos em nossas observações seguintes, a reação indígena, usou e adaptou várias táticas para comprometer a atividade econômica colonial. Esses não encontraram derrota no campo militar. O trágico climático dos anos setenta e a persuasão pelo aldeamento surtiram efeito mais contundente do que a diplomacia do fogo de mosquetes, flechas e espadas. Os episódios que caracterizaram a submissão silvícola não registram vitória de tipo bélico por nenhuma das partes envolvidas, nem uma batalha de caráter peremptório. A tenaz resistência ao colonizador evidencia o choque entre os mundos envolvidos, com interesses díspares para o destino das terras em disputa e seus recursos naturais. Era o instante do choque, como observa Mellatti:

“Deve-se notar que a principal fonte de proteínas de que dispunham os índios era a carne de caça e o peixe. Ora, tanto a caça como a pesca se tornam mais difíceis depois do contato com os brancos, porque servem de fonte de alimentação também aos sertanejos civilizados. Os alimentos de origem agrícola utilizados pelos indígenas são geralmente ricos em amido, não em proteínas. Além disso, os índios não consomem leite, nem ovos.”⁶²

As atividades econômicas não envolviam apenas a disputa por víveres. Os mineradores, motivados pelo ouro, invadiram territórios que previamente tinham pertença. Choques ocorridos em Natividade, Terras Novas, Paranã e Remédios⁶³ (região norte da capitania) eram diretamente orientados contra as áreas mineradoras desses

⁶¹ Correspondência do Governador ao Secretário de Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 30/03/1765. RIHGB. Vol. 84, p. 89. *Apud.* CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 46.

⁶² MELLATTI, J. C. *Op. cit.*

⁶³ CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p.113.

arraiais. A resistência indígena erguia-se contra os mineradores e suas atividades. Acroá e xacriabá sabiam o que estavam fazendo ao destruírem equipamentos e matarem escravos e capatazes que trabalhavam nas lavras. Tropeiros, mineiros, milícias e roçados eram alvo preferencial no conflito bélico. Os índios, ao colidirem diretamente com o cerne da economia colonizadora, criavam entraves ao avanço das artérias econômicas da articulação mercantil-mineradora, essa era a meta da resistência local. Na parte sul da capitania, as refregas e matanças também resultavam em empecilho ao ímpeto colonizador. Em 1734, o próprio Bartolomeu Bueno e sua comitiva, em empreitada de prospecção, foram expulsos pelos aguerridos caiapó das margens dos rios Pilões e Claro, deixando para trás as pedras preciosas ali encontradas⁶⁴. Muitas vezes, entrar pelo sertão, quedava em desaparecimento como acontecera dois anos antes, desse acontecido com Bueno, em 1732, quando uma bandeira saiu de Villa Boa com 50 pessoas entre brancos e negros e nunca mais retornou presumiram todos ser o ataque do gentio o motivo do desaparecimento⁶⁵.

Tomemos como exemplo também o relato feito em 1755 por D. Marcos de Noronha sobre o massacre de 41 escravos e do proprietário da lavoura em que trabalhavam, celebrado por caiapós em localidade próxima de Vila Boa⁶⁶. Os ataques lado a lado eram freqüentes, por vezes os colonos se organizavam em bandeiras cujo único objetivo era o massacre do oponente. A guerra “justa”⁶⁷, assim era chamado o antigo expediente utilizado sempre com as mais pretensiosas desculpas. Uma dessas, organizada em Vila Boa em 1761, com o intuito de caça ao xavante, saiu aos sertões matando, escravizando e plantando no sentimento dos nativos aversão ao colonizador. Também o Estado português adotou em Goiás medidas repressivas em 1743, D. Luis de Mascarenhas, em carta ao intendente e provedor da fazenda real, informava ter criado uma companhia de pedestres — homens brancos armados de espadas e alguns mosquetes

⁶⁴ CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 54.

⁶⁵ JÚNIOR, Deusdedit Alves Rocha; JÚNIOR, Wilson Vieira; CARDOSO, Rafael Carvalho C. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes**. Brasília: Editora Paralelo 15, 2006. p.19

⁶⁶ “Entre os mais hostis ao povoador destacam-se, no norte, os Akroá, Xacribá, Xavantes e Canoeiros. Os três primeiros foram aldeados à custa da fazenda Real; quanto ao último, frustaram-se todas as tentativas de reduzi-lo”. (CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 58.)

⁶⁷ Em 9 de abril de 1655 foi regulamentada pela coroa a guerra aos índios “hostis” e a “justiça” de sua escravidão após o conflito. CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p 69.

— para fazer guerra aos caiapós, esses alcunhados como caceteiros ou bilreiros⁶⁸ por seus tacapes usados com destreza, eram especialmente temidos e odiados. A capacidade de resistência estóica e as retaliações praticadas por essa nação indígena, especificamente, explicam o porquê de tantas comemorações dos colonos quando da rendição caiapó. Como confirma Palacín, os caiapó “[...]moveram guerra contínua por cinqüenta anos, chegando, muitas vezes, às portas de Vila Boa”⁶⁹. Em 1749, D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, ao assumir o governo da capitania, tinha, em seu registro de bagagens várias peças de artilharia e comitiva de 60 negros⁷⁰ armados, destinados ao combate contra os caiapó⁷¹. Até mesmo a estrutura das moradias, em locais de conflitos mais freqüentes, apresentava preparação para o enfrentamento armado, como por exemplo no Arraial do Carmo, como relata Chaim:

“[...] Carmo foi fundado por Manuel Souza Ferreira. Como fora muito atacado pelo gentio Akroá, a maioria das casas eram construídas de tijolo queimado, pois estes índios incendiavam os tetos de palha com flechas ardentes. Um dos poucos arraiais onde as casas são cobertas com telha”⁷².

Ao longo de décadas no século XVIII, desenrolou-se uma guerra cruel e muda, sem generais, sem trincheiras e sem vencedores. Movidos pela defesa de suas terras, e, a rigor, de suas vidas, os índios de Goiás resistiram pelas veredas, chapadas e matas cerratenses, “como os bandos de trabalhadores civilizados são pequenos e muito espalhados, é possível a uma tribo aguerrida resistir a sua penetração”⁷³. Por mais ataques e refregas que os colonos obrassem, o obstinado indígena resistia, causando desmontes e delimitando áreas de resistência. A Guerra Indígena Colonial em Goiás foi

⁶⁸ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1994. p. 31.

⁶⁹ PALACÍN, Luís, MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **Histórias de Goiás**. 6ª ed. Goiânia: UCG, 1994. p. 73.

⁷⁰ De acordo com Coelho, “estava criada, em Goiás, nova força militar: a companhia de ordenanças de negros, chamados de Henriques.” Cf. COELHO, Gustavo Neiva. *Op. cit.* p. 168

⁷¹ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1997. 227 p. 56.

⁷² CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 25.

⁷³ MELLATTI, J. C. *Op. cit.* p.183.

realidade de muitos anos. Era, realmente, a guerra em seu princípio de efetividade, claramente demarcada por forças infensas, uma buscando a aniquilação⁷⁴ da outra como fenômeno coletivo, caracterizada por freqüentes lutas armadas. Podemos classificá-la, conjuntamente como guerra colonial, em que os grupos contendentes, sem aporte jurídico semelhante, enfrentam-se com um deles presumindo superioridade civilizacional sobre o outro.⁷⁵ Somente com o trágico climático dos anos 70 e 80 e a oportuna política de cooptar pela persuasão, veremos o feixe da obstinação romper. Foi o *tempo de rendição* que arrefeceu a guerra entre índios e colonos.

⁷⁴ Somente no período de três anos (1757 a 1760) foram mortas mais de duzentas pessoas do lado colonial, conforme informava o governador da Capitania de Goyaz. Carta para a corte em 23 de dezembro de 1760. RIHGB. Vol. 84. p. 67. *Apud* CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 114.

⁷⁵ BOBBIO, Norberto. Verbetes “Guerra” in **Dicionário de Política**. Vol. 1. 12^a. ed. Editora UnB. Brasília. 2004. pp. 571-573.

2.2 O TEMPO DE RENDIÇÃO

Por todo o centro-oeste da massa continental brasileira, o cerrado espalha-se com sua vegetação savânica, com rios e grande variedade de fauna compondo a principal riqueza natural da Hinterlândia. Possui ainda extensões em direção a São Paulo, Piauí, Bahia, Ceará, Maranhão, Rondônia, Pará, Amapá e em quase metade de Minas Gerais é encontrada a presença desse conjunto natural que originalmente ocupava um quarto do território brasileiro, com 1,8 milhão de km² ⁷⁶. Com um período de baixíssima densidade pluviométrica com meses de pouca umidade de julho a agosto — período da seca — e forte densidade pluviométrica nos meses de novembro a abril — período das chuvas —, esse é ecossistema capaz de sustentar, com sua vegetação e animais, a existência de grupos humanos fixos⁷⁷.

Os vestígios humanos na região de Goiás datam aproximadamente de 10 mil anos atrás e marcam a época em que desapareceram da paisagem os representantes da mega-fauna⁷⁸. Entre 10 e 2 mil atrás, a presença humana passou a compor a paisagem: acampamentos de caça, taperas, caminhos fluviais, picadas e passagens vicejaram com a ocupação hominídea. As comunidades indígenas, no momento de encontro com o colonizador, encontravam-se em acelerado processo de sedentarização. A moderação, do clima facilitou sua vida produtiva. Conforme estudos arqueológicos, do período conhecido como fase Jataí⁷⁹, foi o momento em que produtos agrícolas, pesca, coleta silvestre, utensílios e objetos de cerâmica indicavam a acomodação climática dos últimos mil anos. Produtos como pequi, guariroba, babaçu, marmelada do campo, bacupari, muricis, pitangas, araticum, gabiobas, ananás, reforçavam, de acordo com sua sazonalidade, a dieta indígena juntamente com a mandioca, coquinhos, palmitos e carnes

⁷⁶ FRANCO, José Maria V. e UZUNIAN, **Cerrado brasileiro**. São Paulo: Ed. Harbra, 2004. p. 11.

⁷⁷ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1994. p.17-25.

⁷⁸ “[...] Doze mil anos é a mais antiga datação da presença do homem no Brasil Central e, coincidentemente, a data final da extinção da mega-fauna na região: o megatério (preguiça gigante); o tigre de dente-de-sabre; ursos; o gliptodonte (tatu gigante); o mastodonte (parecido ao elefante); o cavalo, etc. O cavalo americano extinguiu-se na pré-história, sendo depois introduzido pelos colonizadores europeus.” in BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1994. p.6.

⁷⁹ *Idem, ibidem*. p. 6

de caça e pesca⁸⁰. Essa integração entre homem e cerrado dependia de um equilíbrio que envolvia delicada equação entre recursos naturais e o ciclo seca/chuva.

As comunidades indígenas em Goiás, constituídas pelas naturezas da terra e hábeis, por consequência no conhecimento local, mantiveram sua disposição de obstinada resistência, não feneceram nem recuaram: a postura de combate e o moral garantiam a manutenção das frentes de batalha. Essa disposição sofreu revés exatamente pelo contingenciamento natural, quando as instabilidades climáticas⁸¹ assolaram a organização produtiva indígena, facilitando a dominação, processo que é destacado por Bertran:

*“É quando — retomo a tese ambiental — pelo efeito da Nímia Secura e, depois, pelo dilúvio, o indígena deixa o colonizador acercar-se. No espaço de cinco anos (1776-1781), deixam-se pacificar e aldear os carajás, acroás e, grande surpresa, os caiapós. O clima sofreu fortes alterações de secas e chuvas, já vimos. A caça, a pesca, a coleta reduziram-se drasticamente. O indígena faminto entregou-se.”*⁸²

Eis o tempo de rendição delineado pela *Nímia Secura* e *Sobeja Pluviosa*, que permitiu e facilitou a submissão dos indígenas em Goiás; momento dinâmico para a política de aldeamentos. A presença do colonizador e o trágico climático mudariam para sempre a história dos viventes desta região da Hinterlândia que teve, por produto, nova civilização em seus pródromos de demarcação. Foram três anos de seca que tiveram início em 1773. O governador D. José de Almeida fala nesse ano de “*um fogo tão geral*

⁸⁰ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1994. p. 9.

⁸¹ C. Pfister e R. Brazdil, dão pista em seu estudo sobre a pequena era glacial que deu seus primeiros sinais no século XVI e se estendeu até meados do século XIX. Especificamente eles tratam sobre a ocorrência de infreqüências climáticas associadas à chamada pequena Idade do Gelo, esse impactos climáticos no período de 1750 a 1800, são demarcados por variações abruptas ano a ano. O aumento das capas polares promoveu frios intensos no hemisfério norte e secas, com violentas chuvas entremeando, no Hemisfério Sul. Cf. LAMB, H.H., **Climate, History and the Future**. London: Methuen, 1977. 212. SINGER, S.F. e AVERY, D.T., **Unstoppable Global Warming**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2007, 55. PFISTER, C. e BRAZDIL, R. **Social vulnerability to climate in the “Little Ice Age”**: an example from Central Europe in the early 1770s *Clim. Past*, 2, 115–129, 2006.

⁸² BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1997. 227 p. 6

*que durou quatro meses, arrasando tanto matos quanto capoeiras”*⁸³. Nos dois anos seguintes, até 1775, a situação continuou, e não há registros de nenhuma precipitação chuvosa considerável nesse período. Em outro documento, D. José de Almeida e Soveral, em carta ao governo interino, dizia: “[...] e pelo acidente da nimia secura destes últimos anos [...] a que os melhores arithmeticos politicos anunciam funestas conseqüências ”⁸⁴. Logo após, como inclemência difusa do tempo, vieram as chuvas de 1778 a 1782⁸⁵, tão destruidores quanto os fogos, carregaram as três pontes sobre o Rio Vermelho em Vila Boa; animais desapareceram, as roças minguaram e os frutos da terra não vieram. Essas catástrofes naturais assolaram a terra em momento que, como vimos, a economia mineradora estava em franca decadência. A administração da capitania tomou medidas para atender as necessidades imediatas dos colonos: D. José de Almeida mandou coibir atravessadores e especuladores, organizou estoques e distribuiu mantimentos nos arraiais⁸⁶. Quanto aos indígenas, que viviam da caça, coleta e pesca, quem prestaria auxílio a eles? A fome chegara, as roças de mandioca morreram; quem os alimentaria? Nesse momento, podemos observar na base documental consultada, que os grupos humanos chegados a essa região provocaram disputa acirrada pelos recursos fornecidos pela natureza. Deve ser citada, também, a destruição de recursos naturais pela atividade mineradora, com assoreamentos de cursos d’água, degradação do solo e uso do mercúrio. A recuperação das áreas de mineração no cerrado são vagarosas e de acordo com Corrêa e Baptista:

“após a exploração de uma lavra, inicia-se um processo natural de sucessão secundária, que consiste da colonização do meio minerado por seres vivos. A sucessão secundária se inicia com a colonização de uma área por comunidade simples e de pouca biomassa (comunidade pioneira) e termina com uma comunidade clímax, cuja biomassa, diversidade e complexidade estrutural atingem valores máximos para o

⁸³ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1997, p. 6.

⁸⁴ Carta de D. José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho ao governo interino, 17 de maio de 1778. In: ALENCASTRE, J. M. P. “Anais da província de Goiás”. Reedição dos originais de 1864 (RIHGB) –

⁸⁵ Secretaria de Planejamento do Governo de Goiás, Goiânia, 1979. Original na Biblioteca Nacional, cód. 7.4.70. Apud BERTRAN, Paulo (org.). *Op. cit.* 1997, p. 1.

⁸⁶ _____ . *Idem*, pp. 6-8.

*local em questão. Entretanto, o processo de sucessão ecológica em locais minerados no Cerrado é extremamente lento...*⁸⁷

A compleição do aparato administrativo do Estado procurava reparar-se para receber os povos abalados pela intempérie, em outro momento a ordem seria provavelmente de atacar até à morte os indígenas desvalidos, mas a diretriz que vinha de Portugal era outra, pois esses homens e mulheres eram importantes para o projeto de manutenção do poder português em território tão promissor. Era momento de cooptar, contatar, persuadir; era o instante de conluio de elementos propícios, situações demarcadas por esses que, com atenção, encontramos na história goiana. Para melhor entendimento compete, nesse momento de nosso estudo, delimitar os elementos dessa rede de acontecimentos:

a) o desarranjo climático da *Nímia Secura* e *Sobeja Pluviosa* moeram as resistências materiais que suportavam as comunidades indígenas irridentes;

b) a capitania minguava em população, como decorrência da crise econômica e, agora, eram fundamentais os silvícolas como os novos co-participes nessa tarefa;

c) o *Directório* por si só seria, como em outros dispositivos legais anteriormente promulgados, apenas mais um documento que alterava a condição do índio e, por resistências dos colonos e autoridades, quedava inócuo, portanto, implica o próximo elemento citado dessa rede de acontecimentos:

⁸⁷ BAPTISTA, Gustavo Macedo de Mello e Corrêa, Rodrigo Studart. **Mineração e Áreas Degradadas no Cerrado**. Brasília, 2004. Editora Universa. p. 127

d) os governos de D. José de Almeida Vasconcelos Soveral, o Barão de Mossâmedes (1772-1778) e D. Luís da Cunha de Menezes (1778-1783). Esse foram administradores aplicados em concretizar as ditas ordens dadas as necessidades que se elevavam no Reino. Elencados como governadores pombalinos pelo suporte bibliográfico utilizado, esses demonstraram, durante seus respectivos governos, a atenção com a instrumentalização, na prática dos ditames jurídicos oriundos no reino.

Os relatos seguintes envolvem a compreensão da importância do projeto pombalino para o sistema de Aldeamentos, agora laicos, funcionais e ligados à burocracia do Estado, com a clara meta de replicar e educar socialmente o indígena para o modelo matricial europeu de organização política e mercantil.

O que chamamos de *tempo de rendição* é esse conjunto de acontecimentos, políticos e ação humana em momento propício (em si) e específico na história colonial brasileira; conluio de caráter social, definido no tempo, que ocorreu em um território delimitado e denominado Capitania de Goyaz que, por sua vez, está integrada a outras constituindo conjunto definido e dominado pela metrópole.

Os povos indígenas, residentes há séculos na região resistiram em uma guerra que, segundo Bertran, “*recrudescer particularmente nos anos de 1740 a 1760*” e, com resistência feroz, perdurou, pois o “*indígena sempre esteve em curso na periferia*”⁸⁸, e, quase em um ápice, no espaço de cinco anos (1776-1781), intempéries anormais forçaram mudança abrupta: os resistentes rapidamente foram contatados, adulados e aldeados, tudo no regulamento de um poder régio que decidiu tornar o índio parte fundamental de sua estratégia, pois, conforme Maxwell,

“Pombal agia, na verdade, para assegurar o futuro da América portuguesa ao encorajar o aumento da população. Mas como não acreditava que esse objetivo pudesse ser alcançado, no Brasil, por meio de uma emigração europeia maciça; visava, ao afastar a população

⁸⁸ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1997. 227 p. 7.

*indígena da proteção religiosa, estimular a sua europeização por intermédio da miscigenação.”*⁸⁹

Esse *tempo de rendição* segue em nosso estudo, com a observação dos referidos governos pombalinos da Capitania de Goyaz e como procederam na aplicação do *Directório*, concomitantemente, segue também a narrativa, em conjunto, que caracteriza os viventes em seus momentos e ações como integrantes da trama social no tempo. No subtítulo seguinte, prosseguiremos a análise do momento de submissão e intervenientes do *Directório* junto aos governadores no cumprimento dessas normativas e as conseqüências então advindas dessa articulação administrativa.

⁸⁹ MAXWELL. **Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra: 1997. p. 120.

2.2.1 O GOVERNO DE JOSÉ DE ALMEIDA VASCONCELOS DE SOVERAL E CARVALHO (1772-1778)

O governo de José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, o Barão de Mossâmedes, serve de excelente exemplo da aplicação das medidas de governança suportadas pelo novo aporte jurídico indigenista pombalino em Goiás. Esmerado administrador, minucioso em sua gestão, esse fidalgo português, ao chegar, dispunha dos poderes mais amplos que qualquer um de seus predecessores⁹⁰. Ele promoveu vigoroso reordenamento da estrutura administrativa e militar da capitania fazendo nomeações e criando milícias auxiliares. Os autores consultados em nosso estudo sobre Goiás colonial apontam-no como aquele que, de forma mais bem sucedida, geriu o sistema de aldeamentos segundo o *Directório*. Durante seu governo, foi criado o aldeamento de Nova Beira em 1775 e, nesse mesmo ano, foi estruturado o de São José de Mossâmedes, transformando-o no maior e mais bem sucedido empreendimento de controle dos silvícolas da capitania.

Quando assumiu, em julho de 1772, devido às administrações anteriores mal sucedidas, D. José de Almeida encontrou a capitania com dificuldades de diversas formas. Aliado a isso, a mineração decaiu em ritmo vertical, dificultando o equilíbrio econômico e minguando os cofres públicos. A época não era nada aprazível: no primeiro ano de governo ainda houve, inclusive, necessidade do tabelamento de preços, devido a fome que se alastrava pela capitania⁹¹. Observador e persistente, o novo Capitão Geral, por duas vezes durante seu governo percorreu em viagem de reconhecimento e tomada de providências, a Capitania de Goyaz. Em suas andanças pela capitania, fica evidente a preocupação com a defesa militar, como pode ser visto nos relatos de seu diário de viagem. Nos vários arraiais visitados, o aparato militar era remodelado: “...*p^a segurar os Arrayaes, afim de não serem atacados pella barbaridad^e. do gentio chavante, e deo outras m^{tas}. provid^{as}., todas encaminhadas ao bem commum, e socego dos Povos*”⁹². A

⁹⁰ PINHEIRO, Antônio César Caldas e COELHO, Gustavo Neiva (orgs.). **O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006. p. 43.

⁹¹ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1997. 227 p. 60.

⁹² *Apud* PINHEIRO, Antônio César Caldas e COELHO, Gustavo Neiva Coelho (orgs.). *Op. cit.*. pp. 28

orientação de viés pombalino era perceptível em seus ordenamentos de tropas. A reorganização do aparelho militar da capitania era uma de suas altas prioridades, como em Santa Luzia, no Duro, em Crixás, Trahíras, São Felix e Natividade. O recrutamento militar ignorava a cor da pele. Os relatos documentais seguintes dão monta esse trabalho:

No Arraial de Pilar:

*“[...] aggregou os Pardos forros ás duas Companhias por Esquadras, e deu muntas providencias utilissimas para o bem commum: mandou abrir hum caminho quaze em linha recta deste Arrayal para a villa, no qual se julga se mais breve [...]”.*⁹³

No Arraial de Trahiras:

*“Fes sua Excellencia naquelle Arrayal duas Companhias de Ordenanças com seus Officiaes...”.*⁹⁴

No Arraial de São Félix:

*“NESTE Arrayal reformou sua Excelencia a Companhia da Cavallaria Auxiliar, provendo nella os postos de Cappitam, tenente, e Alferes, que estavam vagos; FES HUMA Companhia de Ordenança de homens brancos, e outra de pardos forros”.*⁹⁵

No Arraial de Natividade:

⁹³ PINHEIRO, Antônio César Caldas e COELHO, Gustavo Neiva Coelho (orgs.). *Op. cit.* pp. 83-85

⁹⁴ _____ . *Idem*, p. 93

⁹⁵ _____ . *Idem*, p. 95

*“... reformou a comp^a. Da cavalaria Auxiliar, provendo nella o Posto de Tenente, Alferes, e Furriel. Mandou alistar os moradores, e delles fês huma comp^a. De ordenança de homens brancos, e outra de pardos forros”.*⁹⁶

No Arraial de Santa Luzia⁹⁷:

*“... mandou alistar os moradores, e delles fês duas avultadas companhias de ordenanças, e huma de Pardos forros. Ouvio a todos, deo m^{tas}. provid^{as}. P^a. utilid^{es}. Dos moradores, e o serviço de S. Mag^e”.*⁹⁸

No Arraial de Crixás:

*“... neste tempo mandou alistar os moradores, e delles fês 2 companhias de ordenanças, e húa de Pardos forros; reformou a companhia de cavalaria auxiliar, provendo nella o posto de Capitam, Tenente, Alferes, e Furriel”*⁹⁹.

A despeito do pudor racial: todos eram fundamentais quando a necessidade colonial e o interesse do poder régio eram imperiosos. O governo, também criou a junta da fazenda para o melhor controle fiscal e administrativo; inaugurou a navegação oficial no rio Tocantins, em expedição comandada pessoalmente pelo governador¹⁰⁰. Por intermédio e apoio de Luís Tavares Lisboa estabeleceu a via fluvial até Belém¹⁰¹. Além disso, em suas viagens, deu instruções e encontrou-se com autoridades civis e militares

⁹⁶ _____ . *Idem*, p. 113

⁹⁷ Atual Luziânia.

⁹⁸ _____ . *Idem*, p. 135

⁹⁹ _____ . *Idem*, p. 139

¹⁰⁰ Durante a primeira seca o Governador promoveu sua primeira viagem pela capitania tomando providências e concluiu que a navegação pelo Tocantins ate o Pará seria uma das viabilidades para romper com a crise de abastecimento. BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1997. 227 p. 60.

¹⁰¹ AVELLAR. Hélio de Alcântara. **História administrativa do Brasil. Administração Pombalina.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983, p. 43

de freguesias e julgados ¹⁰². Sua preocupação com a defesa militar tem motivações em temores que ajuízam o próprio diário:

“[...] aonde achou muntissimo ouro e onde estabeleceo o Arrayal, que tem sido mt°. Perseguido do Gentio Acroá. [...] No dia 30 marchou 5 legoas e pouzou no Sucavão: na madrugada do dia seg^{te}, antes de S. Ex^a. marchar se disse Missa, e todo o tempo, que ella durou estivemos com as Armas na mão por receio do gentio que por aquelles lugares tem matado munta gente”.

A Guerra Indígena rodeava o dia-a-dia do capitão geral!

As atitudes de Soveral eram marcadas pela orientação governativa de sua época, e, como tal, tinha preocupações em utilizar o silvícola nos procedimentos militares, e por isso mesmo, espantou-se quando, ao assumir a capitania, viu que não existia um corpo militar formado por índios. O governador reclamou às autoridades pelo não cumprimento da instrução de 17 de outubro de 1758, que ordenava a formação de corpos militares com os indígenas reduzidos, tal qual os milicianos hindus chamados de *sippais* na Índia portuguesa¹⁰³, Maxwell enfatiza esse aspecto:

*“Segundo se informava ao governador de Goiás em 1771, “as instruções do marquês de Pombal” tinham a intenção de “estabelecer para o governo de toda a América portuguesa um sistema político, civil e militar aplicável a todas as capitanias daquele continente, de acordo com a situação e as circunstâncias de cada uma delas”.*¹⁰⁴

Soveral, na seqüência dos dias, apurava os sentido e expedientes para defender o território. A proximidade com regiões dominadas pelos espanhóis e a flutuação das delimitações de fronteira demandavam alerta permanente, como evidencia

¹⁰² PINHEIRO, Antônio César Caldas e COELHO, Gustavo Neiva (orgs). *Op. cit.* p. 22-133

¹⁰³ CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 89.

¹⁰⁴ MAXWELL. *Op. cit.* p. 128.

o trecho de carta do governador de Mato Grosso enviada ao governador da Capitania de Goyaz. O documento diz:

“Encaminhase esta deligência afazer siente a V.Ex^a que pellos avizos do Gov^{or} DeViamaõ de 31 de Agosto participados com grande dificuldade pelo Gov^{or} da colonia em 28 de julho, sabemos que os Castelhanos tem posto aquella praça em grande aperto, eseachaõ com muitas forças no Rio da Prata, eficaõ aly praticando as mayores arrogancias einsolencias: como pode suceder q^e seeles nos abrirem a Guerra pellas partes do sul, a abram tambem nas provincias do Do norte; anticipo estes avizos do G.General de Matto Grosso para que esteja acautelado.”¹⁰⁵

Os avisos do Capitão Geral de Mato Grosso também traziam um pedido quase suplicante:

“por que como essa campitania costuma dar os socorros a de Matto Grosso, possa V.Ex^a. com tempo hirordenando todas assuas disposiçoens, p^a. Poder acodir atempo todas as vezes q^e. ”¹⁰⁶

Como tratamos anteriormente, a região de Goiás fazia parte de um complexo maior, e, a evidência nesse documento é corroborada com outros episódios encontrados em bibliografia relatando outros socorros dados por Goiás a Mato Grosso.¹⁰⁷ Defender a capitania, dar suporte a outras localidades da Hinterlândia e pacificar o gentio pela persuasão era a tônica dos atos de Soveral. A *Notícia Geral* nos conta que, em 1773, às custas de tributos extras dos vilarengos, enviou três bandeiras: saindo de Pilar, Trahíras e Vila Boa.¹⁰⁸ Essas bandeiras tinham em seus expedientes de ordens — coisa inédita até

¹⁰⁵ Doc. AHEG. Carta de D. Luis Antonio de Souza para o Governador de Goiás. folhas 1 e 2. caixa de documentação avulsa número 2.

¹⁰⁶ *Idem*, folha 2. caixa de documentação avulsa número 2.

¹⁰⁷ PALACÍN, Luís, MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **Histórias de Goiás**. 6^a. ed. Goiânia: UCG, 1994.

¹⁰⁸ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1997. p. 61.

então — compor sociedade com o gentio, congressando com qualquer que fosse a nação.¹⁰⁹ A bandeira, que saiu de Vila Boa teve por comandante o padre secular José Simões da Motta, redundou em fiasco. De Pilar, saiu a bandeira comandada pelo “Valerozo” Capitão Maximiano, que desafortunadamente pereceu em choque com o gentio xavante e tudo se desmantelou na empreitada. Em tudo mais bem sucedida que suas outras duas análogas, a bandeira originária da “freguesia de Trahiras”, comandada pelo Alferes dos Dragões José Pinto da Fonseca, fez contato amistoso com javaés e carajás, com persuasão e mantimentos foram acercados e cooptados. O documento que relata a rendição carajá e javaé e a declaração dos maioraes Abué Noná e Acabidú Ani consentindo com a submissão de seu povo ao poderio português vale a pena ser lido em sua íntegra textual, pois esse moldura o *tempo de rendição*:

“Resposta q. o Maioral da Nação Carajá, deo à Carta q. lhe foi dirigida.

Naminha terra chegou Gente tua — Senhor, dando p^a nós m^{tas}. Couzas que estimamos que Deus paga p^a. ti, e hú papel que p^a. nós está falando Couzas boas. E teu filho diz p^a. nós que tu hes de Coração bom, e o Grande Pay dos Brancos, q. mora da outra banda da Lagóa g^{de}, que quer toma cuidado p^a Gente da nossa pele; assim nós vai parecendo, vendo que sua gente não faz mal p^a nós.

Eu quero tu fla p^a eles, que fica assim sempre; e que livra a nós do Chavante Acroá, nós fica camarada por húa vez.

Quando teu Filho vai p^a tua terra, eu manda minha Filho vizitar Caza Tua: Eu espero que tu, Senhor, manda ele outra vez p^a meu Coração não fica Doendo. Ilha de S^{ta}. Ana 3 d’ Ag^{to}. De 1775. O Maioral da Nação Carajá. Abué Noná.

Juram^{tos}. De Vassalagé, e fidelidade= Abué Noná Maioral da Nação Carajá Em nome de todos os meus Sub^{tos} e Descend^{tes}. Prometo a Deus e El Rey de Port^{al}, se, como já sou de hoje em diante, Vassalo fiel de S Mag. E de ter perpetua paz Com os Portog^{zes}., e me obrigo assim guardar e cumprir p^a sempre. Ilha de S^{ta}. Ana 31 d Julho de 1775. =

¹⁰⁹ _____ . *Idem*, p. 60.

Abué Noná = O Alferes de Dragoéns Jozé P^{to} da Fon^{ca}. = fr. Fran^{co} da Vitória = Jose Machado de Az^{do} = Ant^o Pereira da cunha.

He em tudo idêntico, e com as mesmas assinat^{as} e data, o juram^{to} de Acabidú Ani, Maioral da Nação Javaé”.¹¹⁰

O alferes José Pinto da Fonseca pautou sua expedição de acordo com as ordens dadas pelo capitão geral e, para contento do mesmo, retornou em 1774 levando muitos desses povos até Vila Boa à presença de Soveral, que os recebeu com “afagos”. Em 1775, javaés e carajás, para felicidade dos colonos e sucesso do Estado, que começava a ver seus esforços medrarem resultados, foram aldeados na Ilha do Bananal. Era fundado o aldeamento da “Novabeira”, esse foi situado ao lado do presídio de S. Pedro do Sul. Segundo estratégia de controle, eram construídas guarnições chamadas “presídios” ao lado dos aldeamentos, as quais possuíam o habitual destacamento de pedestres e colonos, para que o local pudesse ser povoado com mais rapidez.¹¹¹ Bertran cita a *Notícia Geral* e destaca ainda a rendição de xacriabás. Esses acabaram aldeados na região de Sant’Anna do Rio das Velhas¹¹². Posteriormente, o governo da capitania transferiu mais levas das nações akroá, xavante, carajá, javaé, carijó e naudez para esse local. Era o novo momento, o aldeamento de S. José de Mossâmedes chegou a agrupar mais de 8.000 habitantes¹¹³. Esse foi a empreitada mais bem sucedida de Soveral no que diz respeito à pacificação do gentio, e lhe rendeu as graças de Pombal, que concedeu ao aplicado governador o título nobiliárquico, sugestivo, de Barão de Mossâmedes. Concluiu seu governo deixando para o sucessor a trilha da nova política indigenista aberta. A época dos aldeamentos orientadas pelo *Directório* estava inaugurada em Goyaz.

¹¹⁰ COELHO, Gustavo Neiva. *O Espaço Urbano em Vila Boa, Diário de Viagem do Barão de Mossâmedes 1771-1773*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006. p. 145.

¹¹¹ “À medida que eram construídos os aldeamentos, colocava-se junto aos mesmos uma guarnição de soldados Pedestres, a fim de garantir a segurança dos colonizadores. No aldeamento de Nova Beira, fora construído o Presídio de São Pedro do Sul, para onde foram enviados o habitual destacamento de soldados Pedestres e alguns colonizadores com a finalidade de mais rapidamente ser povoado o local, para atender a carência de elemento humano na navegação dos rios.” (CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1983. p. 62.)

¹¹² BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1997. 227 p. 62.

¹¹³ CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 118.

2.2.2 O GOVERNO DE LUÍS DA CUNHA DE MENEZES (1778-1783)

Em 16 de outubro de 1778, assumiu o último dos chamados governadores pombalinos (ou de influência pombalina), Cunha de Menezes¹¹⁴. Ele governou quando a produção aurífera caía para os níveis mais baixos na proporção homem/gramas de ouro: entre 1726 e 1735, era de quase 400 gramas por escravo/ano. Já entre 1779 e 1828, essa mesma proporção resultava em pouco mais 100 gramas¹¹⁵. A economia em crise levou ao abandono da capitania por parcelas da população branca em busca de lugar mais proveitoso para viverem. Escravos de origem africana não chegavam à região desde 1775¹¹⁶. Era imperioso buscar novos braços para produzir e proteger a terra, o Capitão Geral cumpriu esse objetivo em muitos sucesso, com episódio de destaque para a antes impensada rendição do gentio caiapó.

Quando contou com orgulho em sua *Notícia Geral* como os povos foram rendidos, Cunha de Menezes deixou demarcado em prosa o momento mais frenético do *tempo de rendição*: a destreza em aplicar o *Directório* ficou registrada quando observamos em evidência a organização da terra que, cada vez mais, amalgamava raças e entrelaçava braços na empreitada colonial em Goiás. Em 1779, o governador incumbiu Jozé Luiz, conhecido pela alcunha de “soldado Luiz”¹¹⁷, pardo destemido e de confiança das autoridades, para entrar em acordos com os caiapó. Jozé Luiz tinha o perfil adequado para tal missão: conhecia o território dos bilreiros, e era acompanhado pelo seu filho de criação, menino caiapó, filho legítimo de um chefe tribal, que fora

¹¹⁴ Luís da Cunha de Menezes teve longa carreira na colônia e foi indicado, após o Governo da Capitania de Goyaz, para comandar a importante Capitania de Minas Gerais. Ele foi satirizado como “Fanfarrão Minésio” nas **Cartas Chilenas** de Tomás Antônio Gonzaga, obra em que ele se utiliza do pseudônimo Critilo. Não por acaso, foi esse o governador que protagonizou a *Devassa* contra os inconfidentes, que condenou Tomás Antônio Gonzaga ao exílio.

¹¹⁵ PALACÍN, Luís, MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **História de Goiás**. 6ª ed. Goiânia: UCG, 1994. p. 23.

¹¹⁶ Em Goyaz, os escravos não eram mais entregues pelos comerciantes de trabalhadores compulsórios porque esses sabiam das dívidas e percalços financeiros dos donos de lavras e temiam, com efeito, a burla dos pagamentos. PALACÍN, Luís, MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **História de Goiás**. 6ª ed. Goiânia: UCG, 1994. p.33

¹¹⁷ CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 124.

arrebatado pelo soldado Luiz em uma de suas incursões ao território caiapó. O garoto acompanhava seu captor e padraço usando seu nome cristão de Feliciano Jozé Luis. Havia, ainda duas índias caiapó e seus maridos xavantes, que, há dois anos e meio, já viviam com os colonos. Esses se ofereceram como intérpretes na tarefa de contato. Foram esses filhos da terra: um mestiço, um garoto índio catequizado e dois casais indígenas de nação mista que lograram êxito em tarefa que outros antes tinham falhado. Mais de cinquenta homens saíram nessa bandeira a partir de Mossâmedes em fevereiro de 1780. Depois de três meses de marcha pelo sertão da capitania fizeram o primeiro contato: um ancião caiapó, guarnecido por seis guerreiros, suas esposas e filhos somavam todos 36 almas. Amistosos, o venerável caiapó e sua comitiva foram convidados pelo soldado Luiz para irem até a vila para terem com o Capitão geral. Levados para Vila Boa onde todos “*estavam admirados de ver a fereza do caiapó reduzida a uma total mansidão e notável alegria*”¹¹⁸.

Foram todos os silvícolas tratados com muita festa, pompa e salvas de tiros. Os vilaboenses receberam os visitantes com o claro intuito de mostrar a superioridade e sentimentos amistosos; uma verdadeira propaganda da dita “civilização” encenada em coletivo por todos os habitantes de uma vila. Após beijarem a mão de Cunha de Menezes, os índios caiapós assistiram a *Te deum Laudamos*, receberam víveres e alojamento generosamente doados pelos habitantes. Alguns dias depois, os caiapós foram vestidos e convidados a seguirem até Mossâmedes para que todos vissem o trato dispensado aos indígenas naquele aldeamento e instigados pelo governo voltaram para sua aldeia no intuito de continuar a propaganda para novos congregamentos. A chegada dos contatados à aldeia caiapó surtiu grande efeito: a *Notícia Geral* descreve o retorno do ancião, acompanhado de dois chefes caiapós e grande comitiva com mais 273 de sua nação, entraram em maio na Vila recebidos por exultantes vilarengos e, um mês depois, 113 gentios, sete já nascidos na cidade, “julgados inocentes” pelas autoridades eclesiásticas, foram batizados.¹¹⁹

Essa disposição da administração colonial de investir em esforços para alcançar conagração social na colônia, nos impõe a seguinte indagação: o que teria

¹¹⁸ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1997. 227 p. 63

¹¹⁹ *Idem, ibidem.* p. 63

ocasionado esse tão surpreendente gesto de aproximação? Por que após constante de enfrentamentos, nos quais o bravo caiapó dos sertões goianos não dava trégua nem se entregava, temos um desvio da curva comportamental, tão acentuado e dispárie, resultando em entrega com ares quase voluntários? Após consultar os documentos, chegamos ao mesmo denominador: a provável e aferível situação que levou a esses episódios estava ligada ao desmembramento do sistema de suporte material fornecido pelo meio natural em que viviam esses povos. Mais preparados tecnologicamente para produzir e estocar víveres e apoiados pelos insumos vindos de outras áreas das terras de domínio português, os colonos e seu modo de vida foram a opção para esses índios abalados pela tragédia da fome.

Às margens do rio Fartura, o outrora temido bilreiro, persistente defensor de sua terra e guerreiro orgulhoso, foi aldeado no Maria I. Jazia com a fundação desse povoado um dos mais ferozes e sangrentos períodos da ocupação da Hinterlândia. Durante os anos de 1780 a 1782, chegaram novas levas de caiapós rendidos, somando, ao final do referido biênio, mais de 600 viventes habitando o povoado e assistidos pelas autoridades, conforme os trâmites do *Directório*¹²⁰. A intrigante hipótese que afetamos após constatar tão demarcado período é que em momentos propiciados por contingências e governanças, a história aguça o sentido lógico em suas tramas e, logo após, por sua temporalidade evanescente, o desfaz, permitindo múltiplas e infinitas indagações acompanhadas de múltiplas e infinitas deduções. A conclusão que oferecemos: o trágico climático forneceu as misérias necessárias para a rendição de várias nações indígenas em Goyaz sob o *Directório* pombalino; adicione-se a isso a ação de funcionários mais preocupados com o bom governar, que aproveitaram o momento e deram a ele sua inerência como memória para aqueles dispostos a esquadrihá-la!

¹²⁰ BERTRAN, Paulo. *Op. cit.* 1997. 227 p. 64.



CAPÍTULO 3

POMBAL E O *DIRECTÓRIO*

3.1 OS SETECENTOS DE POMBAL

No século XVIII, observamos a ascensão da noção de gestão racionalizante do Estado a despeito da gestão improvisada¹²¹ que era movida pelo peso das clientelas e famílias. Essas novas noções estavam fundamentadas na superlativização do poder ligado ao trono, que ocasionou novos grupos no poder e novas estratégias de controle. Procurando eliminar tudo o que fosse capaz de obliterar o poder régio, Sebastião José de Carvalho e Melo foi o promotor dessa política reformista e estrategicamente ligada ao legal e laico como justificantes da ação de governança. Homem de confiança de D. José I, rei de Portugal, dedicou sua carreira pública ao objetivo de sanar o Estado português de suas mazelas materiais e morais. A decadência das rendas advindas da América, o domínio outrora pujante na Ásia (agora em seus estertores) a tradição nobiliárquica-jesuítica e a pesada interferência dos braços britânicos, atuantes na economia e política, foram os problemas matriciais enfrentados pelo Valido¹²² de sua majestade ao aplicar essa política. Seu nome, como nos fala Charles Boxer, marcou seu tempo e, a despeito do risco de exagerar a importância da abordagem biográfica, ele está inscrito em um grupo de indivíduos que, sem dúvida, marcaram suas épocas:

“Por outro lado, há certos indivíduos — Oliver Cromwell, na Inglaterra, Luís XIV e Napoleão I, na França, Pedro, o Grande e Joseph Stálin, na Rússia — cujo o impacto em sua época e até na posteridade foi inegavelmente tão grande que de modo geral se justificam referências à Inglaterra cromwelliana, à França napoleônica e à Rússia stalinista. Do mesmo modo, os 22 anos de autêntica ditadura de Sebastião José de Carvalho e Melo em Portugal, mais conhecido pelo título que lhe foi conferido, em 1770, de marquês de Pombal,

¹²¹ MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, António Manuel. (coord.) et al. **História de Portugal: o antigo regime**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4, p. 410.

¹²² A figura do valimento é própria do Antigo Regime das nações ibéricas. Posto de maior confiança do monarca em questões temporais, com funções de máximo nível. Cf. AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e sua época**. São Paulo: Alameda, 2004. pp. 108, 131 e 181.

constituem um período da história portuguesa que deixou marcas profundas e duradouras até os dias de hoje.”¹²³

O histórico da carreira de Pombal está enraizado no serviço ao Estado. Nascido em Lisboa em 13 de maio de 1699 em família fidalga de prosaica fortuna, fez o curso de leis em Coimbra. Seu tio Paulo de Carvalho, lente nessa universidade e arcepreste do Patriarcado em Lisboa, apadrinhou-o e o pôs em contato direto com o cardeal D. João da Mota — valido de D. João V — que lhe incumbiu em 1738 da embaixada em Londres, cargo que exerceu até 1744¹²⁴. Durante esse período protestou contra as vantagens desproporcionais que os comerciantes britânicos gozavam em Portugal e as dependências contraídas com o Tratado de Methuen (1703)¹²⁵. Logo depois foi encarregado como emissário em Viena, chegando lá em julho de 1745, em caráter de confiança, instruído diretamente com a rainha D. Mariana Josefa. Esta Arquiduquesa da Áustria dos Habsburgos, estava interessada na sucessão da coroa do Sacro Império. A representação de Pombal como mediador particular por parte de Lisboa junto a Maria Teresa da Áustria lhe garantiu as graças e experiências junto à corte vienense. Nesse momento sua carreira ganhou corpo e prestígio, como dizia em carta privada de 1746: *“até as guardas desta corte”... “me fazem distinção de pegar nas armas, quando passa minha carruagem.*”¹²⁶. Sebastião de Carvalho despontava como homem de confiança, na corte do *Magnífico* D. João V. Dessa missão na Áustria, o melhor proveito estava na viagem de retorno: em passagem por Frankfurt teve o encontro com aquela que seria sua segunda esposa¹²⁷. Aos 46 anos conheceu e desposou Maria Leonor Ernestina, condessa de Daun, jovem de 24 anos, cuja mãe era dama da imperatriz viúva¹²⁸. O relacionamento

¹²³ BOXER, Charles R. *Op. cit.* 190

¹²⁴ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 17-46

¹²⁵ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 7

¹²⁶ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 62

¹²⁷ *“A primeira esposa de Sebastião de Carvalho, fora a senhora Teresa de Noronha, da casa do Conde dos Arcos. Ele tinha na época trinta e dois anos e, como ela era viúva e não contava com o apoio familiar para o novo matrimônio, foi seqüestrada e desposada. O casamento não produziu rebentos e, quando Carvalho foi designado para a embaixada em Londres, deixou-a recolhida ao mosteiro de Santos, onde veio a falecer meses antes, no mesmo ano em que ele casou-se com a Condessa Daun.”* (AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* pp. 18 e 19.)

¹²⁸ *Idem, ibidem.*

venturoso lhe deu uma esposa que lhe granjeou influências junto à corte em Viena e em Portugal com a rainha sua compatriota.

No primeiro momento, em maio de 1749, terminava a missão e retornava para casa com família e serviçais. Esses meses seriam de limbo político para Carvalho, pois foi ignorado pelo rei para qualquer comissionamento relevante. Como João Lúcio de Azevedo, a despeito dos serviços prestados, bem observa: *Debalde pretendeu Carvalho um posto em que suas aptidões fossem utilizadas. Seu Destino só com a morte do soberano tinha de se desanuviar.*¹²⁹ Por esperado, morreu em julho de 1750 sua majestade D. João V, também chamado de “o Magnânimo”, “o Magnífico”, “o Rei Sol português”. Em seguida, assumiu o trono D. José I, cujo nome será lembrado como “o Reformador”. As atenções e simpatias da rainha viúva foram decisivas para a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo, no poderoso cargo de Secretário de Negócios Estrangeiros e Guerra¹³⁰. Nos cinco primeiros anos, Pombal soube se valer das ocasiões e oportunidades políticas, o que o destacou no cenário político à época. Como nos escreve Hélio de Alcântara Avellar, sintetizando e introduzindo, essa época:

“ Somente a partir do século XVIII foi perfeitamente gizada a fronteira entre o interesse privado e a objetividade impessoal do cargo, hierarquizando-se e especializando-se, sensivelmente, o serviço público. A administração, quase exclusivamente arrecadadora, ganhou ênfase reformista. [...] Seus fins adquirem sentido mais preciso e determinam racionalização das atividades-meio destinada a atingi-los. A preservação da unidade do domínio e a acentuação da submissão do

¹²⁹ *Idem, ibidem.* p. 93

¹³⁰ “Essa secretaria, juntamente com Negócios Interiores do Reino e Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e Conquistas fazem parte das reformas administrativas empreendidas por D. João V em 1736. O aumento vigoroso no recrutamento de funcionários capacitados a serviço da coroa e a tônica do bem governar foram diretrizes de Estado no Portugal setecentista. D. José I herdou um mecanismo governativo já em processo de reforma e a formação dessas secretarias foi valiosa reestruturação de poder e como nos atenta José Subtil: “o processo de protagonização das secretarias de Estado foi acompanhado da exautoração política dos que tinham sido principais órgãos do governo, os tribunais e os conselhos. A transferência destas valorizações catapultou as secretarias de Estado para o centro de Poder, pelo que o domínio do campo do poder dominante se passou a fazer no núcleo do gabinete formado pelos secretários do Estado. Foi neste contexto institucional e neste ambiente político que Sebastião José de Carvalho e Melo seria nomeado, em 2 de Agosto de 1750, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra.” in SUBTIL, José *apud* MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.) *et al.* **História de Portugal: o antigo regime.** Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4. p. 417.

*ultramar à metrópole são expressões de reação contra a pulverização, territorial ou pessoal, do poder.*¹³¹

Podemos compreender a época de governo e influência pombalina nos seguintes períodos¹³²:

- a) 1750 — 1758: Início do reinado de D. José I, atentado a sua pessoa e ascensão ao poder de Sebastião de Carvalho e Melo;
- b) 1759 — 1755: Consolidação do poder;
- c) 1766 — 1776: década das grandes reformas pombalinas;
- d) 1777 — 1785: Governo Mariano e permanência da influência pombalina;
- e) 1789 — 1798: Neopombalismo e primeira regência de D. João.

As diretrizes (administrativas, jurídicas e políticas) pombalinas constituíram, em sua proposta, conjunto de atos de Estado que traduzem suas estratégias e necessidades formadoras de política própria. O absolutismo lógico¹³³ pombalino

¹³¹ AVELLAR, Hélio de Alcântara. *Op. cit.* p. 89.

¹³² SUBTIL, José in MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.) *et al.* **História de Portugal: o antigo regime**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4. p. 415

¹³³ O absolutismo como categoria, trata de forma específica de governo, mormente manifesta nos séculos XVII e XVIII na Europa, que, expresso pela autarquia exercida como poder de controle social e político em uma nação exerce controle monolítico sobre as instituições jurídicas, civis e de Estado. Esse poder é exercido por pessoa, ou grupo de pessoas, que amparadas no regalismo e sua inerente proposta de centralização de comando a partir do trono justificam, amparados nas necessidades de Estado e interesse nacional, a centralização extremada de poder. O absolutismo lógico é complemento categorial para nosso estudo, e serve como matriz analítica do período pombalino e suas reformas. Maxwell é quem formula a sentença absolutismo lógico, como definição para esse regime que, tinha como essencial, o fortalecimento do aparato governativo e da economia nacional. A despeito de qualquer utilização dos princípios ilustrados, os atos de governo funcionavam com foco no interesse da racionalização e

empreendeu mudanças no direcionamento do aparato administrativo de acordo com interesses do Estado, suprimindo políticas subjetivas dos grupos de poder que se valiam de prerrogativas ministradas no universo feudal baseadas no clientelismo e peso político das famílias. Certamente, esse período, que pode ser delimitado formalmente entre 1750 e 1777, é marcado pela presença proeminente do interesse estatal em detrimento de antigas tradições e grupos de poder.

Nessa pesquisa, observamos que é constante entre os autores destacar que o abalo sísmico em 1755 favoreceu a Sebastião de Carvalho galgar o ponto mais abrangente e contundente do exercício de poder, como nos diz Maxwell: *“foi o terremoto que deu a Pombal o impulso para o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais de vinte e dois anos, até a morte do rei, em 1777.”*¹³⁴ A catástrofe ocorreu no dia primeiro de novembro, domingo. A população de Lisboa, nessa época estimada em aproximadamente duzentas mil pessoas, ainda pela manhã, foi surpreendida em casa ou nas apinhadas missas matinais, em terror, pelos desabamentos em uma cidade que, despreparada, ruía ante o pavor e assombro de todas as gentes. Por complemento fatídico, um maremoto veio em seguida dragando os que buscaram refúgio na beira do Tejo. Foram mais de oito mil mortos, dez mil casas perdidas, além de edifícios, palácios e templos em prejuízo de vidas, bens e moral. O momento tornou necessário um homem de ação com capacidade de comando para atender a nação e seu rei combalidos pela catástrofe natural. Com a tragédia, o setor ultramontano, em especial, o jesuíta mítico e taumaturgo Gabriel Malagrida¹³⁵, começavam a apregoar o castigo divino advindo do abandono dos antigos costumes e práticas. Pombal, assessorado por corpo técnico hábil e com grandes esforços dos cofres reais e contribuintes, inaugurava, com a reconstrução de Lisboa, nova proposta de ordenamento social. Simbolicamente incluía um projeto de Estado emoldurado por ações e razões pautadas segundo a lógica governativa. Como fala Maxwell:

progresso do Estado, utilizando, inclusive, os antigos instrumentos em nome da ordem e sociedade. MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 17-20)

¹³⁴ *Idem, ibidem.* p. 24.

¹³⁵ Em outubro de 1756, o padre jesuíta Malagrida publicou um folheto intitulado *Juízo da verdadeira causa do terremoto*, que o atribuía aos intoleráveis pecados da nação portuguesa. AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 166

“O planejamento urbano e arquitetônico de Pombal objetivava celebrar a independência econômica e nacional e um Estado moderno bem regulado e utilitário”¹³⁶.

As orientações empreendidas na reconstrução de Lisboa foram matriz em outros planejamentos urbanísticos e arquitetônicos da era pombalina. Como exemplo, citamos os novos prédios de Coimbra na década de 70, construção da cidade no Algarve — chamada Vila Real de Santo Antônio — e a vasta reconstrução urbana da cidade do Porto com edifícios em estilo neoclássico, esta empreendida pelo talentoso primo de Pombal, João Almada e Melo. A Praça do Comércio, o Rossio, as praças públicas, novas fachadas, planos de ruas e alamedas, planejamentos sanitários e de nivelamento revelavam novas diretrizes e conceitos administrativos.¹³⁷ O símbolo da era pombalina era a própria imagem da capital reerguida, além da estátua de D. José I com o busto Sebastião de Carvalho aos seus pés marco simbólico dessa época.

Começava o momento mais marcante das reformas, coordenadas pelo ministro que tinha a confiança e a cumplicidade de seu rei, necessárias para empreendê-las. Em 1756, o monarca formou um novo gabinete e neste, Sebastião de Carvalho foi elevado ao posto de Ministro de Estado dos Negócios do Reino, e com a anuência de sua majestade, centralizou as secretarias de Estado:

“O propósito de Pombal para controlar e centralizar a decisão política a partir da nomeação para o novo cargo está bem manifesta no aviso que mandou dirigir aos tribunais e conselhos para que passassem a depositar todas as consultas na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino que se encarregaria de as levar a despacho régio”¹³⁸.

O termo *reforma* cabe bem para se compreender a tônica dessa época, em que o absolutismo lógico reorganizava Estado e sociedade. As resistências a essa prática de

¹³⁶ MAXWELL, Kenneth. Op. cit. p. 27

¹³⁷ *Idem, ibidem.* pp. 26-32.

¹³⁸ MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, José Subtil (coord.) et al. **História de Portugal: o antigo regime**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998: v. 4. p. 417

reforço da autoridade, pela criação de novos órgãos e novos dirigentes, foram interpretadas pela antiga nobreza e Igreja como uma ameaça direta à sua posição e privilégios no reino. Engenhosamente, Pombal criou órgãos como a Intendência-Geral de Polícia. Esta agiu, desde o início dos anos sessenta, como verdadeiro poder de polícia administrativa e judiciária. A Intendência era e capacitada para interferir em várias instituições do aparato estatal no reino: corregedorias, juízes de fora e outras instâncias de cortes e câmaras. A intendência tinha poderes que iam “*desde o combate à criminalidade até o fomento social e econômico*”¹³⁹. Nesse conjunto de conserto e mudança, a fundação do Erário Régio — obra-prima da centralização das finanças do reino — conseguiu convergir todo o sistema de recolhimento e contabilidade dos impostos, Kenneth Maxwell nos dá a dimensão desse momento de reforma:

“A criação do Erário Régio em Lisboa em 1761, contudo, foi o elemento chave no esforço global de Pombal com vistas à racionalização e à centralização. Ali toda a renda da coroa deveria ser concentrada e registrada. Pombal indicou a si próprio como inspetor-geral do Tesouro, uma vez que este havia sido planejado para que seu ocupante ficasse muito próximo do monarca e, por implicação, do primeiro-ministro. O objetivo do Tesouro era centralizar a jurisdição de todos os assuntos fiscais no Ministério das Finanças e torná-lo o único responsável pelos diferentes setores da administração fiscal, desde a receita da alfândega até o cultivo dos monopólios reais. A criação do erário Régio marcou a culminação da reforma, por Pombal, da máquina de receita e coleta do Estado”.¹⁴⁰

O controle pombalino prosseguia incorporando novos funcionários em cargos-chave, como por exemplo o chanceler da Casa da Suplicação e seu homem de confiança, Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira. A antiga burocracia se viu ameaçada em seus poderes nos tribunais, concelhos e outras instâncias que eram abandonadas face à organização de novo foco de poder. Era preciso romper os antigos engendramentos para

¹³⁹ *Idem, ibidem*. p. 418

¹⁴⁰ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 98.

as tão necessárias reformas, como corroboramos nesse quadro descrito por Pedro Cardim:

“Por fim, ficou demonstrado que o peso das clientelas, dos laços de parentesco e dos vínculos de amizade, era, então, fortíssimo, muito mais forte, por exemplo, do que as motivações patrióticas ou do que as vinculações nacionais. A família, sobretudo na sua expressão aristocrática, constituiu o lugar privilegiado de exercício da autoridade e a peça fundamental das estratégias de conquista do poder ”¹⁴¹.

Sebastião de Carvalho, seus principais colaboradores e o grupo que dele se acercou para benefício próprio, promoveram um disciplinamento da sociedade, como nos fala de Subtil:

*“Como de costume, tudo isto vai mudar durante a segunda metade do século XVIII, quando ao lado do conceito de uma administração activa, tendente a realizar um disciplinamento da sociedade, guiado por uma ciência da coisa pública («Polícia», «Estadística», «Ciência camarál»), surge, no plano da doutrina jurídica, da legislação e da prática dos tribunais, uma tendência para considerar como «indecentes» as pretensões dos vassallos a invocar direitos ou situações adquiridas contra os projectos ordenadores do Estado”.*¹⁴²

A tentativa de regicídio em setembro de 1758 abriu para Pombal a possibilidade de atingir, com ferocidade mortal, alguns dos seus mais tenazes inimigos. O episódio em que intentaram contra a vida de D. José I possibilitou a Pombal obter a pena capital para vários membros da nobreza no julgamento dos Távoras em 1758-9. Esse tribunal de inconfidência foi montado para ir além dos efetivos mandantes do crime e aproveitou para abranger outros inimigos do regime pombalista. A trama montada

¹⁴¹ CARDIM, Pedro in MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.) et al. **História de Portugal: o antigo regime**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4. p. 435

¹⁴²SUBTIL, José in MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.) et al. **História de Portugal: o antigo regime**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4. p. 435

recorreu a torturas e sub-reptícias investigativas que, ao final, incriminavam nomes de famílias como os Távora, Autoguia e Aveiro, além, é óbvio, dos sempre “funestos” jesuítas com o toque especial do comando do padre Malagrida. A decapitação da marquesa de Távora, do Duque de Aveiro e de outros membros da nobreza, em janeiro de 1761, o confisco de bens, além do desterro da família Alorna e as filhas do Duque de Aveiro para conventos e mosteiros, foram produtos desse julgamento. O ministro enviava, dessa forma, uma vigorosa mensagem aos setores sociais, fundamentados na sobreposição do clientelismo e jugo familiar sobre o Estado, já que um novo poder era, agora, capaz de aniquilá-los. Em 20 de setembro de 1761, o Santo Ofício, agora, convenientemente, dirigido pelo irmão de Pombal, Paulo de Carvalho, executou o polêmico jesuíta Malagrida. Enquanto as cinzas dos inimigos de Pombal deitavam ao leito do Tejo, esse era cumulado, devido à gratidão real por seus atos, em defesa do trono, com o título de Conde de Oeiras.¹⁴³ Era outro tempo para Portugal.

Na relação entre Estado e Igreja, o governo tinha como objeto utilizar seus instrumentos, colocando tribunais eclesiásticos e a parte favorável do clero funcionando em favor dos projetos de reforma como é possível ver no trecho a seguir:

*“Pombal e seus colaboradores eclesiásticos, na verdade, tomaram e adaptaram de outros o que servia para seus objetivos, que eram essencialmente regalista e católicos. Ou seja, aceitavam a supremacia do Estado, mas não queriam ver o catolicismo derrubado. Queriam a autoridade papal circunscrita e uma grande autonomia para as igrejas nacionais, com as ordens fraternas e o clero regular purificados e em número limitado, e desejavam alcançar isso pela expansão do poder dos bispos”.*¹⁴⁴

Dentre os colaboradores eclesiásticos no texto acima referenciados, têm destaque os membros e educadores da Ordem dos Oratorianos. Esses enfatizavam o estudo da gramática e língua nacional e, como grandes opositores dos inicianos, introduziram idéias em Portugal como de Francis Bacon, René Descartes, John Locke,

¹⁴³ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 211.

¹⁴⁴ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 102.

entre outros. Dentre os mais famosos oratorianos, destaca-se Luís Antônio de Vernei, autor do **Verdadeiro Método de Estudar**, obra que foi referência para a reforma educacional em Portugal — incluindo a reforma dos currículos da Universidade de Coimbra —. Outro oratoriano, grande colaborador do pombalismo foi Frei Cenáculo Villas Boas, gênio, entre seus pares, dentre outras notáveis habilidades, era perito em grego, siríaco e árabe. Frei Cenáculo participou ativamente na reorganização do sistema educacional português e, presidindo a mesa censória, promoveu controle e fiscalização sobre o Colégio dos Nobres, escolas secundárias e primárias, além da Universidade de Coimbra. Ele presidiu também a Junta do Subsídio Literário, que cuidava do controle e arrecadação do imposto¹⁴⁵ de mesmo nome, criado por Pombal para subsidiar a educação no reino e colônias. Os oratorianos inovaram com seus laboratórios, dissecações em aulas de anatomia e experimentos biológicos, atividades impensáveis na época do controle jesuíta.¹⁴⁶ Assim, passo a passo, a educação era um dos principais suportes do projeto pombalino, com fins utilitários de promover a formação de pessoal capacitado e, concomitantemente, para adaptação mental da sociedade portuguesa aos novos tempos, que fundamentavam o programa de governo. Avellar corrobora com esse raciocínio:

“Os novos ideais filosóficos da Europa eclodiram em Portugal como um programa de governo, conscientemente moderno, procurando tornar-se atuante através da reforma pedagógica, concomitante com as demais reformas exigidas pela conjuntura sócio-econômica do reino e seus domínios.”¹⁴⁷

Cabe ressaltar, com a análise dos colabores eclesiásticos, que o Estado assume postura direcionada mais em sentido de ordem e controle, do que fundada no sentimento anticlerical; o governo precisava que as instituições religiosas funcionassem dentro de sua lógica. Mais do que suprimir as instituições religiosas, importava ao

¹⁴⁵ Lei de 10 de novembro de 1772 estabeleceu o Subsídio Literário, sobre diversos gêneros, incluindo vinho, tabaco, algodão, no reino, ilhas e na América e África para financiar a educação em Portugal e escolas menores na colônia. In AVELLAR. Hélio de Alcântara. *Op. cit.* p. 47.

¹⁴⁶ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 102

¹⁴⁷ AVELLAR. Hélio de Alcântara. *Op. cit.* p. 163.

absolutismo lógico pombalino subverter a organicidade da Igreja ao projeto estatal, como observa Avellar:

“Ângulo importante é o da ação administrativa da Igreja – assistência social e ensino – e seus nítidos entrelaçamentos com o Estado (na Inquisição, na Mesa da Consciência e Ordens, verdadeiro departamento régio de administração de assuntos conexos à gestão eclesiástica, no padroado concedido ao soberano português, facultando-lhe grande ingerência na vida eclesial, na absorção régia de tributos eclesiásticos como os dízimos da Ordem de Cristo, nas temporalidades[...]”¹⁴⁸

Sebastião de Carvalho ao longo de seu governo reforçou seu poder eliminando adversários, subvertendo ordens e aumentando geometricamente a capacidade de, por meio dos cordames do Estado, eliminar ou manter latentes os setores infensos à sua política. Como nos diz Hespanha, era uma época em que o sentimento anti-feudal e anti-clientelista sofria profundo ataque, era o momento da mudança do paradigma de poder:

“Neste ponto estamos perante um autêntico confronto de paradigmas de legitimação e organização do Poder. O particularismo político da sociedade moderna, considerado neste plano, não decorre já de tensões e polémicas absorvíveis pelas construções da cultura e do direito oficiais mas, antes, de uma oposição fundamental de culturas políticas e jurídicas. Realmente, o mundo dos «rústicos», com suas regras de organização, constitui para a doutrina e dogmática letradas um universo de vida à parte, regido por normas que os quadros conceituais letrados não conseguem assimilar”.¹⁴⁹

Pombal buscou o apoio das grandes famílias de comércio e finanças portuguesas, aos quais garantiu monopólio em companhias e empreendimentos. Como

¹⁴⁸ *Idem, ibidem.* p.68.

¹⁴⁹ MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.) et al. **História de Portugal: o antigo regime**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4. p. 434.

vimos, esse absolutismo lógico tem em sua fundamentação, dentre outros elementos, a ocupação com o saneamento e desenvolvimento da economia. Em 1755, fundou a Companhia do Grão Pará e Maranhão. Como diz Maxwell, “o objetivo fundamental do comércio colonial era diminuir a influência dos britânicos, mas os métodos empregados para alcançar essa meta eram sutis, pragmáticos [...]”¹⁵⁰. Sebastião de Carvalho confrontava-se com problemas como o das finanças públicas, a submissão econômica e comercial à Inglaterra e, para fazer tremer, a mineração nas terras brasileiras estava em declínio acentuado, os procedentes reformistas pombalinos na economia tiveram a preocupação focada nesses elementos. Outro problema era a ingerência britânica no comércio de vinho, derrubando o preço desse produto por meio do aumento excessivo de sua oferta. O Tratado de Methuen, ao abrir o mercado britânico para os vinhos portugueses, provocou o acelerado crescimento da produção vinícola em Portugal. Isso deu origem a uma petição feita por grandes companhias de produtores de vinho da região do Douro, a qual foi prontamente atendida por Pombal. Em 1756, ele fundou a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto do Douro para conter essa oferta excessiva. Com a criação da referida Companhia, ele demarcou uma estreita faixa na região do Douro, que teria o exclusivo desse comércio, favorecendo então as poderosas famílias vinhateiras. Os excluídos desse comércio protestaram e, a 23 de fevereiro de 1757, a região do Douro explodiu, quando seis mil amotinados invadiram o prédio da Companhia, queimando seus papéis e exigindo sua extinção. Pombal agiu com mão de ferro e, após o controle da rebelião, em outubro do mesmo ano, foi pronunciada a sentença em que 21 homens e 5 mulheres foram condenados à pena capital e vários outros, ao degredo.¹⁵¹ Ao longo do período pombalino, medidas econômicas que importavam em reerguer o comércio, garantir os interesses nacionais e fazer medrar uma burguesia autônoma, independente do controle britânico, foram executadas no projeto de reforma socioeconômica. Como veremos adiante, a aliança com a Inglaterra era imprescindível, naquele quadro de forças e interesses estratégicos do cenário mundial. Conseqüentemente, a grande meta do independetismo de Carvalho estava centrada, pragmaticamente, no âmbito econômico e alianças diplomáticas, como ressalta C. Boxer:

¹⁵⁰ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 61.

¹⁵¹ AVELLAR. Hélio de Alcântara. *Op. cit.* p.185

*“Entretanto, sua política antibritânica limitou-se cuidadosamente às manifestações de nacionalismo econômico e aos esforços que fez com o propósito de conseguir relações diplomáticas, induzindo o governo inglês a tratar Portugal como aliado do mesmo nível, e não como satélite subserviente.”*¹⁵²

Promoveu também, nesse contexto, a indústria manufatureira como tentativa de romper, em parte, as dependências portuguesas desses produtos no mercado externo. Com o minguar do ouro no cômputo do meio circulante nacional e a conseqüente dificuldade do mercado interno para importar, facilitou a promoção de manufaturas nacionais. Foram criadas fábricas de seda e louça em Lisboa, lanifícios na Covilhã, Fundão e Portalegre, tecidos de algodão em Alcobça¹⁵³. Ainda nessa época, Pombal promoveu, também, fábricas de chapéus, tapeçaria, joalheria decorativa e outros bens de consumo que fossem possíveis de produzir em território nacional com capacidade industrial incipiente. Essas indústrias floresceram, para contento da burguesia nacional, sob os auspícios estatais, como diz Maxwell: *“o Estado português concedia-lhes privilégios de monopólio, isenção de impostos e proteção especial para o fornecimento de matérias-primas.”*¹⁵⁴ Quando Sebastião de Carvalho abandonou seu cargo em 1777, deixou como herança uma nova oligarquia mercantil e uma agremiação informal, seleta e interligada de homens com poder e influência, era o grupo oligárquico pombalino. A reforma nobiliárquica¹⁵⁵, obra por ele, tem relação direta com a substituição dos homens que comandavam a nação.

Nesse estudo, cabe compreender, para a continuação do enquadramento das idéias que, utilitariamente, as teorias e práticas econômicas desse período foram instrumentalizadas de acordo com razão e necessidade do Estado e seu projeto:

¹⁵² BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 198

¹⁵³ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 329

¹⁵⁴ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 146.

¹⁵⁵ *“Em 1777, é possível constatar que um terço da nobreza portuguesa era composta de “homens novos” nomeados nesse período. Os pretensos “puritanos” da fidalguia portuguesa protestavam veementemente contra todos os títulos e nomeações distribuídas por Pombal, que defendiam o retorno aos princípios firmados em 1496, que exigiam a “pureza de sangue” para ascender em cargos públicos ou receber honras de Estado”.* (MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* pp. 78-79.)

“Pombal tirou muita coisa da teoria e da prática mercantilista clássica ao fazer sua política, tanto de suas origens inglesas como francesas ou colbertinas, mas o uso do termo “mercantilismo” para descrever a política de Pombal não parece de todo apropriado. O mercantilismo no seu sentido mais restrito, no entanto, descreve uma política pela qual o comércio é regulamentado, taxado e subsidiado pelo Estado a fim de promover um influxo de ouro e prata – sendo o objetivo dessa intervenção, de um modo mais amplo, o de conseguir uma balança comercial favorável. A política de Pombal era mais concentrada do que isso. Seu objetivo era utilizar técnicas mercantilistas – companhias monopolistas, regulamentação, taxaço e subsídios – para facilitar a acumulação de comerciantes portugueses, individualmente. Essa ajuda aos capitalistas portugueses tinha objetivos e conseqüências mais amplos porque era parte de um esquema destinado a fortificar o sistema de barganha da nação dentro do sistema comercial atlântico.”¹⁵⁶

Sebastião de Carvalho tratou dos vários âmbitos da nação portuguesa, fossem da esfera econômica, política ou social, para empreender reforma e fortalecimento do poder régio. Entre todos os obstáculos considerados por Pombal foi dada atenção especial à desestruturação da Companhia de Jesus, eixo angular de sua época. Essa atuava proeminente desde a restauração, em 1640, como nos indica Maxwell:

*“Os jesuítas, desde o tempo de Vieira até a década de 1750, tiveram um papel-chave como confessores e como conselheiros e agentes especiais da coroa”.*¹⁵⁷

Os inicianos conseguiram mimetizar boa parcela das decisões reais e instrumentos governativos com os seus próprios interesses. A presença desses regulares desde a organização da educação até aos tribunais, — inclusive no Santo Ofício — foi

¹⁵⁶ *Idem, ibidem.* p. 67.

¹⁵⁷ *Idem, ibidem.* p.175

varrida por Sebastião de Carvalho *manu militari* da sociedade portuguesa. O momento e a ocasião eram favoráveis para expulsar os jesuítas do Brasil e do Reino; em outras partes da Europa, como na Espanha, sob o comando de Aranda, e na França de Luís XV e até mesmo na Santa Sé, comandada por Clemente XIV, ecoavam os libelos e acusações contra essa Sociedade. As prisões de jesuítas em Portugal e pela Europa continham essa verve do espírito setecentista, que via nessa ordem religiosa a ameaça a tudo o que representava a lógica, a razão e aspirações ilustradas.

O primeiro grande movimento de Pombal, nesse sentido, foi a campanha de Sete Povos (1754-1756) na região sul da América: 3.700 homens, em força conjunta de Portugal e Espanha, com dezenove peças de artilharia esmagaram as missões guaraníticas promovidas pelos jesuítas. O idílio de uma utopia ameríndia inaciana no cone sul caiu, defendido efetivamente por, não mais do que dois mil guaranis armados, ante as ordens de destruição total¹⁵⁸.

Os sentimentos de fobia contra esses regulares também foram reforçados, pelo pombalismo, com a publicação da *Relação Abreviada*¹⁵⁹ em 1757, documento oficial com impressão financiada pelo Estado, e publicada em português, francês, inglês, alemão e italiano. Nela estava claramente descrito o projeto jesuíta de dominação da América, para seus próprios interesses. Como trata Hélio de Alcântara Avellar:

*“[...] Carvalho fizera publicar a ‘Relação abreviada da república que os religiosos jesuítas das províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos Domínios Ultramarinos das duas monarquias e da guerra que eles têm movido e sustentado contra os exércitos espanhóis e portugueses, enumerando a oposição ao tratado de 1750, às Companhias de Comércio, o poder econômico, a existência de vasta república teocrática jesuítico-guarani com 100 mil escravos índios, entre os rios Uruguai e Paraguai.”*¹⁶⁰

¹⁵⁸ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 54-55.

¹⁵⁹ *Idem, ibidem.* pp.19-21.

¹⁶⁰ AVELLAR. Hélio de Alcântara. *Op. cit.* p.27

A *Dedução Cronológica* é outro escrito exemplar desse veio político e de até onde ele poderia chegar. Engenhosamente, esse documento, que ganhou fama e leitores pela Europa, encadeia fatos em série de supostas intrigas e conspirações, publicada com a participação de Sebastião de Carvalho em 1764. Nela os regulares da Companhia de Jesus são acusados *como funestos agentes, em todos os sucessos fatais e condenáveis... a principiar no desastre de Alcácer Quibir e terminar no atentado contra D. José*¹⁶¹. A política de informação e contra informação foi instrumento importante do poder pombalino. Com os auspícios de outros reinos europeus, que compartilhavam o veio antijesuítico, as posições foram se solidificando e a situação desses regulares ficou insustentável. Em 21 de julho de 1759 foi ordenada a prisão e expulsão dos jesuítas no Brasil. As autoridades cumpriram as ordens e no ano seguinte, em efetivo, foram embarcados 119 no Rio de Janeiro, 117 em Salvador e 119 no porto de Recife. Por assim dizer, foram desinfestados da colônia. Nesse mesmo 1760, saía no navio Nossa Senhora de Arrábida o último jesuíta da América portuguesa¹⁶². O alvará real de 3 de setembro, declarou os jesuítas “rebeldes contra a coroa”. Agora, proscritos, no Reino e Ultramar, seus bens e propriedades foram confiscados. Esses regulares quedaram encarcerados nas masmorras do reino até sua expulsão sistemática para Roma de 1760 a 1764¹⁶³. Esse êxodo para *Civita-Vechia* foi exultado pelo então Conde de Oeiras, ao encomendar do pintor franco-batavo Van Loo¹⁶⁴, quadro que retrata Carvalho sentado em ar majestático apontando para o Tejo com navios de Ragusa (Siscília) em partida com os jesuítas a bordo¹⁶⁵.

O Sumo Pontífice, Clemente XIII, não tardou em entrar em desinteligências com Portugal e, ainda em 1760, anunciou a D. José I o cisma com essa nação. Durante dez anos as relações entre Portugal e a Santa Sé estiveram rompidas. A controvérsia permaneceu até maio de 1770, quando o novo papa Clemente XIV cingiu a tiara pontifícia. Esse papa compartilhava com os reinos estrangeiros a contrariedade aos regulares de Loyola e, devido às intervenções diplomáticas de Sebastião de Carvalho,

¹⁶¹ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 299

¹⁶² MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p.91 a 94

¹⁶³ LOPES, António. 2.^a ed. Lisboa: Ed. Roma, 2002. pp.138 e 139.

¹⁶⁴ Ver anexos prancha número I p. 122.

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*, pp.140 e 141.

reatou relações com Portugal nas condições anteriores a 1760. D. José I, exultante, cumulou seu ministro com o tão famoso título de Marquês de Pombal, esse então com 71 anos de idade. Além disso, como um grande triunfo para Pombal e outros pela Europa que compactuavam do veio antijesuíta, o papa¹⁶⁶ suprimiu, em 16 de agosto de 1773, a Companhia de Jesus. A Confraria Jesuíta perdeu o chão que garantia sua força e atuação. Os governos exultaram ante o fim do suposto “entrave” para seus ambiciosos projetos reformistas. O regulares da outrora inabalável Sociedade de Jesus, permaneceram em ostracismo protegidos por poucos, como Frederico, o Grande e Catarina da Rússia. Foram restabelecidos e novamente reconhecidos pela Santa Sé, no pontificado de Pio VII, em 1814. Sua glória e poder nunca mais foram as mesmas.

As reformas pombalinas, imbuídas de lógica e cronometria, montavam novo funcionamento, com novas e velhas instituições que serviam de trilho a esse projeto de Estado, tudo em nome da autoridade real, que funcionava consolidada, como explicita Maxwell:

*“Uma conseqüência imediata das medidas drásticas de Pombal foi desembaraçar o caminho para ações governamentais em várias frentes. Assim, a década de 1760 marcou um período de consolidação e amplificação das reformas iniciadas durante a década anterior. Estas incluíram a estruturação de um novo sistema de educação pública para substituir o dos jesuítas, a afirmação da autoridade nacional na administração religiosa e eclesiástica, o estímulo a empreendimentos industriais e a atividades empresariais e a consolidação da autoridade para lançar impostos, das capacidades militares e da estrutura de segurança do Estado”.*¹⁶⁷

O *Directório*, como o documento central desse estudo, foi fonte primária que permitiu angular a época de sua elaboração. Em 1758, quando foi estendido para toda a América portuguesa, após três anos de experiência no Pará, comandado por Mendonça

¹⁶⁶ Quando pouco mais de um mês depois da extinção da Companhia de Jesus, o papa faleceu, não faltaram suspeitas de que lhe tinham ministrado peçonha, por ordem dos jesuítas. Outros disseram ser castigo divino. (AZEVEDO, João Lúcio de. **Marquês de Pombal e sua época**, pp. 318-320.)

¹⁶⁷ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 96

de Furtado, revelava o ambicioso projeto de Estado para os ameríndios. Podemos dizer que o *Directório* foi a regulação jurídica que reordenou, em automático, a política indigenista em concomitância com a expulsão dos jesuítas. Em sua proposta e aplicação, tem a têmpera do momento em que o pombalismo vigoroso encetava esforços na América portuguesa para manter e fazer prosperar sua mais importante colônia. Como diz Mattoso: “*Simplificando um pouco, podemos dizer que as receitas globais da coroa se dividem, primeiro, em duas grandes fatias: as brasileiras, que excedem francamente a metade, e as do Reino*”¹⁶⁸.

A estratégia de Estado é perceptível em seu constitutivo, na medida em que dirige uma nova política para as populações indígenas. Povoar, defender, fazer funcionar as engrenagens coloniais era tarefa demasiado pesada para o reino e suas parcas reservas materiais e populacionais. Não seriam homens do Douro ou Trás dos Montes, ou de qualquer outro lugar do reino, que fariam esse empreendimento medrar. As tarefas demandavam novos colaboradores, novas possibilidades de gerir a dinâmica humana, o que justificava a necessidade de uma política estatal que envolvesse o elemento indígena.

Essa política estratégica foi aplicada em várias partes de domínio português. Em 1773, foram promulgados dois decretos que aboliram a exigência de pureza de sangue como pré-requisito para ocupar cargos públicos e foram suprimidas todas as formas de discriminação entre cristãos-velhos e cristãos-novos¹⁶⁹. Isso demonstra o esforço administrativo para maximizar a reforma tentando recrutar elemento humano que amalgamasse esse processo de reestruturação do Estado.

As alianças entre o Estado português e Inglaterra¹⁷⁰ lançaram Pombal no contexto do conflito bélico que envolveu várias regiões do globo e que mudaria a dinâmica da política internacional no século XVIII. Era a Guerra dos Sete Anos, que

¹⁶⁸ MATTOSO, José (Dir.); *HESPAÑA*, António Manuel (coord.) et al. **História de Portugal: o antigo regime**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4. p. 212.

¹⁶⁹ BOXER, Charles R. *Op. cit.* p. 283.

¹⁷⁰ “*Renegar o País as tradições da sua política, voltando-se contra a Inglaterra, seria perder na contenda a melhor parte do seu império colonial, se não todo ele. Mas a recusa punha-o a braços com o hereditário inimigo, o castelhano, e com o novo adversário, em cujo temor o Governo português desde há três anos vivia. Contra a França e a Espanha unidas, era imprescindível o socorro da Inglaterra*”. (AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 243)

iniciada em 1756, fez com que as posições portuguesas na América fossem ameaçadas pelo interesse do inimigo espanhol. Em agosto de 1761, Carlos III da Espanha assinou com a França o Pacto da Terceira Família. Os objetivos franceses incluíam a Península Ibérica como área estratégica para atingir os interesses comerciais britânicos. Em 1762, em decorrência das beligerâncias, Portugal foi invadido pela Espanha. A tensão em Portugal chega ao clímax e a necessidade do auxílio militar britânico foi imprescindível. Até mesmo a transferência do aparato estatal e Corte portuguesa para o Brasil, era lembrado no apócrifo *Punch's Politik*, produzido em Londres. O *Punch's Politik* era engenho boateiro que foi lido em ruas e mercados lisboetas, causando desconforto entre a corte e seus súditos. Conforme Maxwell,

*“[...] no panfleto, Punch avisava que, se a Espanha e a França assumissem o controle de Lisboa, os ingleses poderiam satisfazer-se mediante a concessão do acesso direto ao Brasil, devendo o monarca português ser transferido com toda a segurança para o outro lado do Atlântico. Desse modo, “o primeiro passo a ser dado por Sua Majestade de Portugal” seria “uma retirada imediata a bordo da frota britânica com seus tesouros, toda a sua família e vassalos fiéis [...] para os Brasis.” [...] dizia Punch ao rei de Portugal, “adeu à liberdade de vosso país”.*¹⁷¹

A tomada de Sacramento e Rio Grande, no sul do Brasil, pela Espanha, foi um duro golpe. Essa nação enviou exército e armada, em 1760, com 116 navios, incluídos vinte navios de guerra, 10.000 soldados e 8.500 marinheiros. Esta era, até aquela época, a maior força jamais deslocada por esse país através do Atlântico¹⁷². Isso ampliou os temores de Sebastião de Carvalho quanto à manutenção do poder português na América. As disputas pela região do Rio da Prata e suas zonas contíguas são freqüentes ao longo da história colonial envolvendo questões fronteiriças e seus limites. O tratado de Tordesilhas, em 1494, foi o primeiro de uma série de acordos de limites que, ao longo do tempo, foram mudados por interesses estratégicos e pela dinâmica de

¹⁷¹ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 120.

¹⁷² *Idem. Ibidem.* p. 136

ocupação humana. Ao assumir, Pombal herdara o Tratado de Madri, assinado em 1750, que teve como negociadores Alexandre de Gusmão e Guilherme de Carvajal. No tratado, o Mato Grosso, o Rio Grande do Sul, Amazônia e vasta área situada a oeste da linha de Tordesilhas — inclusive a região de Goyaz¹⁷³ — foram por direito incorporados aos domínios portugueses, como já eram de fato.

As questões limítrofes entre Espanha e Portugal¹⁷⁴ permanecem em novas disputas e descumprimentos, provocando a anulação do Tratado de Madri em 1761, durante a Guerra dos Sete Anos. Como vimos na carta transcrita do Governo de Mato Grosso para o Capitão geral de Goyaz em 1772¹⁷⁵, a preocupação com a movimentação de tropas espanholas e o clima beligerante preocupavam as autoridades das regiões centrais da Colônia. Os temores relatados nesse documento, incluíam a Capitania de Goyaz, salientam a movimentação das tropas espanholas, e incluem a Hinterlândia nesse contexto. Em 1777, foi firmado o Tratado de Santo Ildefonso e, no ano seguinte, o Tratado do Pardo. Ainda no século XIX, as questões de limites eram pauta de debates e, anos subseqüentes, as definições de fronteira seguiram amparadas, fundamentalmente, nos marcos e orientações do Tratado de Madri¹⁷⁶.

A defesa era tarefa preciosa que deveria ser cumprida por todos na região. Como uma das soluções viáveis, as comunidades indígenas poderiam fornecer corpos militares que garantiriam a defesa da terra. A dependência de Portugal em relação ao Brasil e a interconexão com o sistema de interesses britânicos era premente. Nesse contexto, no clímax da Guerra (global) dos Sete Anos, salienta João Lúcio de Azevedo:

¹⁷³ Acerca da estratégia portuguesa para a região, cabe a observação da elaboração do primeiro mapa da Capitania de Goyaz, obra cartográfica de grande importância, que contém informações de rotas terrestres e fluviais, bem como topografia, hidrografia e limites com outras capitanias. Elaborado pelo cartógrafo genovês Francesco Tosi Colombina, datado de abril de 1751. Essa demarcação era parte de conjunto de providências que estiveram diretamente ligadas ao interesse político e territorial que orbitava a assinatura do Tratado de Madri. Ver mapa em anexos prancha número X. FONTANA, Ricardo. **Francesco Tosi Colombina**. Brasília: CODEPLAN, 2004. pp. 13-24.

¹⁷⁴ *Na América o terreno das hostilidades não ficara circunscrito ao Rio Grande: em outros pontos da fronteira meridional, em Mato Grosso e até no extremo Norte, na região distante do Rio Branco, se davam reencontros à disputa dos postos*”. (AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 266)

¹⁷⁵ Ver pp. 118-121.

¹⁷⁶ VAINFAS, Ronaldo. Verbete: Tratados de limites. *Op. cit.* pp. 561-562.

“A Espanha ameaçava o Brasil, cujo ouro alimentava as manufaturas e o crédito público da Inglaterra. Perdida esta colônia, nenhum laço mais, nenhum interesse unia Portugal ao seu aliado. Sabiam isso os Governos de Paris e Madri, e por esse motivo pretendiam esbulhar-nos da possessão para desfazer a aliança.”¹⁷⁷

A importância estratégica da Colônia, como vemos, entremeia o corpo de nosso estudo e mostra a atenção dada por Portugal ao Brasil em sua política. Sebastião de Carvalho trabalhou para evitar ao máximo atritos com a Colônia, pois a possibilidade da transferência da corte para o Brasil não era mera fantasia do Panfleto *Punch*. Naquela época, até mesmo para os sentidos mais comuns, vigorava a percepção da importância do Brasil como área estratégica e talvez derradeira para manutenção da estabilidade do reino português no cenário mundial. Como apoio a essa hipótese, cabe a leitura deste trecho de Maxwell:

*“Por isso eles trataram os brasileiros com cuidado, com respeito conveniente e cautela. Pombal, em particular, conquanto se mostrasse feroz ao defender os privilégios e a autoridade reais no próprio Portugal, aspirava a cooptar e integrar os brasileiros ao mecanismo do governo tanto no Brasil quanto em Portugal. Mas Portugal era, em última análise, um país pequeno com um império grande, e a idéia de que o Brasil, no final, ultrapassaria Portugal em população e riqueza levou muitos líderes, Dom Luís da Cunha entre eles, a prever a mudança da sede do governo para o outro lado do Atlântico”.*¹⁷⁸

Sebastião de Carvalho, preocupado com a colônia do Brasil, tinha não só temor pelos espanhóis, mas também pelos ingleses. As devidas garantias de aliança com os mesmos eram fundamentais para a defesa da terra. O aliado britânico deveria ser cerceado de perto para evitar que ambições latentes aflorassem. Pois *“era que a Grã Bretanha, entrando pelo Prata, se fosse estabelecer nos fundos dos nossos domínios, e*

¹⁷⁷ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 262

¹⁷⁸ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 175.

*dali nos apertasse, até de todo nos encerrar nas cidades da costa...*¹⁷⁹. Era delicado o momento e os interesses pelas terras e riquezas da América portuguesa provocavam tentação nas as potências européias. Espanhóis, ingleses e franceses¹⁸⁰ eram os tentados a tomá-las. Sobrou para o ministro português equilibrar-se no governo e na diplomacia, enquanto silenciosamente cumpria a tarefa de reforçar o domínio português em sua colônia preciosa. O empreendimento da defesa da terra foi necessário, visto o suporte econômico dado pelos domínios coloniais para as finanças da metrópole.

O fim da época pombalina foi de amarga crise econômica e incremento da oposição ao Marquês de Pombal. Os últimos anos de D. José I alentavam as esperanças daqueles que, de alguma forma, eram ressentidos com o Regime e aguardavam o *memento mori* do monarca para pôr as mãos em Pombal. Como os versinhos populares falavam, pelas bocas em Portugal:

*“Morreu el-rei, é certo
Vos hão de pregar a peça;
O povo todo começa
A queixar-se do passado
E não fica sossegado,
Senão com a vossa cabeça.”*¹⁸¹

A crise econômica chegara em fins dos anos 70 do século XVIII. O ouro diminuiu acentuadamente sua entrada e, como Portugal dependia dele para quase tudo, foi inevitável a crise. Como corrobora João Lúcio de Azevedo:

“A pobreza e a miséria são gerais e cada dia aumentam a ponto difícil de se imaginar. O comércio está completamente desbaratado, e recebeu agora o último golpe com a chegada da frota, que não trouxe um

¹⁷⁹ AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e a sua época**. São Paulo: Alameda, 2004. p. 48.

¹⁸⁰ João Lucio de Azevedo fala do receio de Pombal pelo interesse francês na região amazônica: *“Mas também desta banda Carvalho nutria receios. Conjeturava que a França não tinha abandonado as pretensões ao Amazonas, e nos atacaria do norte, pela Guiana, quando os Espanhóis ao sul penetrassem no Brasil”*. In AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 255

¹⁸¹ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 363.

*décimo do que se esperava para conectar os credores estrangeiros, que fizeram as fazendas, e ir entretendo o crédito da praça muito abalado”.*¹⁸²

Inabalável, o Marquês longevo continuava no cargo aos 77 anos de idade. Em junho de 1775, foi inaugurada a citada estátua eqüestre de D. José I com o busto de Pombal aos seus pés. Esta “*fora a apoteose do Regime. Sob a figura do soberano, o ministro era divinizado.*”¹⁸³ No campo jurídico, a Lei da Boa Razão, em agosto de 1769¹⁸⁴ foi outro legado pombalino, que serviu como régula para orientar, daí para frente, a elaboração de novos aportes legislativos; esses, seriam regidos por esse *vade mecum* de Pombal. Era uma mensagem aos pósteros. A Lei da Boa Razão era orientada pelo conjunto civil latino, fundamentada na concepção filosófica do direito natural e das gentes, bem ao espírito da época :

*“[...] Essas novas idéias primeiro se manifestam na Lei da Boa Razão, de 18 de agosto de 1769, cujos princípios contrastavam com os contidos nas Ordenações, quanto à exegese jurisprudencial. A boa razão ou razão natural seria o princípio de todas as leis.”*¹⁸⁵

Efetivamente, as contas minguavam em muito por falta do ouro, que ajudara a solidificar o poder bragantino. Os aluviões auríferos minguaram: de 1700 a 1713, o rendimento do quinto, em média anual, foi de 800 arrobas; no período de 1750 a 1761, caiu para 8,5 arrobas e de 1764 a 1774, era de 5,44 arrobas na média anual. A capacidade de compra do mercado português caiu vertiginosamente. Tomemos como dado a importação de produtos ingleses que no período de 1750 a 1760: atingiu a média anual 1.200.000 libras e, em seguida caiu para apenas 532.000 libras na contagem em 1773¹⁸⁶. A crise econômica dificultou os últimos anos do governo pombalino e não

¹⁸² *Idem, ibidem.* p. 341.

¹⁸³ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 331.

¹⁸⁴ AVELLAR. *Op. cit.* p.199

¹⁸⁵ *Idem, ibidem.* p. 84

¹⁸⁶ *Idem, ibidem.* p. 37

podemos imputá-la a essa administração que, muito ao contrário esforçou-se por combater essa crise com todos os expedientes disponíveis.

Em 24 de janeiro de 1777, D. José morreu no luxuoso conjunto de tendas, que abrigava a família real em Lisboa, pois o pobre monarca desde o abalo sísmico de 1755, nunca mais dormira sob de edificação de pedra ou alvenaria. A governante seria D. Maria I, filha do monarca e opositora declarada de Sebastião de Carvalho. Em 7 de fevereiro, este apresentou seu pedido de demissão. Em 4 de março, D. Maria, em decreto, conservou os honorários de secretário de Estado e deu a mercê de uma comenda com os seus rendimentos a Pombal. Por aí paravam os protocolos e gentilezas com esse ministro. Sebastião de Carvalho, em estado de enfermidade, pediu licença e retirou-se para sua quinta de Pombal. Voltaria a Lisboa¹⁸⁷ apenas para sua defesa nos processos que seus adversários lançaram contra ele. As acusações eram malversação do dinheiro público, prevaricação, fazer chamar de primeiro-ministro sem o ser, dentre outras. O ancião, apesar de tudo, manteve a dignidade até o final e como grande estratégia de defesa, alegou ter somente agido em consonância com a vontade de D. José I, como fala Hélio de Alcântara de Avellar:

“[...] o Ministro decaído transfere ao Rei morto as responsabilidades, deixando à Rainha o dilema de aceitar as restrições ao pai, ou, proclamando a autoria do Ministro, reduzir D. José a um fantasma de Rei.”¹⁸⁸

Com essa defesa, Pombal deixou para quem, no futuro estudar seu governo, a especulação sobre o grau de influência e cumplicidade entre ele e seu rei. Os processos arrastaram-se até a sentença em agosto de 1781. O decreto dizia que Pombal era declarado réu e justo merecedor de exemplar castigo. D. Maria I no entanto, em atenção à idade e enfermidade do acusado, aludindo mais a *clemência do que a justiça* e (*sic*) *porque o marquês lhe pedira perdão*, foram comutados os castigos corporais e

¹⁸⁷ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 352-357.

¹⁸⁸ AVELLAR. Hélio de Alcântara. *Op. cit.* p. 36

confirmado o desterro¹⁸⁹. Com o tempo curto, Sebastião de Carvalho, recolhido em sua propriedade, considerou-se defendido em suas primeiras palavras e permaneceu lacônico. Morreu, no ano seguinte, em 8 de agosto. Seu corpo ficou sepultado em Pombal, pois as autoridades não permitiram que o enterro fosse feito em Lisboa.

O monumental conjunto de obras e ações da época pombalina, ficaram como testemunho de sua política reformista e projeto de Estado que permaneceu além de seu período como ministro. Como corroboramos com Maxwell:

*“... o grupo que ele havia favorecido permaneceu e prosperou. A queda de Pombal, longe de desabilitar seu poder e influência, forneceu um disfarce para a manipulação do Estado no interesse desse grupo e para que ele açambarcasse a maioria dos empreendimentos que o Estado havia estabelecido”.*¹⁹⁰

Não podemos deixar de compreender as posições de D. José I que, para essa dissertação, não foi títere ou monarca indolente. Esse, viu em Pombal a solução para manter o poder da Casa de Bragança. *“Este [Pombal], por assim dizer, homem novo na corte, e não eivado ainda nos vícios dela...”*¹⁹¹ seria capaz de empreender a manutenção e progresso do Estado português, naqueles anos 50 dos setecentos, de que cinzas nuvens avizinhavam. Monarca e ministro compactuavam projeto e espaço com intersecção comum e souberam sabiamente utilizar um ao outro. Afinal, para cumprir a tarefa, Sebastião de Carvalho precisou agir pragmaticamente, com ferro e fogo sobre nobreza e clero, destruindo os antigos pilares sociais do Estado português. Mais importou a D. José, a reforma do que a carne de seus pares. O ministro foi a escolha lógica, dentre plantel de servidores públicos, feita pelo monarca para o seu tempo e necessidades advindas. Conforme contribui o escrito seguinte de João Lúcio de Azevedo:

¹⁸⁹ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 396.

¹⁹⁰ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 166

¹⁹¹ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 103

“Logo à primeira entrevista, D. José manifestou ao novo secretário de Estado o intento de ocupar em assuntos diversos dos que particularmente lhe competiam. Reconhecia nele conhecimentos vastos do que, na algaravia da época, se chamava “aritmética política”. Pretendia assentar o regime de navegação e comércio “em princípios geométricos, e como tais sólidos e infalíveis”, segundo o próprio Carvalho nos instruiu.”¹⁹²

Pombal não fez das idéias ilustradas de sua época o projeto de Estado mas, ao contrário utilizou-as como ferramentas para esse projeto. A ação autocrática do Estado fez serventia do necessário para a sobrevivência e crescimento. Essa ação pode ser definida como teleologia governativa. A *raison d’etat* prevaleceu utilizando as idéias proeminentes de sua época como instrumento utilitário e restrito ao pragmático governativo. Não era o ministro um militante veemente da ilustração, ao contrário, esse fidalgo prosaico educado nos antigos estatutos coimbrões, e seu grupo, de “*reformistas portugueses, não eram livres-pensadores, com certeza . Buscavam promover o que lhes parecia útil para o Estado.*”¹⁹³ Como exemplo, durante a época pombalina, a Mesa Censória, com o apoio do ministro, vetou aos leitores portugueses escritos de autores, tais como: Spinoza, Hobbes, Descartes, Voltaire, Diderot e Rousseau. Locke somente para indivíduos que recebessem autorização especial do órgão censor.¹⁹⁴ O pombalismo foi a dimensão desse absolutismo lógico português, que utilizou as idéias disponíveis, como mercantilismo e ilustração, não como manifestação engajada, mas apenas no limite racional das necessidades de Estado, marca indubitável da política de uma época e seus homens.

Entender a época da administração pombalina e suas características e decorrências fundamentais, contribui, para a análise do documento *Directório dos Índios* como peça que responde à análise do *intra* e *extra* em nosso objeto de estudo. Nessa dissertação, seguiremos ao encontro dessa fonte primária, que foi valiosa peça para o

¹⁹² *Idem, ibidem.* p. 104

¹⁹³ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* 108.

¹⁹⁴ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 351.

entendimento da colônia e o modo como era formada e aplicada a política deliberada no reino.

3.2. O DIRECTÓRIO

O Alvará de 17 de agosto de 1758 autenticava o *Directório*, “que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão” para todo o território americano de domínio português“. Os ditames jurídicos, aplicados desde 1755 na região amazônica¹⁹⁵ passaram a partir daí a valer para todo o Brasil¹⁹⁶, incluído a região de Goiás, a qual vimos tratando nessa dissertação. Documentos não eram novidade no quesito gentio¹⁹⁷; entretanto, agora, a materialização do mesmo e seu conteúdo era a mola mestra da vontade jurídica reinol.

O aporte legal pombalino proibiu o trabalho compulsório indígena e retirava da Companhia de Jesus o controle dos aldeamentos, passando-o aos diretores funcionários do Estado. Os aldeamentos eram povoações que, desde o século XVI eram formadas para concentrar, por motivos variados, as populações indígenas. Agora, seriam utilizados como instrumentos governativos. A administração laica e dirigida pelo Estado era indicada pela nova estratégia que descartava completamente os jesuítas e sua política indigenista, que era oposta aos intentos do Estado pombalista, como nos diz Maxwell:

*“A política dos jesuítas com relação aos índios, além de tudo, ia de encontro ao desejo de povoar e europeizar o interior através da assimilação, e o índio, segundo acreditavam Mendonça Furtado e Pombal, deveria ser levado a constituir ‘a força e a riqueza principal para a defesa das fronteiras’”.*¹⁹⁸

O *Directório*, em seus 95 parágrafos, exhibe o modelo matricial explicativo da política portuguesa desse momento, indicando os novos parâmetros adotados e as

¹⁹⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 168.

¹⁹⁶ *Ibidem*. p. 169.

¹⁹⁷ O Alvará de 30 de julho de 1609 e a lei de 1º de abril de 1680 já tratavam do fim da escravidão indígena. Cf. CHAIM. *Op. cit.* p. 68.

¹⁹⁸ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 72.

influências da Europa ilustrada¹⁹⁹ acerca da institulização civil para a população autóctone. O *Directorio*, entre outras medidas, estabelecia²⁰⁰:

- a) introdução da língua portuguesa, em detrimento das línguas nativas e língua geral;
- b) escolha de nomes e sobrenomes lusitanos para os gentios;
- c) persuasão do uso da vestimenta;
- d) organização urbana dos aldeamentos semelhantes ao modelo europeu;
- e) reconhecimento da condição de súdito do rei de Portugal ao gentio devidamente cristianizado;
- f) a proibição da punição a casamentos mistos;
- g) incentivo à lavoura e ao comércio;
- h) proibição de referir-se ao índio utilizando a alcunha de “negro”;
- i) que postos públicos e honoríficos poderiam ser delegados aos indígenas.

¹⁹⁹ Para maiores esclarecimentos ver anexo **O Mito do Bom Selvagem**.

²⁰⁰ Arquivo Histórico do Estado de Goiás. Caixa Arquivo número 0002. Pacote 1. Documento número 10. *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*.

Os aldeamentos eram os espaços especializados para a confirmação dessas diretrizes, entregues a um diretor designado regimentalmente pela coroa e com obrigações diretivas, jamais coercitivas: a palavra “persuasão” é utilizada mais de vinte vezes ao longo do documento. A apropriação do silvícola era, como vimos nos casos goianos, precedida de contato amistoso e pacífico. Persuadir é a expressa advertência de orientação para trato cooptativo. Seu efeito de confiança e durabilidade era agora, fundamento no trabalho de aldear e civilizar o índio. O diretor tinha responsabilidades autárquicas sobre a administração da produção, organização política e judiciária dos aldeados. Competia ao capitão geral (governador) da capitania, fazer a escolha do diretor e, após esse ato, o escolhido assumia, quase em plenipotência o comando dos índios. Era ele quem cuidava de separar as glebas para o cultivo, organizava as escolas de meninos e meninas, controlava e incentivava o comércio entre os moradores das áreas colonizadas e os índios, além de cuidar do pagamento dos “salários” dos indígenas. O diretor recebia e distribuía o dinheiro arrecadado com a venda dos produtos, indicava os postos honoríficos a serem exercidos pelos índios e deveria prestar anualmente contas e relatórios da produção e seu progresso ao capitão geral.

A companhia dos pedestres, homens armados, era o destacamento militar que auxiliava o diretor na defesa e manutenção da ordem nos aldeamentos²⁰¹. Fica instruído nesse documento o engenhoso intento de replicar no âmbito econômico e político os instrumentos institucionais e sociais de modelo europeu. A tarefa disciplinadora, quase um adestramento, era o principal atributo do diretor. O *Directório*, em seu parágrafo 9 mandava organizar as povoações e poderes conforme as práticas de hierarquização desse modelo:

“[...] e tendo consideração a que nas Povoaçoens civis deve precisamente haver diversa graduaçã de Pessôas á proporçã dos ministérios que exercitaõ, as quáes pede razão, que sejaõ tratadas com aquellas honras que se devem aos seus empregos: Recõmendoaos Directores, que assim em público, como em particular, honrem, e estimem a todos aquelles Indios, que forem Juizes Ordinários,

²⁰¹ CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1983. p. 37.

*Vereadores Principaes, ou occuparem outro qualquer posto honorifico; e tambem as suas familias; dando-lhes assento na sua presença; e tratando-os com aquella distincão, que lhes for devida [...]”*²⁰²

Esse trecho do *Directório* deixa explícita a orientação ao diretor para reproduzir o funcionamento social de trato europeizante, com o claro interesse de preparar o índio aldeado para integrar, em situação macro, a sociedade colonial como ente catequizado e civilizado. A réplica tinha funções multiplicadoras. Nessa mesma motivação, minuciosas instruções quanto ao estruturamento espacial do aldeamento eram dadas. Abandonando o modelo arquitetônico indígena, típico da época do controle inaciano, os aldeamentos deveriam seguir agora o trato urbanístico europeu²⁰³. Desse modo, ela educa e incorpora o índio na prática e vivência do espaço modelar da cidade colonial. A construção de praças, hospitais, cadeia, escolas, oficinas eram a “imitação” para a inclusão. O *Directório* dá as instruções a esse respeito em seu artigo número 12:

*“...persuadindo aos Indios que fabriquem as suas casas á imitação dos Brancos...”*²⁰⁴.

Como salienta Neiva Coelho, esse modelo segue as ordenações urbanas de modelo filipino de praça e quadrícula:

“O modelo de praça desenvolvido pelos espanhóis só será encontrado no Brasil nos núcleos desenvolvidos com base nos projetos de engenheiros militares, principalmente naqueles implantados com o objetivo de aldear os índios, como a aldeia Maria e a aldeia de São José de Mossâmedes, ou os núcleos destinados a manter apoio e

²⁰² *Directório dos Índios*, 1758. AHEG. Artigo 9

²⁰³ Conferir pranchas números II-V que apresentam os planos urbanísticos e arquitetônicos dos aldeamentos de São Jose de Mossâmedes e Maria I.

²⁰⁴ *Directório dos Índios*, 1758. AHEG. Artigo 12

segurança junto às fronteiras, como é o caso de Casalvasco e Corumbá, no Mato Grosso.”²⁰⁵

A evidência do projeto: engrossar o número de almas envolvidas no empreendimento mercantil colonial e atividades econômicas de seu meandro. Essa é lembrada amiúde nas páginas do documento, a palavra “commercio” é citada 67 vezes. A economia colonial, como vimos, carecia de incremento e, notadamente em Goyaz e outras áreas mineradoras eram escassos os produtos e víveres que, muitas vezes, vinham de fora. Obstinado, o documento detalha claramente a necessidade da organização econômica dos aldeamentos e deixa antever que privados dessa atividade esses povos não tem acesso às “...*conveniencias Temporáes, que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da Cultura, e do Commercio...*”²⁰⁶.

A terra e sua conquista tinham agora plano complexo e sagaz que, fundamentalmente, transformava o índio em instrumento de primeira necessidade para o progresso da colônia. Como vimos em outros trechos, a população branca na colônia, inclusive no caso da sociedade goiana, sempre foi minoria e “*com a decadência da mineração essa minoria se tornou cada vez mais exígua. Ao acentuar-se a decadência muitas famílias brancas migraram para outras regiões*”²⁰⁷. Palacín continua apresentando esse quadro de esvaziamento em Goyaz dizendo que “*no norte, sobretudo, segundo testemunhos da época, havia lugares em que não se encontrava um só branco*”²⁰⁸. Cabia ao diretor organizar a economia do aldeamento e integrá-la com o restante da colônia, fornecendo os índios como trabalhadores nas povoações próximas, bem como cuidando do recebimento de seus salários e do rendimento do comércio das lavouras. O diretor em última instância cumpria a função de “educador” social, pois tutelava pontualmente a vida econômica do aldeamento. Os ditames dessa política indigenista consideravam os autóctones como incapazes, originalmente, para a tarefa das finanças, como o próprio documento recomenda:

²⁰⁵ COELHO, Gustavo Neiva. *Op. cit.*. p. 197

²⁰⁶ *Directório dos Índios*, 1758. AHEG. Artigo 3

²⁰⁷ PALACÍN, Luís, MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *Op. cit.* pp. 38.

²⁰⁸ *Idem, ibidem.* p. 38.

*“Finalmente como, supposta a rusticidade, e ignorancia dos mesmos Indios, entregar a cada hum o dinheiro, que lhe compete, seria offender não só as Leys da Caridade, mas da Justiça, pela notoria incapacidade, que tem ainda agora de o administrarem ao seu arbítrio, será obrigado o Thesoureiro geral a comprar com o dinheiro, que lhes pertencer na presença dos mesmos Indios aquellas fazendas de que elles necessitarem...”*²⁰⁹

Proposta ousada, o *Directório* continha os predicativos legais de verdadeiro estratagema cooptativo dos silvícolas ao mundo europeu. Eles, os indígenas, eram a mais nova ferramenta do Estado para reorganizar e adequar o império português em momento de transformações: era o século XVIII, época de mudanças radicais na organização da produção e nas relações geopolíticas. A eficácia do Estado, segundo o Marquês de Pombal e sua política de reformas, implicava, o remanejamento de forças no reino e seus domínios, não para alcançar um retorno ao passado glorioso do século XVI, também inexistia a visibilidade próxima de um ressurgimento aurífero ou diamantífero, mas para estabelecer de forma prática e lógica, o Portugal mercantil em situação adequada e lucrativa nesse período de mudanças. O documento não possui pudores em alertar a necessidade do momento e a aritmética administrativa alertava para os perigos da estagnação da economia colonial nesse trecho:

*“Ensinando pois a experiencia, e a razaõ, que assim como nos Exercitos faltos de pão não póde haver obediencia, e disciplina; assim nos Paizes, que experimentaõ esta sensivel falta, tudo He confusão, e desordem; vendo-se obrigados os habitantes delles a buscar nas Regioens estranhas, e remotas, o mantimento preciso com irreparavel detrimento das manufacturas, das lavouras, dos traficõs, e do louvável e virtuoso trabalho da Agricultura”*²¹⁰

²⁰⁹ *Directório dos Índios*, 1758. AHEG. Artigo 58

²¹⁰ *Directório dos Índios*, 1758. AHEG. Artigo 22

A aplicação do *Directório* revela essa moral econômica da administração portuguesa, que tentava primeiramente tornar o indígena elemento de seu funcionamento material ao incluí-lo como força de trabalho no mecanismo dos aldeamentos. Em segundo lugar, buscava garantir a ocupação e permanência de seu poder nas terras da América do Sul. Conforme Chaim²¹¹, “[...] Pombal objetivava transformá-los em cidadãos ativos na tarefa de povoamento, através da sua integração na comunidade”. Cabia ao indígena papel novo e precioso, já que as instruções vindas da metrópole frisavam de forma acentuada o valor desses colonos compulsórios. Para o nosso caso podemos observar essa tendência de inclusão do indígena no projeto colonizador, analisando o trecho seguinte, encontrado em instrução real ao governador José de Almeida, o Barão de Mossâmedes:

*“[...] achando-se todo o sertão daquele vasto continente coberto de índios, estes deviam ser principalmente os que povosassem os lugares, as vilas e as cidades que se fossem formando... nenhum dos ditos vassallos poude até hoje bem compreender que a civilidade dos índios, era objeto muito mais importante pelas suas conseqüências, que todas as outras riquezas... viu que a extensão do ouro, diamante e mais gêneros preciosos, se não faz sem consideráveis despesas, trabalhos e ainda perigos, e que a civilização dos índios, se pode facilmente conseguir, logo que se acertem no método de a preticar.”*²¹²

Portugal, na segunda metade dos setecentos, era a própria indicação dessa polaridade invertida no trato administrativo do indígena: o poder de Estado ressonava em direção ao “bom gerir”. A busca de racionalidade governativa, como meta das reformas, oportunizaria a hegemonia da coroa em seus territórios coloniais da América. Era projetado no índio, o novo braço que tanta falta fazia para ocupação e produção nos espaços produtivos estratégicos, vários ainda em litígio, como Goyaz, por exemplo. A

²¹¹ CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811**. 2.^a ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983. p. 76.

²¹² Instruções Reais ao Governador José de Almeida Vasconcellos de Soveral e Carvalho – **Manuscrito do SDEGO – Livro de Instruções – 1758-1778 – Documento n.º 49** – Parágrafo 54. *Apud.* CHAIM, Marivone M. *Op. cit.* p. 91.

população de sangue europeu era insuficiente para tal demanda e a mudança do estatuto racial era a ordem do dia para reforçar o poder de Estado, que emergia em meio de necessidades recorrentes. As medidas raciais pombalinas incluíram, em quase todas as áreas de domínio da coroa, alguma novidade quanto ao trato dos povos vassallos de *el rey*²¹³. Nas terras da América de domínio português a multiplicação de colonos indígenas poderia ser a solução para o desenvolver do empreendimento colonial, como nos diz Maxwell:

*“[...] esse número e multiplicação de pessoas é mais indispensável agora nas fronteiras do Brasil, para suas defesas. Mesmo assim, como não era “humanamente possível” obter o número de pessoas necessárias do próprio Portugal ou das ilhas adjacentes (açores e madeira) sem convertê-los “completamente em desertos”, era essencial abolir “todas as diferenças entre índios e portugueses” [...]e encorajar o casamento deles com os europeus.”*²¹⁴

Esses povos eram agora indispensáveis para revitalizar as engrenagens da máquina colonial. Na América portuguesa, o indígena era a possibilidade de medrar esses objetivos. Novos soldados, lavradores, tropeiros, artesãos, comerciantes estavam ali, ao alcance das mãos: os gentios da terra. A miscigenação, marca do mundo colonial brasileiro, era institucionalizada pelo documento pombalino como estratégia para o novo tempo. O incentivo ao casamento misto era explicitamente tratado no documento:

*“Entre os meios, mais proporcionados para se conseguir tão virtuoso, útil, e santo fim, nenhum He mais eficaz, que procurar por via de casamentos, esta importantissima união. Pelo que recomendo ao Directores, que apliquem incessante cuidado em facilitar, e promover pela sua parte os matrimônios entre os Brancos, e os Indios...”*²¹⁵

²¹³ Como vimos na página 55

²¹⁴ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 53 .

²¹⁵ *Directório dos Índios*, 1758. AHEG. Artigo 88

Explicar essas diretrizes indigenistas que são, em si mesmas, tão claras na sua proposta é de grande valia para a análise da estratégia de Estado. Propondo o casamento misto dá avanço original e, como engenharia populacional destatal, direciona a formação de uma população “cabocla”²¹⁶. Um exército inteiro de homens e mulheres seria preparado para funcionar como massa humana dinâmica no projeto colonial.

Uma proposta tão inovadora como essa não poderia contar com a aprovação inaciana. Assim como no reino, na colônia os jesuítas eram também considerados entrave aos projetos de reordenamento estatal e fortalecimento real. O poder jesuítico era imenso, pois as diretrizes legais instituídas anteriormente²¹⁷ davam aos inacianos o controle sobre as comunidades aldeadas. Eram autarquias indígenas de comando corporativo e exclusivo da *Societa Jesus*. Os poderes dos regulares, temporais e espirituais para gerir os aldeamentos, eram quase ilimitados e, por projeto ou princípio, impunham o gentio em seu micro universo inaciano. Os atritos com autoridades e colonos acerca dos poderes jurisdicionais sobre o gentio eram freqüentes. A dimensão subjetiva do indígena, defendida pelos jesuítas, não importava ao Estado. Isso impedia o avanço do projeto estatal, como observa M. Chaim:

*“a obra destas missões não atendia aos objetivos da colonização portuguesa no Brasil [...] para qual o indígena se apresentava apenas numa dimensão biológica e econômica”*²¹⁸.

Notadamente no Pará, cujo governador era Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão fidelíssimo do Conde de Oeiras, a tensão do poder estatal contra os jesuítas estava no auge. As cismas com o governador tinham fundamento em acusações como contrabando, sonegação e querelas dos regulares contra os colonos pela utilização do índios como trabalhadores. Afirma João Lúcio de Azevedo: *“Assim as públicas*

²¹⁶ M. Chaim nos lembra que o parágrafo 80 do *Directório*, que trata dos casamentos mistos, foi dificultado devido à exígua população branca da capitania. CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811**. 2.^a ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983. p. 141

²¹⁷ CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811**. 2.^a ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983. p. 69

²¹⁸ *Idem, ibidem*. p. 67

*infelicidades tinham de continuar até serem revogadas as leis sobre os índios do Brasil, e as demais, contrárias aos jesuítas”*²¹⁹. É igualmente importante lembrar duas variáveis que faziam urgir medidas sobre o gentio da terra: a escravidão, elemento destacado e as atrocidades cometidas nas guerras, as quais, “justas” na prática, impediam o bom funcionamento de qualquer política estatal que englobasse o índio como ponto de alavancagem.

Proteger e potencializar as capacidades econômicas da América portuguesa eram alta prioridade da administração pombalina. As receitas do reino eram superadas em mais do que o dobro pelas obtidas no Brasil²²⁰. Os braços que continuariam a obra de interesse do Estado deveriam abranger novos homens nessa tarefa de reordenação e crescimento. As necessidades de afirmação do poder régio em Portugal e o planejamento estratégico incluíam a o ensino língua portuguesa como obrigatória nesses aldeamentos. Essa estratégia demonstra a perspectiva de controle e centralização do absolutismo lógico pombalino, o *Directório* em seus trechos clarifica essa posição:

“...hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Lingua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma, que sua Mgestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observarão com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado”.²²¹

O uso da *língua geral*²²² (e *nhegatu* na região amazônica) tem sua origem no século XVI nas missões jesuíticas, mistura entre línguas ibéricas e tupi ocidentalizado e foi importante artifício para catequização e contato entre os vários grupos que viviam na colônia. A *língua geral* era falada nas comunidades coloniais, inclusive por brancos e

²¹⁹ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op. cit.* p. 206

²²⁰ MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.) *et al.* **História de Portugal: o antigo regime**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4. p. 212

²²¹ *Directório* do Índios, 1758. AHEG. Artigo 6

²²² VAINFAS, Ronaldo. V. “língua geral”. *Op. cit.* pp. 346-348

mestiços; por muitos lugares na colônia substituíam o português²²³. Durante o controle jesuíta essa era uma estratégia lingüística de identidade, catequização e fluxo de domínio. Para o Estado metropolitano, tratava-se de um incômodo, pois não demarcava a pertença ao reino. Suprimi-la foi para o poder pombalino fundamental reforço da presença do comando estatal. A diretriz enceta o fortalecimento do poder régio como o próprio *Directório* nos diz:

“... e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radica também o affecto, a veneração, e a obediencia ao mesmo Principe”.²²⁴

Pombal sabia da importância dessa terra e o espírito governativo funcionava em direção à afirmação do Estado e do poder régio nele estabelecido. No Pará e no Brasil, as duas unidades administrativas da América portuguesa na época, a necessidade indicava esse movimento ordenado e lógico e os eixos estratégicos:

“O espírito [...] pode ser reduzido a três pontos principais: primeiro, defender as fronteiras; segundo, povoá-la para que possa defender-se por si mesma; e, terceiro, tornar lucrativo o uso das minas e dos benefícios que venham a ser descobertos neste vasto continente”.²²⁵

Os povos indígenas não eram, para esse novo espírito, um entrevero que deveria ser eliminado ou expulso das áreas de interesse econômico e territorial, da metrópole. Os índios eram agora parte imprescindível das necessidades do engenho colonizador. O ineditismo desse momento era, na verdade, uma mudança na política do eixo programático das metas para a colônia. O Barão de Mossâmedes exemplificava em seu diário de viagens como era importante a participação do silvícola nessa nova etapa da empresa colonial:

²²³ *Idem, ibidem*. pp.346 a 348

²²⁴ *Directório* do Índios, 1758. AHEG. Artigo 6

²²⁵ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.* p. 126-127.

*“Viu igualmente o mesmo senhor a impraticabilidade de se povoar a dita capitania, nem outra qualquer parte da América portuguesa, senão com os nacionais da mesma América: e que, achando-se todo o sertão daquele vasto continente coberto de índios, estes deviam ser principalmente os que povoassem os lugares, as vilas e as cidades, que se fossem formando; na certeza de que sem eles nem poderia haver cultura, nem comércio, nem opulência, nem segurança, que não fosse precária no Brasil”.*²²⁶

Desse modo, persuadir o gentio em aldeamentos foi a solução apresentada para esse momento, em que, apesar das particularidades, não ficaram no âmbito da retórica as instruções dada pelo *Directório*. Os atos de governança pombalinos da Capitania de Goyaz contabilizaram mudanças significativas durante e imediatamente após seus governos. A pacificação do gentio promoveu em Goyaz uma “normalidade e tranqüilidade antes inexistentes. Em carta régia de 12 de maio de 1798, o *Directório* foi abolido nessa data, quando a frouxidão já tinha tomado o lugar dos outrora esmerados atos governativos. Voltou como lei em 1808 mas sem os mesmos efeitos e, como observa M. Chaim:

*“Saímos, deste modo, de uma política pacifista no século XVIII, encetada pela Coroa Portuguesa, para a do extermínio do silvícola no início do século XIX, extermínio este que já vinha se efetuando, mesmo mediante as severas medidas tomadas por parte da Metrópole.”*²²⁷

Embora os conflitos entre colonos e indígenas não tenham de todo acabado, sua permanência como marca da sociedade colonial goiana é inegável, seja na miscigenação, seja em cidades que originalmente eram aldeamentos e existem até hoje, como Mossâmedes e Carretão (atual Dianópolis), ou na memória que nos leva a refletir o que fomos e o que somos. Os embates ao longo do século XIX retornaram ao padrão

²²⁶ PINHEIRO, Antônio César Caldas e COELHO, Gustavo Neiva (orgs.). *Op. cit.* p. 10.

²²⁷ CHAIM, Marivone Matos. *Op. cit.* p. 95.

predatório anterior ao *Directório*, levando a extinção de tribos e os restantes quedaram acuados em mínimo território. Entretanto, a marca desse documento e suas aplicações em nossa história ficam como produto do tempo e de seus eventos como registro para reflexão e referência.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa documental e bibliográfica para a elaboração deste trabalho dissertativo foi esquadrihado um pedaço da história colonial brasileira, angulado pelo historiador em seu tempo e imanências. Nessa atividade, a característica que orienta e encontra fundamento no rigor empírico e analítico é a verossimilhança. Coube como última tarefa um exercício de leitura conjunta daqueles que participam como interlocutados coevos e, conseqüentemente, implicados em emitir juízo, ainda que calado ou subjetivo. Tal juízo encerra, em seu conjunto, a especificidade e tarefa da história de permitir a referência do homem em suas temporalidades.

Encontrar a Capitania de Goyaz como parte coesa do Reino de Portugal foi hipótese sustentada tanto na conferência documental como na análise direta das políticas metropolitanas e sua aplicação na colônia. O momento demarcado e sua compreensão como evento histórico transmitiu segurança para afirmar a presença de poder direto. Os governos de José Vasconcelos de Soveral e Luís da Cunha de Menezes foram essenciais para definir o modo e a capacidade dessa presença. O ineditismo das propostas ensejadas no *Directório* e sua efetiva aplicação em terras goianas demonstrou a inclusão dessa região no período pombalino e sua reforma. A trama governativa é, em sua presença, a realidade dessa política indigenista que, como marco político, delimitou o período pela diferenciação e garantiu a compreensão de sociedade em consonância com a política de seu momento histórico.

A dinastia de Bragança em processo de cristalização de poder enfrentava seu desafio mais veemente, ao suplantar as antigas amarras de aporte jurídico feudal, fundamentadas nas clientelas, prerrogativas familiares e proeminência clerical. O momento exigia respostas do Estado. As alianças internacionais, a guerra global, o bom funcionamento da economia mercantil e as garantias territoriais eram tarefas que deveriam ser tratadas pelo Estado forte, desimpedido e orientado pela lógica pragmática de governança. As amarras particularistas embasadas na compreensão jurídica de cunho consuetudinário e religioso precisavam ser extirpadas. Essas situações e necessidades demandavam um governo capaz de solucionar este desafio: posicionar Portugal diante de seus problemas.

Sebastião de Carvalho e Melo foi o homem escolhido pelo seu monarca para essa tarefa. Ao longo de 22 anos, ele revolveu com mão de ferro a sociedade e a política do império oceânico português. A razão de seus atos era direcionada ao fortalecimento

do Estado e da Nação, influenciado por perspectivas regalistas. Sua política orbitava em argumentos lógicos, fundamentados na *raison d'état* e operados de forma pragmática, como foi visto ao longo desse estudo. Observamos, por exemplo, a ferocidade com que o Estado levou a cabo a perseguição a jesuítas e nobres; a supressão ou cooptação dos antigos instrumentos e órgãos de governo; a busca do equilíbrio e respeito nas relações diplomáticas, a reforma educacional e o reordenamento mercantil. Tais atos políticos foram efetuados a despeito de oposições. A política mercantilista e a ilustração serviram como instrumentos racionais para efetuar a aritmética governativa. Esta se construiu, portanto, desprovida de paixão ou alinhamento ideológico.

Pombal agiu autocraticamente: ignorou os meandros clientelistas e solapou as oposições sempre que foi necessário. Agiu pessoalmente na defesa do Estado e, como absolutista que era, não deixou de usar a destruição física de qualquer barreira a sua política. Procurou, concomitantemente, reformar o aparato estatal em modelo lógico e funcional que utilizou, de forma criteriosa e eletiva, os elementos e propostas ilustradas de sua época. Esse utilitarismo não era engajamento ou projeto revolucionário; muito ao contrário era ocupado no fundamento exclusivo da gestão do Estado e de suas necessidades e esse era o limite útil. Durante seu governo, enfrentou guerras, rebeliões e infensas nobiliárquico-clericais. Apesar disso, com o apoio de D. José I, Pombal prosseguiu incólume. Agiu como absolutista lógico que retirava das propostas ilustradas apenas o que era prático aos seus intentos. Os autores consultados ofereceram clareza desse absolutismo lógico utilitarista, capacitando o entendimento histórico da política reformista pombalina.

Essa política reformista, foi para o reino e seus domínios, que incluíam a Capitania de Goyaz e sua atividade mineradora, direcionada pela ação pombalina e seus agentes. Tais funcionários, em todos os níveis e graus, operaram como extensão burocrática e funcional do poder central. Os governadores agiram conforme o imperioso administrativo pombalino fosse reordenando tropas, nomeando funcionários, garantindo a defesa da terra e principalmente, para esse estudo, aplicando a nova política indigenista. Essas ordens emanavam de um poder central situado a milhares de quilômetros na Europa e eram seguidas e adequadas às peculiaridades locais sem, contudo, descaracterizarem o tônus original. Ao longo do trabalho dissertativo, foi presente a idéia de complexo que incluía a política metropolitana na ordem do dia da

vida colonial e interligava o entendimento da história local aos eventos e problemáticas de sua época.

O conjunto de eventos do tempo de rendição são elementos que convergem nessa análise. Podemos encontrar nela a afluência de ações humanas e ocorrências naturais que destilam esse momento da história colonial, a saber: os povos indígenas de Goiás em ação armada na defesa de sua terra, a sociedade mineradora em momento crítico, o Reino português e as políticas pombalinas definidas para os indígenas, os acontecimentos climáticos excepcionais e a efetiva aplicação do *Directório* através dos aldeamentos. Como categoria esses acontecimentos e políticas atinam na análise como intersecções de um conjunto.

Defender e empreender o desenvolvimento econômico na América portuguesa era fundamental para Portugal como tarefa inadiável na ordem do dia do absolutismo lógico pombalino. O *Directório dos Índios*, como documento e gestão, foi efetivamente aplicado e representa esse complexo de eventos inserço momento da história portuguesa. Ao lançar mão do indígena como colono em novos parâmetros jurídicos e civis, podemos claramente adequar e encadeá-lo com o momento histórico vivido. Os aldeamentos, a persuasão do silvícola e a supressão dos jesuítas são elementos indicadores da estratégia de Estado e, quando comparados às políticas e ações governamentais anteriores, demarcam o estatuto pombalino e suas peculiaridades.

Na perspectiva e atividade da ciência da história, esse objeto, como outro que se ocupe, é passível de análise variada, pois a idiografia, em sua polissemia analítica, permite tal. Entretanto, nesse trabalho dissertativo, foi visto que os entremeios sociais e políticos marcaram presença tanto no corpo de eventos elencados como no âmbito do trato investigativo. O seccionar é parte da sistemática do método científico e, deste modo, enseja lógica e compreensão ao evento e/ou categoria analisada. A perspectiva do império foi decalcada primeiro pelo âmbito de sua imanência, como conjunto administrativo e, ao longo do estudo foram adicionados os constitutivos que, embasados empírica e bibliograficamente, constituíram, o que chamamos aqui de complexo. Essa ação dos Estado influencia o momento e seus eventos históricos inseridos no espaço da Capitania de Goyaz, tais como os conflitos e escaramuças entre colonos e indígenas, entrematando-se de forma recorrente e, conforme seus estatutos e estratégias característicos, de ação em estado de guerra. Com organização e respostas satisfatórias,

foi garantida a permanência aguda do conflito por décadas. Por conseguinte, esses conflitos passaram por um período de arrefecimento, que corresponde — e aí chegam as convecções lógicas — conclusivamente com as contingências climáticas, as práticas e procedências administrativas que culminaram em efetivação da política de aldeamentos, conforme ditava o *Directório dos Índios*. Quando, no trabalho de pesquisa, houve o confronto com essa fonte primária, foi decisivo e pétreo o retorno ao reino para caracterizar — por fim como teleológica da pesquisa — o governo pombalino e sua política como estratégia de Estado e, inclusivamente a América portuguesa, que encontrava no indígena provável parceiro para medrar o consórcio colonial. E assim, concluída a tarefa dessa perspectiva e práticas que envidaram esforços em produzir intelectibilidade científica conforme os cânones da academia e corpo de especialistas, ocorreu a compreensão da história.

Perguntamos ao passado e encontramos um momento da história colonial goiana, com sua sociedade em momento de dramática conformação e sua evidente pertença ao império português. Seres humanos, em suas épocas, deixaram como memória o ocorrido sincrônico de suas vidas, para que nós, pósteros desses e coevos entre nós, as analisássemos. Por certo, não falamos por eles. Falamos por nós: buscamos sentido nessa ação! Pois então encontramos na ciência da história os métodos e respostas para a referência como integrantes de uma sucessão de vidas precedentes ou vindouras e os sentidos da existência.



Documentação: Bibliografia/ Fontes

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História Administrativa do Brasil; A Administração Pombalina**. 2ª ed. Brasília: Editora UnB, 1983.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

BAPTISTA, Gustavo Macedo de Mello e Corrêa, Rodrigo Studart. **Mineração em Áreas Degradadas no Cerrado**. Brasília. Editora Universa, 2004.

BARRERA, José Carlos Bermejo. “Making history, talking about history”. *in History and Theory*. vol. 20, n. 2, 2001. pp. 190-205.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco História do Distrito federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Solo Editores, 1994.

_____. **Notícia Geral da Capitania de Goyaz**. 1.ª ed. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, Editora da Universidade Federal de Goiás; Solo Editores, 1997.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOBBIO, Norberto. Matteucci, Nicola. Pasquino, Giamfranco. **Dicionário de Política**. 12ª Edição. Brasília, 2004. Vol. 1. Editora UnB.

BOBBIO, Norberto. Matteucci, Nicola. Pasquino, Giamfranco. **Dicionário de Política**. 12ª Edição. vol. 2. Brasília: Editora UnB, 2004.

CANDIDO, Antonio. “A Literatura e a formação do homem”. In **Remate de Males**. São Paulo: Unicamp, 1999.

CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811**. 2.^a ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983.

COELHO, Gustavo Neiva. **O Espaço Urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular**. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global, 1983.

FONTANA, Ricardo. **Francesco Tosi Colombina**. Brasília: CODEPLAN, 2004.

FRANCO, José Maria V. e UZUNIAN, Armênio. **Cerrado Brasileiro**. São Paulo: Ed. Harbra, 2004.

GAMA, Basílio da. **O Uruguai**. Org. Mário Camarinha da Silva. Coleção Nossos Clássicos, vol. 77. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Agir, 1983.

GONZAGA, Tomás Antônio. **Cartas Chilenas: retrato de uma época**. 2.^a ed. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

JÚNIOR, Deusdedith Alves Rocha; JÚNIOR, Wilson Vieira; CARDOSO, Rafael Carvalho C. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes**. Brasília: Editora Paralelo 15, 2006.

KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner. **Atlas Histórico Mundial**. 2.^a ed. Madrid: Ed. ISTMO, 1973.

LOPES, António. **Enigma Pombal**. 2.^a ed. Lisboa: Ed. Roma, 2002.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. “**O Problema da Objetividade nas Ciências Sociais**”. *Revista Brasileira de Filosofia*. Brasília, vol. XXXIV, n. 134, Abril/Maio/Junho. 1984, pp. 147-172.

_____. **Relações Internacionais: cultura e poder**. Brasília: IBRI, 2002.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. DENESI, Antônio de Pádua. (trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Universidade de Brasília, 1987.

MINK, Louis O. “Narrative form as a cognitive instrument”. In CANARY, R. e KOZIKI, H. (orgs). **The Writing of History**. The University of Wisconsin Press, 1978. pp. 129-149.

MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.) *et al.* **História de Portugal: o antigo regime**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4. Pág. 410

_____. **Os Poderes Num Império Oceânico, António História de Portugal: o antigo regime**. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998.

NIPPERDEY, Thomas. **Pode a história ser objetiva?** Trad. Estevão de Rezende Martins, Brasília. (Obra não publicada).

NOVAES, Adauto (org.). **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **História de Goiás**. 6.^a ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (orgs). **O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica.** Trad. Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001.

SALGADO, Graça, (org). **Fiscais e meirinhos. A administração no Brasil colonial.**São Paulo: Nova Fronteira, 1985.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** 1.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2000.

ZILBERMAN, Regina. **A Terra em que nasceste — imagens do Brasil na literatura.** Rio Grande do Sul: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

FONTES PRIMÁRIAS

Carta de D. Luis Antonio de Souza para o Governador de Goiás. AHEG (Arquivo Histórico do Estado de Goiás). folhas 1 e 2... caixa de documentação avulsa número 2

Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão. AHEG (Arquivo Histórico do Estado de Goiás). Caixa Arquivo número 0002. Pacote 1. Documento número 10.

ABREVIATURAS

AMB – Arquivo do Museu das Bandeiras

SDEGO – Serviço de Documentação do Estado de Goiás, atualmente **AHEG** – Arquivo Histórico do Estado de Goiás

AN – Arquivo Nacional

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



Anexos

O Mito do Bom Selvagem

Texto Transcrito

Pranchas

O Mito do Bom Selvagem

Conforme trata o professor Antônio Cândido, a literatura traz em si percepção do espírito construído, tanto em autores, como em destinatários. A necessidade universal de fantasia e ficção nunca é pura, pois contém elementos da realidade e percepção de espaço e tempo, os quais afloram nas obras literárias produzidas como descrição focal de uma sociedade em seu tempo²²⁸.

A literatura neste anexo é elemento que contribui para o entendimento do índio, que traduzia idéia projetada no referencial intelectual do ocidente setecentista. Ler e compreender a obra literária do período em questão permitiu vislumbrar a perspectiva do momento vivido, resultando relato que deu transparência e suporte ao trato investigativo. Para o especialista em ciência da história, estudar a obra literária é buscar referências que, tratadas como fatores de verossimilhança, auxiliam na composição do quadro de idéias e na percepção das várias interferências no agir humano. Os aspectos que auxiliam o entendimento da literatura, nesse caso, não foram colhidos em senso comum ou opinião pública, mas sim em opinião publicada. O apoio dado pela leitura da obra *O Uruguai*, de Basílio da Gama, permitiu conhecer o homem em seu tempo e revelou o espírito da época e o modo como o indígena era imaginado nesse contexto. A literatura contribuiu na ênfase interpretativa, favorecendo a fluidez e clareza da análise histórica, na medida em que permitiu revelar conteúdos subjetivos da realidade.

A literatura romantizada (Arcadismo), ao elucidar o comportamento do autor literário, tomado como referência pontual, contribuiu para que fosse possível captar certa percepção do índio e a imagem que se tinha do nativo no tempo do objeto dessa investigação histórica. A personificação do indígena era reformulada pela produção culta da sociedade européia ilustrada, como observa a professora Regina Zilberman. Basílio da Gama (1740-1795) apresentou o relato do indígena não mais como o bárbaro antropófago, descrito nas obras dos séculos XVI e XVII, tampouco como a *table rase* dócil e edênica da visão catequética²²⁹. A partir de então, ele passava a ser social, membro coevo da sociedade dos

²²⁸ CANDIDO, Antonio. **A Literatura e a formação do homem**. Remate de Males. São Paulo: Unicamp, 1999. p 129.

²²⁹ ZILBERMAN, Regina. **A Terra em que Nasceste**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. pp.24-25.

homens, conforme a visão iluminista, e a possuir novo *status*, cujas evidências são encontradas na obra desse autor.

Esse conjunto de idéias e a materialização das orientações pombalinas caracterizam o viés político-moral da prática estatal no período tratado, no qual coube ao *Directório*, documento fundamental que demonstra os expedientes oriundos do Estado, o papel de regulador principal da ação administrativa.

O projeto colonial utilizou a idealização do indígena para seu propósito de redimensionamento das formas de domínio e essa idealização foi polissêmica, variando conforme necessidades do referido projeto ao longo de sua aplicação. A documentação consultada fornece subsídios para essa análise e, como ressalta a professora Regina Zilberman, no século XVIII, conduziria que o indígena sofre ao enquadramento do ideário Iluminista:

“para o índio poder se responsabilizar por essa tarefa é porque sua imagem também mudou: não é mais o bárbaro antropofágico desenhado por Hans Staden, Soares de Souza e Rocha Pitta, a inocente tabula rasa em que se podiam imprimir os ditames do Evangelho, perspectiva que transita dos textos de Colombo e Vespúcio aos de Caminha e Gandavo”²³⁰.

O ideário ilustrado dá contornos próprios de discurso científico e naturalista ao mito do bom selvagem, conforme destaca Sérgio Paulo Rouanet ao tratar de Diderot, o qual renunciava à utopia espacial que colocava o selvagem em terras longínquas, trazendo-o para o lugar que lhe convinha, inserido em um *ethos* localizado na própria Europa. Era referência humana de natureza intocada, simples e originalmente boa. Como está registrado em *O Uruguai*:

*“Nem são senhores, nem vós sois escravos.
O rei é vosso pai: quer-vos felices.
Sois livres, como eu sou; sereis livres,
Não sendo aqui, em outra qualquer parte.
Mas deveis entregar-nos estas terras.*

²³⁰ ZILBERMAN, Regina. *Op. cit.*

*Ao bem público cede o bem privado.
 O sossego da Europa assim o pede.
 Assim o manda o rei. Vós sois rebeldes,
 Se não obedecéis; mas os rebeldes,
 Eu sei que não sois vós, são os bons padres,
 Que vos dizem a todos que sois livres,
 E se servem a vós como de escravos.
 Armados de orações vos põem no campo
 Contra o fero trovão da artilheria,
 Que os muros arrebatam; e se contentam
 De ver de longe a guerra: sacrificam,
 Avarentos do seu, o vosso sangue.
 Eu quero à vossa visita despojá-los
 Do tirano domínio destes climas,
 De que a vossa inocência os fez senhores²³¹.*

Dividido em cinco cantos, *O Uruguai* louva o ameríndio e suas virtudes naturais, dando a ele presença e realização literária mais que aos brancos. Tomemos, por exemplo, o índio Cacambo, que tem mais citações do que Catâneo (Gomes Freire de Andrade), e a heroína Lindóia, que é personagem construída com minúcia e destaque. *O Uruguai* acaba perdendo força épica por tratar do jesuíta mau e o silvícola, bom corrompido pelos interesses escusos da Companhia de Jesus.

O mito do bom selvagem era nesse tempo a imagem da ingenuidade, que, acoplada ao ideal da ação humana em suas determinações típicas da Ilustração, servia não como meta a ser construída, mas sim como base para as justificativas e propostas da mudança social almejada por esses pensadores como, por exemplo, em Rousseau:

*“... reconhece que de nada adianta sonhar com a volta ao estágio selvagem.
 O paraíso perdido não pode mais ser recuperado. Nossa única chance é fugir para frente, criando, pela educação, um Emílio moralmente bom, nisso superior a esse ser moralmente indiferente que é o mero homem da natureza, e instituindo, pelo contrato, uma nova sociedade, que combine a liberdade do estado da natureza com os limites exigidos pelo estado civil,*

²³¹ GAMA, Basílio da, **O Uruguai**: Canto Quinto, Rio de Janeiro, 4.ª Ed. Record, 2003. p. 46.

*limites que não podem ser vistos como coercitivos, porque são livremente escolhidos pela vontade geral*²³².

A política “civilizadora” pombalina, à qual Basílio da Gama se aliara, trazia essa visão do bom selvagem e aludia aos novos usos propostos para os autóctones brasílicos: os indígenas livres deveriam se comportar conforme europeus, seja na língua, seja na religiosidade, ou mesmo nas regras de convívio social. Segundo o *Directório* dos Índios aprovado por Dom José, em 1755, seriam incluídos na “civilização” por intermédio da sua integração na agricultura, comércio e artesanato, servindo como súditos nos projetos de reordenação dos domínios portugueses, característicos da época pombalina.

A forma como se deu a apropriação identitária²³³ revela o teor da política indigenista de Sebastião José de Carvalho e Melo — promotor de reordenamento administrativo em Portugal, que dirigiu o Estado com mão-de-ferro durante o reinado de D. José I (1750-1777). O trato dispensado aos indígenas correspondia ao balizamento humanista e racional — segundo parâmetros do conceito do “bom selvagem” estabelecidos pela Ilustração²³⁴ — que percebia o índio, indivíduo capaz de ser posto em situação civil semelhante à condição do homem branco. No trâmite de aplicação da política portuguesa, transparece a influência dos ideais ilustrados. Nesse ponto, a meta é compreender a capacidade desses grupos humanos e serem apropriados ao sistema laboral imposto pelo colonizador e verificar a política de aldeamentos em Goiás como resultado do padrão estabelecido pelo Estado metropolitano e suas instituições de poder.

²³² ROUANET, Sergio Paulo. **O Mito do Bom Selvagem**. *Apud* NOVAES, Adauto (Org.). **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p 425.

²³³ “A identidade por assimilação ou apropriação, eventualmente também chamada aculturação, corresponde ao processo de submissão do sujeito ou da comunidade a um outro ou a uma outra, em que se funde”. (MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. **Relações Internacionais: Cultura e Poder**. Brasília, IBRI, 2002.p. 55.)

²³⁴ ROUANET, Sergio Paulo. **O Mito do Bom Selvagem**. *Apud* NOVAES, Adauto (Org.). *Op. cit.* pp. 429 e 430.

Texto Transcrito¹

Primeira página

D. n.º 11.

Deixo a V. Ex.^a

todas as felicidades, e que tenha entrado no seu Governo com universal satisfação de vossas Seras, a que não durido seja grata a Presença de V. Ex.^a porque nella se copiam todos os agrados e relevantes virtudes que na Pessoa de V. Ex.^a se enserão.

Encaminhasse esta diligencia a fazer sienta a V. Ex.^a de que pelas artizarias do Gov. de Chiamação de 31 de Agosto participadas com grande dificuldade pelo Gov. da Colonia em 28 de Julho, sabemos que os Castellanos tem posto aquella Praça em grande aperto, e espedição com muitas forças no Rio de Prata, e fiação de se praticando as mayores arrogancias e insolencias: como pode succeder q' se ellas nos abrirem a Guerra pelas partes do Sul, a abram tambem nas Provincias do

¹ AHEG (Arquivo Histórico do Estado de Goiás). Carta de D. Luis Antonio de Souza para o Governador de Goiás. folhas 1 e 2... caixa de documentação avulsa número 2

Dezejo a V.Ex^a

Todas as felicidades, eque tenha entrado no seu governo com universal satisfação desses povos, a que não duvido seja grata a prezença de V.Ex^a. porque nella se compeam todos os agrados e relevantes virtudes que na pessoa de V.Ex^a se enserraõ .

Encaminhase esta deligência afazer siente a V.Ex^a que pellos avizos do Gov^{or} DeViamaõ de 31 de Agosto participados com grande dificuldade pelo Gov^{or} da colonia em 28 de julho, sabemos que os Castelhanos tem posto aquella praça em grande aperto, eseachaõ com muitas forças no Rio da Prata, eficaõ aly praticando as mayores arrogancias einsolencias: como pode suceder q^o seeles nos abrirem a Guerra pellas partes do sul, a abram tambem nas provincias do

Dezejo a V.Ex^a

Todas as felicidades, eque tenha entrado no seu governo com universal satisfação desses povos, a que não duvido seja grata a prezença de V.Ex^a. porque nella se compeam todos os agrados e relevantes virtudes que na pessoa de V.Ex^a se enserraõ .

Encaminhase esta deligência afazer siente a V.Ex^a que pellos avizos do Gov^{or} DeViamaõ de 31 de Agosto participados com grande dificuldade pelo Gov^{or} da colonia em 28 de julho, sabemos que os Castelhanos tem posto aquella praça em grande aperto, eseachaõ com muitas forças no Rio da Prata, eficaõ aly praticando as mayores arrogancias einsolencias: como pode suceder q^o seeles nos abrirem a Guerra pellas partes do sul, a abram tambem nas provincias do

Segunda página

do Norte; Antecipo estes avisos ao S. Sen.
 de Matto Grosso para que esteja acautelado,
 e vá formando as suas disposições: eal. Ex.
 Rogo Thequeira enviar a carta com toda abrevi-
 dade, ficando V. Ex.^a juntamente informado do
 que se passa, porque como essa Capitania costu-
 ma dar os socorros a de Matto Grosso, passa
 V. Ex.^a com tempo hir ordenando todas as su-
 as disposições, p.^a poder acudir a tempo, e todas as
 vezes q.^e se offerecerem as occasiões, e julgar q.^e he assim
 necessario. Para tudo o q.^e V. Ex.^a me ordenar fica
 promptissima e as suas Ordens com a obediencia
 M. G. a V. Ex.^a São Paulo a 15 de

Cabr. de 1772
 Anno 1.^o do Sr. Rey de Esp.^a
 Casconcelos e Sobral. D. Ex.^a
 Mayor. Ven. e Ill. e filly.
 Luis Antonio de Souza

do norte; antecipo estes avizos do G. General de Matto Grosso para que esteja acautelado, ea V.Ex^a. rogo lhequeira inviar a carta com toda abrevidade, ficando V.Ex^a. juntamente informado do que sepassa, por que como essa campitania costuma dar os socorros a de Matto Grosso, possa V.Ex^a. com tempo hirordenando todas assuas disposicoens, p^a. Poder acodir atempo todas as vezes q^o. Seoferecerem as ocazioens ejulgar q^o. hê Assim necess^o para tudo oq^o V.Ex^a. me ordenar fico promptismo eas suas ordens am^a obidiencia.

V.G. a V.Ex^a São Paulo 13 de outbr^o de 1772

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sn^õ Jose Da Alm^{da}. Vasconcelos Sovral

Mayor Ven^{os}. ee A. E Fiel Sr.

Luis Antonio de Souza

Do norte; antecipo estes avizos do G.General de Matto Grosso para que esteja acautelado, ea V.Ex^a. rogo lhequeira inviar a carta com toda abrevidade, ficando V.Ex^a. juntamente informado do que sepassa, por que como essa campitania costuma dar os socorros a de Matto Grosso, possa V.Ex^a. com tempo hirordenando todas assuas disposicoens, p^a. Poder acodir atempo todas as vezes q^o. Seoferecerem as ocazioens ejulgar q^o. hê Assim necess^o para tudo oq^o V.Ex^a. me ordenar fico promptismo eas suas ordens am^a obidiencia.

V.G^c. a V.Ex^a São Paulo 13 de outbr^o de 1772

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sn^õ Jose Da Alm^{da}. Vasconcelos Sovral

Mayor Ven^{os}. eeA. E Fiel Sr.

Luis Antonio de Souza

PRANCHA NÚMERO I

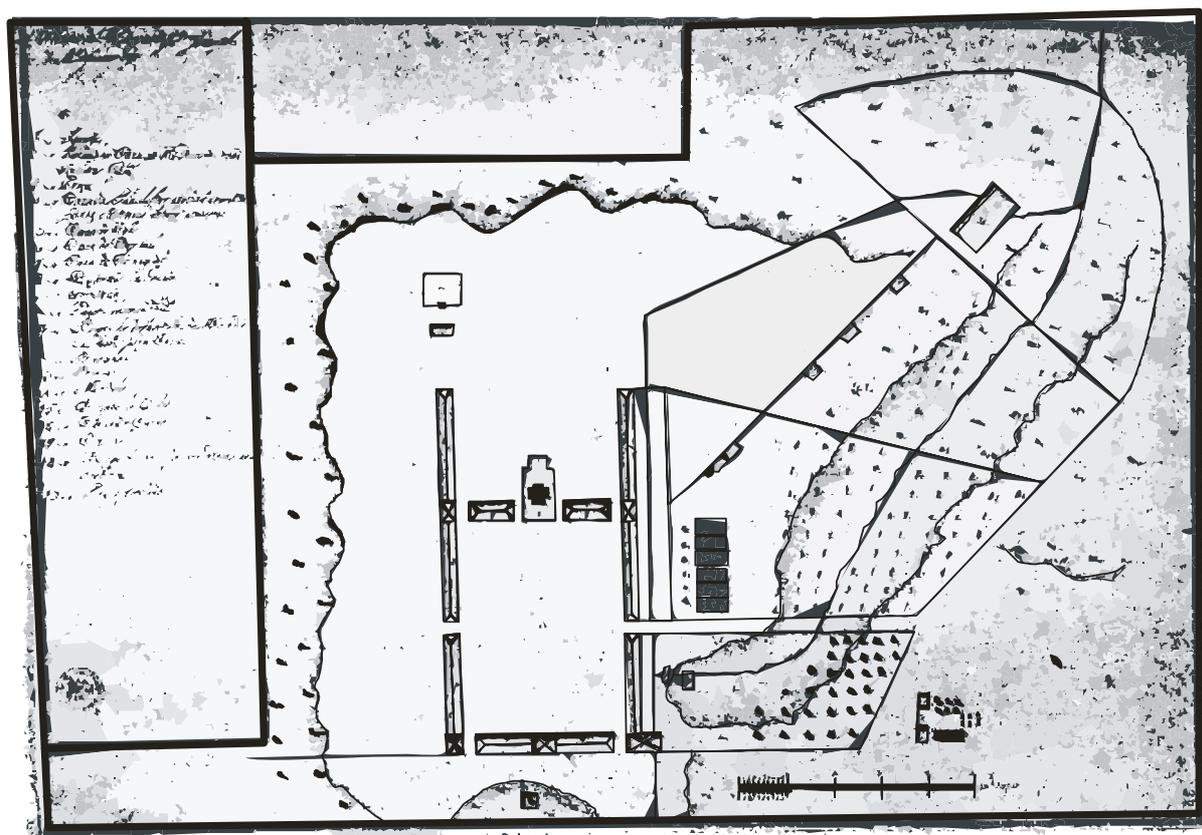


"Marquês de Pombal" de Louis- Michel van Loo (1707-1771), Museu da Cidade, Lisboa

PRANCHA NÚMERO II ²

Largo da Matriz de S. José de Mossâmedes

² Mapoteca do Museu das Bandeiras Apud CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811**. 2.^a ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983. p. 231

PRANCHA NÚMERO III³

Planno de Aldeya de São Joseph de Mossâmedes

- 1 — Igreja
- 2 — Palácio ou Caza de Residencia dos Senhores Gerais
- 3 — Praça
- 4 — Caza da Roda de fiar algodão com 190 fuzos, e 8 tiares de tecer o mesmo
- 5 — Caza do Vigário
- 6 — Caza do Ospital
- 7 — Caza do Cirurgião
- 8 — Quartéis de Indios

³ Mapoteca do Museu das Bandeiras Apud CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811**. 2.^a ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983. p.230

9 — Semitério

10 — Payol de mantimentos

11 — Engenho de Farinha de Mandioca dem. e para cana

12 — Bananal

13 — Pomar

14 — Moinho

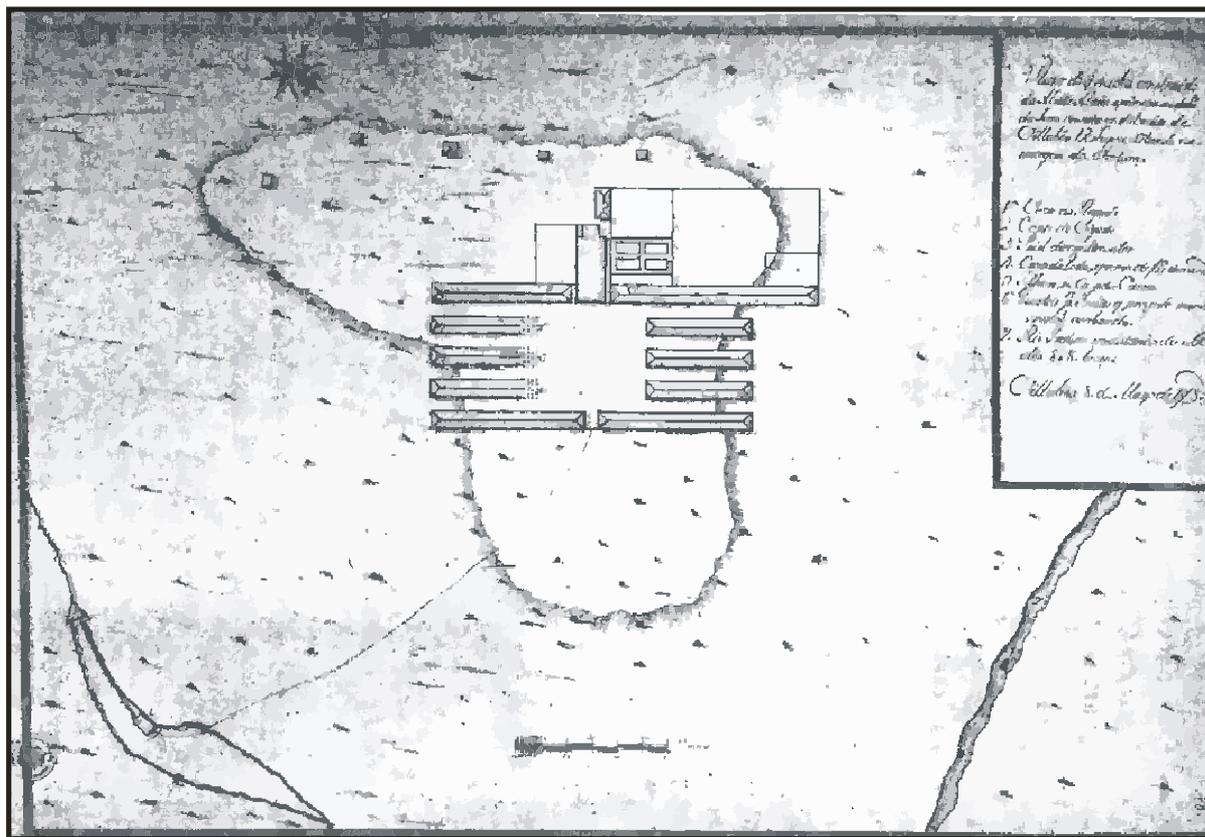
15 — Engenho Velho

16 — Caza do Carro

17 — Caza do Curral

18 — Rego de água que serve a todas as oficinas

19 — Pasto Fechado

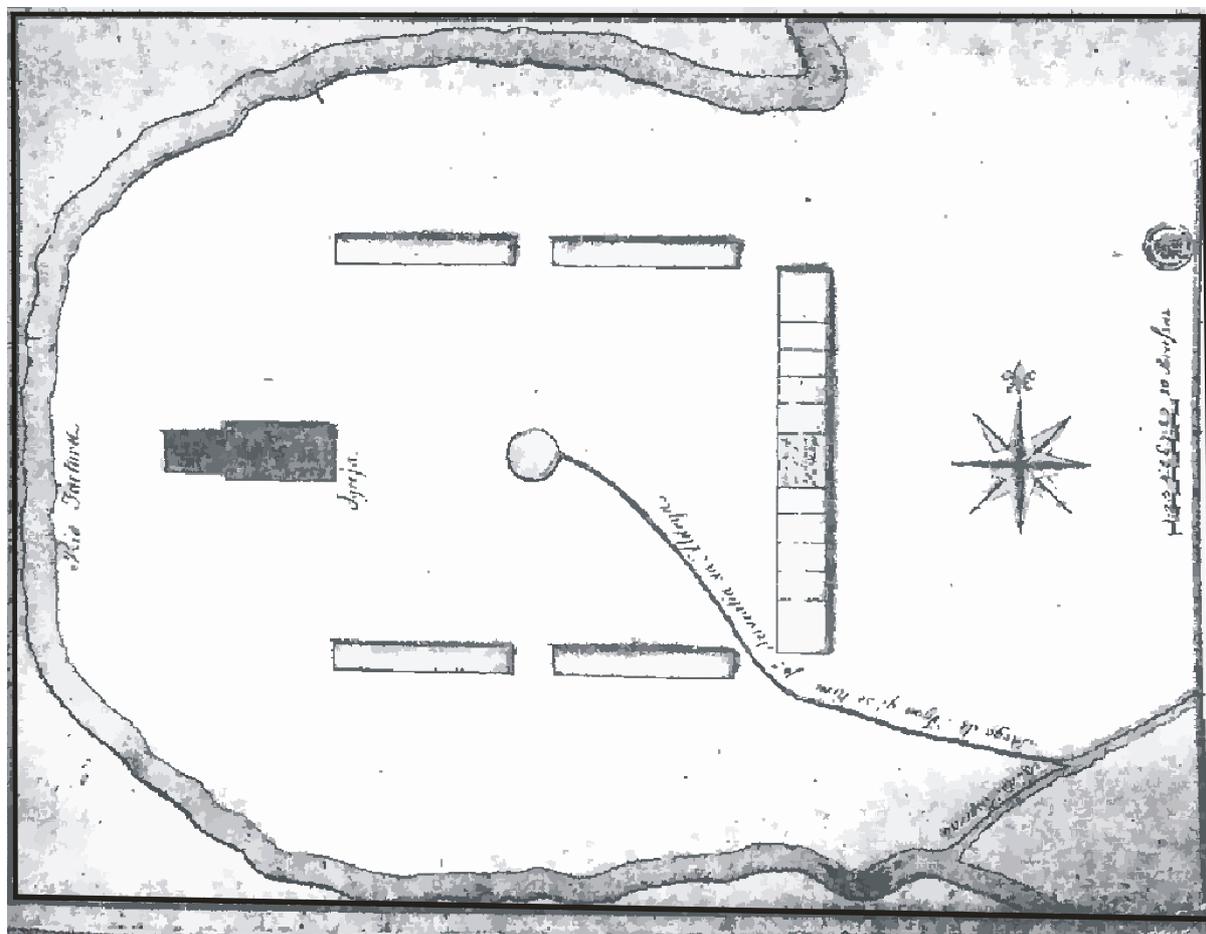
PRANCHA NÚMERO IV⁴

Plano que se acha construído da Aldeia Maria a primeira aldeia na Serra Dourada em distancia de Villa Boa 12 léguas e situado na margem da Fartura.

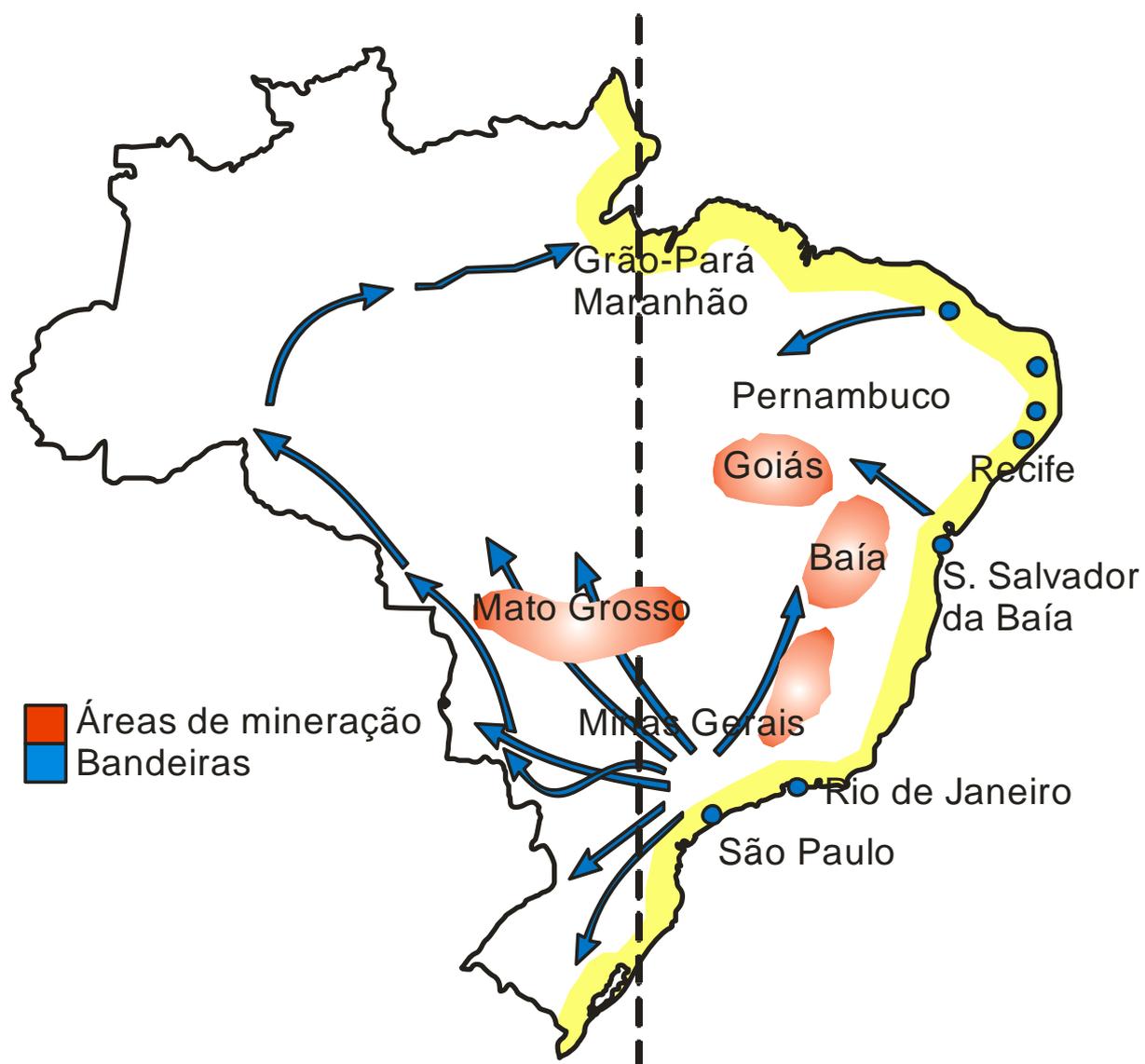
- 1 — Caza do Regente
- 2 — Caza do Vigário
- 3 — Paio1 de Mantimentos
- 4 — Caza da Roda e Prença de Farinha de Mandioca
- 5 — Telheiro ou Caza dos Carros
- 6 — Quarteis para Indios que prezentemente se estão acabando
- 7 — Rio Fartura em distância da Aldeia 8.8 braças

Villa Boa, 8 de maio de 1785.

⁴ Mapoteca do Museu das Bandeiras Apud CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811**. 2.^a ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983. p. 228

PRANCHA NÚMERO V⁵

⁵ Mapoteca do Museu das Bandeiras Apud CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811**. 2.^a ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983. p. 229

PRANCHA NÚMERO VI⁶

⁶ Júlio Coelho, Sebastião Marques, **Portugal: Um Presente com Passado** - 6^o ed, Edições Asa

PRANCHA NÚMERO VII⁷

Divisão territorial do Brasil até a década de 1740, às vésperas do Tratado de Madrid (1750)



⁷ Júlio Coelho, Sebastião Marques, **Portugal: Um Presente com Passado** - 6ª ed, Edições Asa

PRANCHA NÚMERO VIII⁸

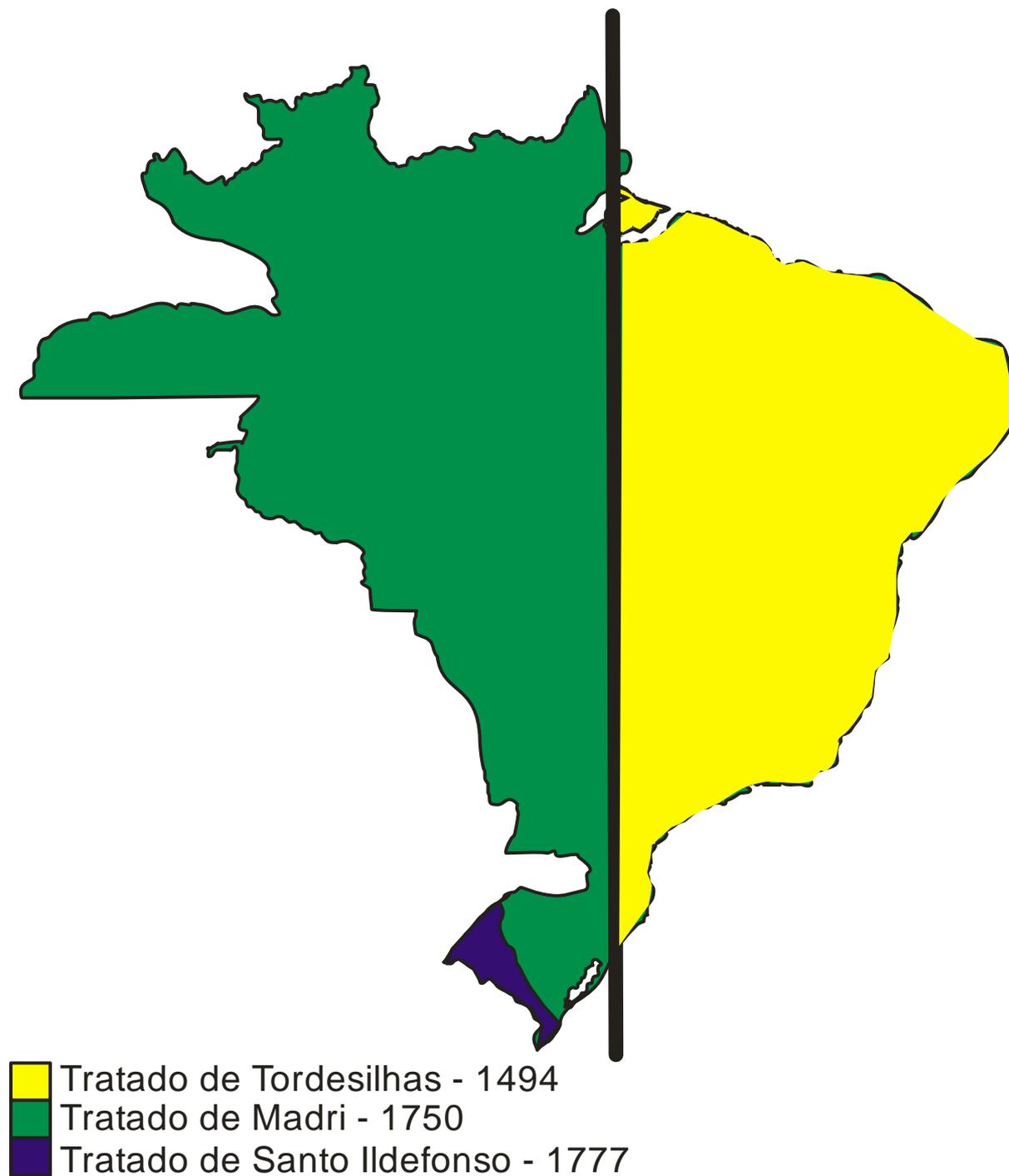
**Divisão territorial do Brasil no período compreendido
entre as décadas de 1740 e início da década de 1850**



⁸ Júlio Coelho, Sebastião Marques, **Portugal: Um Presente com Passado** - 6^o ed, Edições Asa

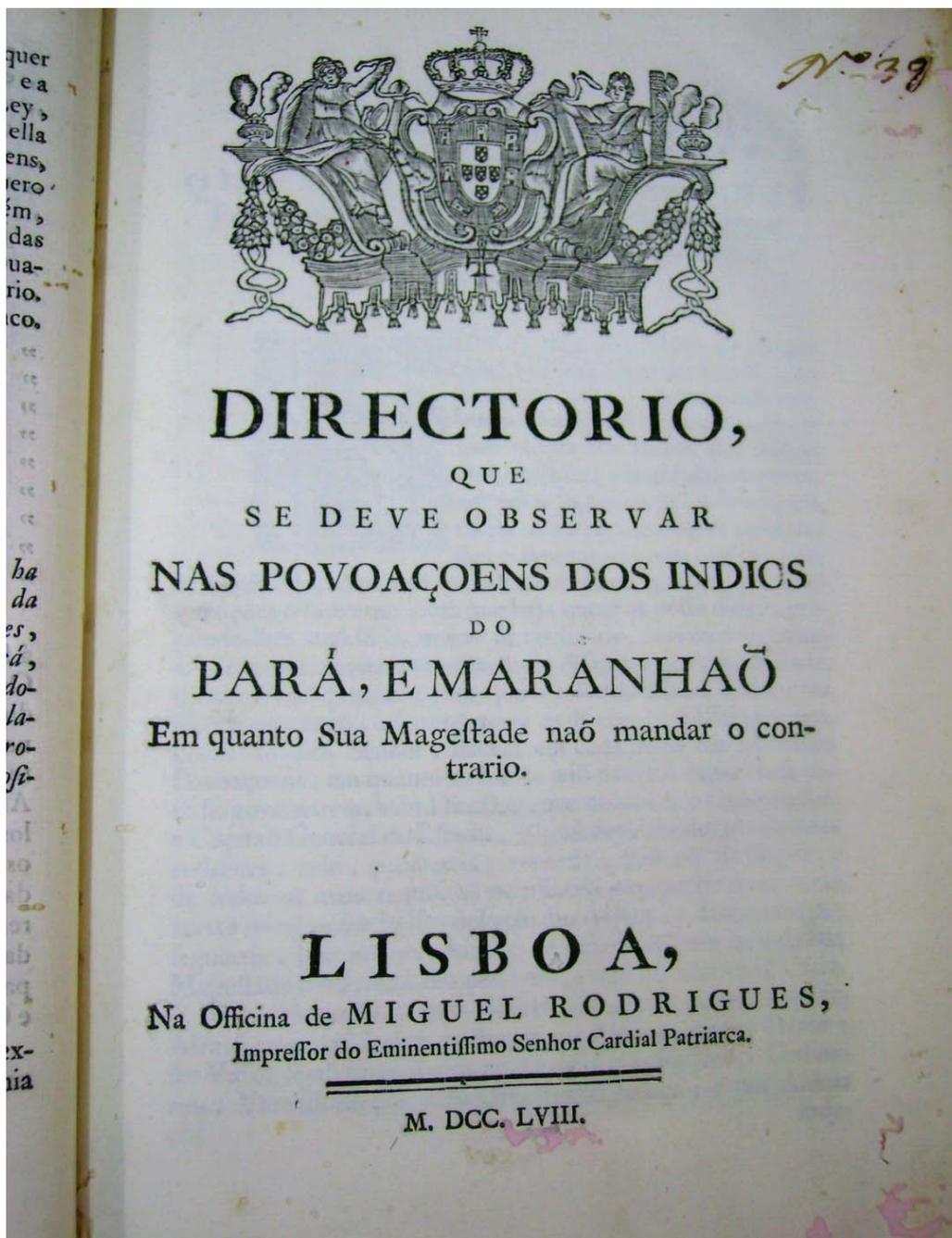
PRANCHA NÚMERO IX⁹

⁹ Júlio Coelho, Sebastião Marques, **Portugal: Um Presente com Passado** - 6^o ed, Edições Asa

PRANCHA NÚMERO X¹⁰

¹⁰ Júlio Coelho, Sebastião Marques, **Portugal: Um Presente com Passado** - 6ª ed, Edições Asa

PRANCHA NÚMERO XI

Capa do *Directório dos Índios*

PRANCHA NÚMERO XII

Abertura do *Directório dos Índios*

(1)

DIRECTORIO,

QUE SE DEVE OBSERVAR NAS
Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão
em quanto Sua Magestade não mandar o
contrario.

SENDO Sua Magestade servido pelo Alvará com força de Ley de 7 de Junho de 1755. abolir a administração Temporal, que os Regulares exercitavam nos Índios das Aldeas deste Estado; mandando-as governar pelos seus respectivos Principaes, como estes pela lastimosa rusticidade, e ignorancia, com que até agora foram educados, não tenham a necessaria aptidão, que se requer para o Governo, sem que haja quem os possa dirigir, propondo-lhes não só os meios da civilidade, mas da conveniencia, e persuadindo-lhes os proprios dictames da racionalidade, de que viviam privados, para que o referido Alvará tenha a sua devida execução, e se verifiquem as Reaes, e piíssimas intenções do dito Senhor, haverá em cada huma das sobreditas Povoações, em quanto os Índios não tiverem capacidade para se governarem, hum Director, que nomeará o Governador, e Capitão General do Estado, o qual deve ser dotado de bons costumes, zelo, prudencia, verdade, sciencia da lingua, e de todos os mais requisitos necessariós para poder dirigir com acerto os referidos Índios debaixo das ordens, e determinações seguintes, que inviolavelmente se observarão em quanto Sua Magestade o houver assim por bem, e não mandar o contrario.

2. Havendo o dito Senhor declarado no mencionado Alvará, que os Índios existentes nas Aldeas, que passarem a ser Villas, sejaó governados no Temporal pelos Juizes Ordinarios, Vereadores, e mais Officiaes de Justiça; e das Aldeas inde-

A

inde-